

Gabriela Dambrós
Idiane Mânica Radaelii
Leonice Aparecida de Fátima A. P. Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone
(organizadoras)

QUESTÕES AGRÁRIAS EM FOCO

Volume II

Gabriela Dambrós
Idiane Mânica Radaelli
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone
(Organizadoras)

QUESTÕES AGRÁRIAS EM FOCO - II



© Gabriela Dambrós; Idiane Mânica Radaelli; Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad; Zenicléia Angelita Deggerone 2019.

Editor da obra: Gabriela Dambrós.

Arte da capa: Equipe Barlavento.

Diagramação: Anderson Ferreira de Azevedo Filho.

E-Books *Barlavento*

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Tobi Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.

barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento – Grupo Geografia e Meio Ambiente:
Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Pareceristas:

Dr. Anderson Pereira Portuguez

Dr. Antonio de Oliveira Júnior

Profa. Cláudia Neu

Dr. Giovanni F. Seabra

Dr. Leonardo Pedroso

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Questões Agrárias em Foco II/ Gabriela Dambrós; Idiane Mânica Radaelli; Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad; Zenicléia Angelita Deggerone (org). Ituiutaba: Barlavento, 2019, 297 p.

ISBN: 978-85-68066-78-2

1. Agricultura. **2.** Agropecuária. **3.** Agricultura Familiar. **4.** Movimentos sociais.

I. DAMBRÓS, Gabriela. **II.** Radaelli, Idiane Mânica. **III.** MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira, **IV.** DEGGERONE, Zenicléia Angelita.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO I O sistema agroalimentar do arroz orgânico e o acesso aos mercados públicos e privados <i>Ezequiel Redin</i>	13
CAPÍTULO II Estudo da gestão de uma unidade de produção familiar em transição agroecológica <i>Eliandra Gomes Marques</i> <i>Luiz Felipe Gomes Uberti</i>	48
CAPÍTULO III A concentração da produção de leite na região Alto Uruguai (RS): um estudo sobre a Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai (COPERAL) <i>Douglas Cenci</i> <i>Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad</i> <i>Zenicléia Angelita Deggerone</i>	69
CAPÍTULO IV Produção, modernização e (re)localização alimentar na agricultura familiar do município de Getúlio Vargas (RS) <i>Alencar Luiz Balestrin</i> <i>Zenicléia Angelita Deggerone</i>	96

CAPÍTULO V

Sucessão familiar como influência no êxodo rural

Fabiana Buratti

Franciele Buratti Piva

Mateus Danusso

Wilson Nei Zacaron

Daiane Pegoraro Bochi.....

119

CAPÍTULO VI

Expansão do agronegócio e contração da escolarização no espaço rural do Rio Grande do Sul (2010-2015): aproximações iniciais à temática

Éverton de Moraes Kozenieski

Robson Olivino Paim.....

137

CAPÍTULO VII

Desenvolvimentismo e conflitos agrários no Maranhão: considerações sobre as disputas pela concretização de projetos de desenvolvimento

José Domingos Cantanhede Silva.....

165

CAPÍTULO VIII

A agricultura familiar, as novas tecnologias informacionais e as mudanças nas dinâmicas sociais a partir da internet

Jhose Iale Camelo da Cunha

Andreya Raquel Medeiros de França

Moacir Vieira da Silva.....

191

CAPÍTULO IX

Hortas escolares como estratégia de implementação de agricultura urbana no município de Xanxerê-sc

Gilberto Luiz Curti

Idiane Mânica Radaelli

João Antônio Esganzella

Marcieli Macarri..... 215

CAPÍTULO X

Questão agrária e violências de gênero: Lages, uma cidade “boa de se viver”, mas perigosa para mulheres

Geraldo Augusto Locks

Josilaine Antunes Pereira

Mareli Eliane Graupe..... 231

CAPÍTULO XI

Os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos agrônômicos na produção agrícola

Leonice Alves Pereira Mourad

Marinalva Gomes

Gabriela Dambrós..... 257

CAPÍTULO XII

Comunidades tradicionais na CIDH: dois estudos de caso

Pedro Henrique Lopes dos Santos

Juliana Arrué Webster..... 279

SOBRE OS AUTORES

291

APRESENTAÇÃO

A presente obra resulta de um conjunto de reflexões decorrentes de pesquisas de mestrado e/ou doutorado, bem como de densas observações/intervenções cotidianas orientadas para temáticas agrárias em seu sentido lato, a partir de diferentes áreas de conhecimento.

A compreensão da complexidade da temática agrária é de suma importância para o entendimento da sociedade contemporânea, marcada por uma falsa dicotomia entre campo e cidade. Nessa obra privilegiamos temáticas e abordagens centradas na denominada agricultura familiar e/ou camponesa.

Iniciamos o livro com o capítulo intitulado “O sistema agroalimentar do arroz orgânico e o acesso aos mercados públicos e privados” de autoria de Ezequiel Redin analisa o sistema agroalimentar do arroz orgânico conduzido pelas famílias agricultoras e o acesso aos mercados públicos e privados na região metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. A produção do arroz orgânico possibilitou o acesso aos mercados públicos e privados com maior agregação de valor ao processo em função da diferenciação do produto final imbuídos pelas características organolépticas e funcionais relevantes, aliado a preocupações ambientais e sociais.

O capítulo II “Processo de reconversão de uma unidade de produção familiar sob a influência do projeto de diversificação em áreas de tabaco no Extremo Sul Catarinense” de autoria de Eliandra Gomes Marques e Luiz Felipe Gomes Uberti, apresenta a Convenção Quadro e o Projeto de Diversificação em Áreas de Tabaco, bem como relata a viabilidade de diversificação em uma Unidade de Produção Familiar no Extremo Sul Catarinense. Nessa UPF, a exemplo de outras, a família estimulada pelo Projeto Diversificação passou a

produzir de forma diversificada alimentos orgânicos propiciando o Nível de Reprodução Simples (NRS) eficiente e garantindo probabilidade de sucessão familiar.

No capítulo III, Douglas Cenci, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad e Zenicléia Angelita Deggerone apresentam, no artigo denominado, “A concentração da produção de leite na região Alto Uruguai (RS): um estudo sobre a cooperativa dos produtores rurais do Alto Uruguai (COPERAL)” apresentam o processo de concentração da produção do leite na Região Alto Uruguai (RS), no período compreendido entre os anos de 2001 a 2016, na Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai – COPERAL, visto que essa atividade consolidou-se como um dos principais meios para compor a renda dos produtores da região.

O texto que compõe o capítulo IV “Produção, modernização e (re) localização alimentar na agricultura familiar do município de Getúlio Vargas (RS)”, de autoria de Alencar Luiz Balestrin, propõe a identificar o processo histórico de produção de alimentos e matérias-primas no município de Getúlio Vargas (RS), além de caracterizar as cinco principais cadeias produtivas agroindustriais e elencar como os agricultores familiares encontraram formas de ressignificação perante aos sistemas agroalimentares. O estudo revelou que diferentemente dos demais sistemas produtivos, as agroindústrias familiares permitem uma relação mais próxima entre produtor e consumidor, e tem contribuído para a (re) localização alimentar.

Fabiana Buratti, Franciele Buratti Piva, Mateus Danusso, Wilson Nei Zacaron e Daiane Pegoraro Bochi apresentam, no capítulo V o artigo denominado “Sucessão familiar como influência no êxodo rural”, realizando estudo bibliográfico e

documental problematizando a temática da sucessão familiar e relacionando-a com o êxodo rural.

O capítulo VI intitulado “Expansão do agronegócio e contração da escolarização no espaço rural do Rio Grande do Sul (2010-2015): aproximações iniciais à temática”, Éverton de Moraes Kozenieski e Robson Olivino Paim com base em dados do INEP e do IBGE, demonstram a relação existente entre a expansão do agronegócio, representado pela produção da soja no estado do Rio Grande do Sul com a retração das matrículas e estabelecimentos de ensino em espaços rurais do estado.

O capítulo VII intitulado “Desenvolvimentismo e conflitos agrários no Maranhão: considerações sobre as disputas pela concretização de projetos de desenvolvimento” de autoria de José Domingos Cantanhede Silva, a partir de pesquisas em nove regiões sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA propõe-se analisar as disputas por uma noção legítima de desenvolvimento e as lutas pela concretização de projetos de desenvolvimento, cujo processo tem resultado em conflitos agrários e formas distintas de violência impetradas contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais no Maranhão. Busca-se ainda compreender e explicar, nesse contexto, o papel ambíguo do Estado como formulador de políticas públicas de reforma agrária e agente da implantação de um modelo de desenvolvimento expresso na modernização agrícola e atualização do latifúndio.

O capítulo VIII, “A agricultura familiar, as novas tecnologias informacionais e as mudanças nas dinâmicas sociais a partir da internet”, de autoria de Jhose Iale Camelo da Cunha, Andreyra Raquel Medeiros de França e Moacir Vieira da Silva analisa as mudanças na dinâmica de reprodução familiar a partir

do acesso à informação por meio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial a internet no meio rural. Analisando os efeitos da internet na agricultura familiar, sendo possível observar, através da literatura utilizada, que as novas tecnologias informacionais permitem mudanças nas dinâmicas sociais da agricultura familiar com o ambiente externo.

No capítulo IX, “Hortas comunitárias e agricultura urbana: reconfigurando a paisagem de Xanxerê/SC”, Gilberto Luiz Curti, Idiane Mânica Radaelli, João Antônio Esganzella e Marcieli Macarri, apresentam resultados preliminares de uma atividade de extensão realizada pela UNOESC-Xanxerê, que consiste em se utilizar as hortas escolares implantadas na rede de ensino pública, como estratégia de implementação de Agricultura Urbana no município de Xanxerê-SC. A horta comunitária é um espaço de aprendizado, pois oferece estímulos e subsídios para maior integração entre os conhecimentos disciplinares, ocorrendo a transversalidade do conhecimento, além de viabilizar a aproximação com a comunidade.

Geraldo Augusto Locks, Josilaine Antunes Pereira e Mareli Eliane Graupe, no capítulo X “Questão agrária e violências de gênero: Lages, uma cidade “boa de se viver”, mas perigosa para mulheres, relacionam a questão agrária em Lages e Região do Planalto Catarinense e sua influência na formação sociocultural do município, destacando que a estrutura fundiária calcada no latifúndio constitui-se como espaço simbólico engendrador do *ethos* cultural patriarcal base de relações de gênero assimétricas, e das violências de gênero. Esta herança faz de Lages uma cidade considerada “boa de se viver”, mas perigosa para mulheres.

O capítulo XI, “Os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos agrônômicos na produção agrícola” de autoria de

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Marinalva Gomes e Gabriela Dambrós apresenta, em uma primeira aproximação com a temática, a relação entre saberes tradicionais e saberes científicos articulados na questão da produção agrícola. Apresentam alguns apontamentos acerca da dificuldade de aproximação entre agricultores tradicionais e engenheiros agrônomos, ambos com um domínio de conhecimento bastante diverso que, em que pese deverem ser complementares, muitas vezes acabam conflitando. Trata-se de um artigo de revisão, tomando como referência a produção teórica das ciências agrárias, bem como da antropologia rural que se ocupam dessa matéria.

No capítulo XII, "Comunidades tradicionais na CIDH: dois estudos de caso", Pedro Henrique Lopes dos Santos e Juliana Arrué Webster apresentam, na forma de um questionário um conjunto de reflexões sobre direitos territoriais indígenas com base na discussão de dois casos que foram julgados na comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Com essa coletânea, priorizamos as reflexões e debates sobre diferentes temáticas agrárias a partir de olhares distintos que fortalecem a questão apresentando uma expressiva diversidade de experiências que têm como lócus o campo, em distintos locais do Brasil, tendo como protagonistas agricultores familiares e/ou camponeses e seu esforço permanente em viabilizar sua reprodução social, responsabilizando-se ainda pela produção de alimentos que abastece o mercado nacional.

Gabriela Dambrós
Idiane Mânica Radaelli
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone

O SISTEMA AGROALIMENTAR DO ARROZ ORGÂNICO E O ACESSO AOS MERCADOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Ezequiel Redin

INTRODUÇÃO

As orientações dos organismos internacionais promulgaram, nos últimos anos, uma série de orientações para apoio e intervenção no desenvolvimento produtivo, social e econômico no meio rural direcionado, em especial, para a busca de estratégias diferenciadas de produção e consumo de alimentos, calcados na concepção de mudança de um modelo convencional que não responde efetivamente aos problemas da produção de alimentos de base familiar de pequena escala. Christoplos (2010) elabora um documento chamando a atenção para a mobilização da extensão rural com enfoques orientados para o mercado, tratando ininterruptamente na busca da segurança alimentar e o desenvolvimento rural, representando, em certa medida, as concepções da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O Instituto Internacional para o Ambiente e Desenvolvimento (IIED) e o Programa de Desenvolvimento de Capacidades e Mudança Institucional (CD & IC) constroem um guia com conceitos e ferramentas para trabalhar ao longo da cadeia de valor facilitando a inserção e buscando ampliar os mercados considerados modernos, assinado por Vermeulen et al., (2008), indicando as dinâmicas do setor agroalimentar e o comportamento necessário para atingir o consumidor e fortalecer os agricultores familiares, diante de mercados informais, locais e regionais.

Nessa mesma linha, Ferris, Mundy e Best (2009), financiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) publicam um guia para o desenvolvimento de mercados agrícolas e empresariais, lançado em 2002 e atualizado em 2004 e 2009. Estes analistas tratam de apresentar no documento formas inovadoras de encarar os problemas dos países em desenvolvimento, como a segurança alimentar, a competitividade econômica, a redução da pobreza e o desenvolvimento rural. Com auxílio de analistas especialistas no tema, têm a intenção de evidenciar formas de auxiliar os profissionais de desenvolvimento a compreender as artimanhas da comercialização e reforçar as ferramentas de apoio, conjugadas com o planejamento, monitoramento da cadeia de valor, constituindo indicações para fortalecer a produção de alimentos e inserção dos agricultores, caminhos propostos para alcançar o desenvolvimento econômico. Em nível de América do Sul, Ardila (2010), representando, em certa medida, as concepções do Instituto Interamericano de cooperação agrícola (IICA), trata de apresentar um cenário da extensão rural na América Latina, propondo no final do documento, cenários para a agricultura e a intervenção da extensão rural para alcançar a segurança alimentar.

Em nível de Brasil, o principal documento institucional refere-se à nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) elaborada em 2003 e formalizada conforme Decreto nº 4.739 de 13 de Julho, e posteriormente, transformada em Lei nº 12.188/2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, através de sanção do Presidente da República, ficando a coordenação, formulação e supervisão na competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tal documento e posterior lei, entra em acordo

com os documentos em nível mundial, visando promover o desenvolvimento rural sustentável, apoio às iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; aumento de produção, produtividade e qualidade, melhoria de qualidade de vida, e outras, indicando uma forte correlação com mercados dinâmicos e que incrementam renda às famílias agricultoras. Os princípios da lei atentam, dentre tantos, para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Os beneficiários desta política pública brasileira envolvem desde agricultores familiares, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais, até os assentados da reforma agrária. A este último público dedica-se a análise desse trabalho, abordando-se a experiência com o arroz orgânico no Rio Grande do Sul, perspectivando a inserção dos agricultores assentados no mercado local e regional. Concomitantemente a PNATER, é criado o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) em 2003. Segundo as diretrizes e o manual operacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o programa visa a assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, tornando-as “unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável” (INCRA, 2003, p. 2). A ATES trabalha com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores rurais e organizações não governamentais ligadas a reforma agrária, usando de equipes técnicas multidisciplinares. Estes

documentos, de maneira geral, aliados a outros, reforçam as indicações de fortalecimento de uma agricultura de pequena escala orientada por agentes de desenvolvimento usando como instrumento guia os serviços de extensão rural que objetivam proporcionar alternativas viáveis para o rural e, com isso, tratando de apresentar formas de aproximar-se da segurança alimentar nos países emergentes, principalmente.

No Brasil, a Lei dos Orgânicos (Lei 10.831, de 23/12/2003) abriu um leque potencial no sistema agroalimentar, trazendo novas perspectivas para produtos de qualidade nutricional e com indicativos de uma oportunidade diferenciada dos convencionais, reportando-se, principalmente, as formas sustentáveis em todo o processo de produção, ao longo da cadeia até a mesa do consumidor. Tais indicativos fortalecem as potencialidades de construção social de mercados e inovações influenciadas por redes sócio-técnicas no território, constituindo-se em relevante transformação espacial, bem como uma estratégia de desenvolvimento rural, diante da dinamização econômica e social do rural.

Esse trabalho objetiva analisar o sistema agroalimentar do arroz orgânico conduzido pelas famílias agricultoras e o acesso aos mercados públicos e privados na região metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. A pesquisa de campo de caráter qualitativo e de observação direta foi realizada em 2012. Foram acompanhados alguns episódios, tais como reuniões do grupo de agricultores com produção orgânica, reunião dos técnicos ligados a Coceargs, visita a propriedades rurais, a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda. (COOPAN)¹, a Cooperativa Central dos

¹ A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) está, na realização deste trabalho, com 57 sócios, com sede em Nova Santa

Assentamentos do RS Ltda (COCEARGS) e a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – Assentamento em Eldorado do Sul (COOTAP). Foram realizadas conversas informais com o técnico de Ates de Nova Santa Rita para compreender a dinâmica local e três entrevistas gravadas e registradas com lideranças indicadas e vinculadas às cooperativas informadas anteriormente². Também é justo dizer que muitas outras informações foram incorporadas através de diálogos em momentos ímpares como almoço ou conversas em momentos de descontração. Inspirou-se no quadro analítico desenvolvido pela proposta metodológica de Holloway *et al.* (2007) para analisar a experiência da produção orgânica na região metropolitana do Rio Grande do Sul. A região se destaca pela produção de arroz. Conforme dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE DADOS) foram registradas 1.833.099 toneladas em 2013 e, em 2016, foram 1.723.866 toneladas de arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre. Em Nova Santa Rita, nos mesmos anos mencionados, a produção girou em torno de 27.300 toneladas de arroz. Diante da tradição da produção do arroz convencional, a dinâmica da organização dos movimentos sociais na região em questão propicia um ambiente profícuo para um movimento em direção da produção orgânica de arroz.

O trabalho está estruturado em quatro seções, além da introdução. Na segunda seção, se aborda a orientação institucional do Estado brasileiro, com intuito de oferecer uma

Rita, abrange os municípios da região metropolitana de Porto Alegre com a produção de arroz orgânico, carne suína e leite. As famílias assentadas vivem em agrovila, onde possuem refeitório coletivo, ciranda infantil e campo de futebol, segundo informações do folheto de divulgação da Coceargs.

²Por questão de ética e sigilo, os depoentes foram identificados por “entrevistados” não remetendo a imagem do agricultor.

abordagem precedente sobre as políticas públicas de estímulo para os produtos orgânicos e suas conexões com a reforma agrária que caracteriza o atual sistema agroalimentar. Na terceira, focaliza-se na experiência histórica do arroz orgânico como construção coletiva, reforçando as dificuldades e os avanços na consolidação no cenário da cadeia de valor. Por último, trata-se de realizar análises entre as orientações institucionais e teóricas estabelecendo quadros comparativos com a prática produtiva alternativa calcada na matriz produtiva orgânica do estado do Rio Grande do Sul e as estratégias de reprodução social das famílias agricultoras baseadas no aumento de autonomia em relação às formas tradicionais de acesso ao mercado.

POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGÂNICOS E REFORMA AGRÁRIA

O Estado com objetivo de institucionalizar mercados alternativos que busquem fortalecimento das famílias agricultoras e inclusão socioeconômica trata de elaborar um conjunto de programas, projetos e políticas para incentivar a produção de alimentos e, de certa forma, corroborar no sentido de minimizar os indícios de insegurança alimentar. Em 1996, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)³, com objetivo de fortalecer a agricultura familiar e contribuir na geração de empregos e renda nas áreas rurais e urbanas, melhorando a qualidade de vida dos produtores

³ O PRONAF é dividido em várias linhas tais como: Custeio, Investimento, Agroindústria, Agroecologia, Eco, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Cota-Parte, Microcrédito Rural e Mais Alimentos.

familiares. Nos últimos dez anos foi significativa a evolução nos instrumentos político-estatais, buscando a perspectiva de formalizar estratégias que estimulassem os diferentes atores sociais.

Em 2003, por exemplo, ano chave na política brasileira, surgiram vários mecanismos de articulação, dentre eles nasce o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), sendo um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Em 2006 é aprovada a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com objetivos de “formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País” (BRASIL, 2006, p.01).

Então, o CONSEA auxilia o Estado a instrumentalizar uma série de políticas públicas de produção e disponibilidade de alimentos com intuito de atingir níveis mais elevados de segurança alimentar através de um Programa maior denominado Fome Zero, entre os principais estão: a) fortalecimento e ampliação do crédito para o PRONAF; b) criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); é uma das ações do Fome Zero, pretendendo promover o acesso a alimentos a populações em situação de insegurança alimentar e fomentando a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, adquirindo alimentos com isenção de licitação, a preços similares ao mercado regional; c) um revigoramento na Política de Garantia de Preços Mínimos/Formação de Estoques Públicos (PGPM): caracteriza-se como um instrumento público para intervenção no mercado

agrícola, visando assegurar uma renda mínima pelo alimento produzido; d) Reforma Agrária: segundo dados do Consea (2010), no ano de 2009, estavam em execução quase 8,6 mil projetos de assentamento, que abrigavam quase 1 milhão de famílias assentadas em diferentes tipos de projetos em todo país, todos direcionados para o fortalecimento da agricultura familiar e na promoção da agrobiodiversidade; e) Programa Nacional de Alimentação Escolar: programa que tem orçamento para compra de alimentos das famílias agricultoras.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), importante órgão regulador de preços no mercado brasileiro, é outro instrumento proposto pelo Estado para intervir e proporcionar um mercado público, recebendo alimentos tanto da linha convencional, quanto dos alternativos, tratando de diferenciá-los, na forma de pagamento. Existe uma série de instrumentos e políticas com a finalidade de incentivar a redução da insegurança alimentar que, ao mesmo tempo, forma um mercado público de alimentos possibilitando os agricultores familiares comercializar os produtos a preços considerados justos.

Como já citado, concomitantemente, no ano de 2003 é formulada a PNATER que fornece diretrizes para o trabalho com as famílias agricultoras e o Programa ATES que focaliza no público dos assentamentos promovendo capacitações, intervenções com a finalidade de aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos, indicando o envolvimento dos assentados rurais de forma coletiva na busca da produção alternativa, possibilitando ingressar em mercados diferenciados, apoiados com auxílio do governo brasileiro. A política de desenvolvimento territorial que institui as diretrizes com intuito de potencializar os territórios, elaboradas no mesmo ano e republicada em 2005, aponta as

consonâncias em torno das novas dinâmicas produtivas e sociais estabelecidas em âmbito brasileiro. No mesmo ano, a aprovação da lei dos orgânicos gerou muita expectativa representando uma oportunidade de diferenciação na busca de mercados internos e externos. Atualmente, existe uma série de incentivos para estimular os consumidores a optar pela aquisição de produtos orgânicos no país.

Os assentamentos da reforma agrária constituídos por um projeto coletivo, via mobilização social, cerne de um processo histórico, com vertentes políticas fortemente consolidadas, toma para si as indicações voltadas à produção e mercados alternativos formando um movimento na região sul do Brasil, com a matriz produtiva do arroz orgânico, evidenciando o que a literatura aponta, ou seja, constituindo um campo interconectado entre a ciência e a prática social. Esse processo foi possível, diante da percepção coletiva de que não adiantava, apenas, lutar por crédito subsidiado para a produção agrícola e habitação rural, pois no atual modelo de produção não se resolviam os problemas, embora os agricultores tenham estruturado melhor suas propriedades, nos últimos anos. Esse caso evidencia também, principalmente, a necessidade de o movimento legitimar os investimentos públicos, usando de um sistema produtivo diferenciado do modelo convencional voltado para a produção em escala. Essa perspectiva vem influenciando várias análises e discursos, nas últimas duas décadas. As políticas públicas, produção alternativa orgânica e a reforma agrária representam um elo do processo de construção entre a intervenção estatal e a constituição de novas práticas produtivas, aliado a um incentivo de institucionalizar um mercado público fornecendo suporte para as estratégias de reprodução socioeconômicas integradas a mercados dinâmicos e diferenciadas.

ARROZ ORGÂNICO NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA: UM PRODUTO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Nesse tópico, analisa-se a experiência da produção orgânica de arroz nos assentamentos de reforma agrária iniciando na região metropolitana do Rio Grande do Sul. A experiência demonstra que para avançar é necessário articular as políticas públicas, o envolvimento dos atores e as dinâmicas de mercado. A intervenção estatal possui um papel fundamental, principalmente para fomentar processos de mudança. Diante disso, em consonância com as práticas sociais frente aos desafios que se colocam ao desenvolvimento rural, as políticas de ATER e ATES vêm ao encontro desse propósito, a qual tem por orientação, diretrizes e princípios calcados sobre as bases teóricas, no qual se fundamentam, principalmente, em potencializar a promoção da agricultura familiar, das famílias assentadas, o desenvolvimento territorial, a produção de alimentos “limpos”, a segurança alimentar, o enfoque holístico e descentralização das decisões e ações. Diante de um quadro de técnicos capacitados, buscando um olhar sistêmico do cenário produtivo, prevê-se superar os problemas do desenvolvimento, incluindo as famílias agricultoras no mercado, proporcionando um quadro de estratégias que, talvez, forneça sustentáculo à reprodução social com qualidade de vida.

RECORTE HISTÓRICO – DA INCORPORAÇÃO DO MODELO TRADICIONAL À CRISE PRODUTIVA

A região metropolitana de Porto Alegre teve os primeiros assentados, por volta da década de 90, constituídos por agricultores da região norte, um local histórico com

experiências nos cultivos de milho, feijão e soja em terras altas. Matriz produtiva distinta da região metropolitana, onde predomina o cultivo convencional do arroz, com uso de grande aporte de *inputs* externos, complementando com o grau de tecnologia agrícola voltada para a estratégia econômica convencional. Segundo Ferreira (2011), as famílias assentadas nas áreas de várzeas, de terras baixas, tiveram vários problemas de adaptação ao solo e à cultura, tendo que adotar uma dinâmica voltada ao trabalho em conjunto com os vizinhos, desenvolvendo as práticas de cooperação e as relações de reciprocidade pela troca de serviços e de força de trabalho.

Entre avanços e retrocessos, aprendizagens e experiências fortaleceram-se o espírito coletivo, juntamente com apoio do Estado, possibilitando a aquisição de máquinas, sementes e demais fatores de produção necessários reproduzindo o modelo tradicional das propriedades já existentes nos arredores. Esse processo teria os dias contados, como aponta Ferreira (2011), pois quando se reproduz um modelo, as relações e as inter-relações também são incorporadas, não se restringindo apenas à produção, mas as outras esferas institucionais, como bancos e empresas de máquinas e equipamentos, de insumos, de secagem e de armazenamento. A autora continua expondo que, depois dos primeiros anos de plantio, começaram a ocorrer os problemas de envenenamento, endividamento e arrendamento relacionados à matriz tecnológica. O tamanho do lote pequeno e o baixo preço de comercialização do arroz convencional, tradicionais problemas da agricultura comercial, acabaram levando a uma grande crise na lavoura arrozeira, devido à ineficiência produtiva e ao alto custo de produção. A conjuntura afetou diretamente cooperativas da região, desestruturando a economia.

Esta crise fortaleceu o sentimento de angústia com o modelo convencional baseado em economias de escala e no uso de pacotes tecnológicos externos, derivado de uma dependência do sistema agroindustrial. A reorganização produtiva começa a ser pensada, buscando experiências alternativas que poderiam superar esse modelo e inseri-los no mercado de forma diferenciada. A partir disso, inicia-se um processo de reflexão e condução para uma produção orgânica de arroz, dadas as características ambientais da região e as potencialidades resultantes de um território próximo dos grandes centros urbanos.

A EXPERIÊNCIA DO ARROZ ORGÂNICO – DA PRODUÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO

Esse tópico tem por objetivo fazer uma breve análise do campo da produção do arroz orgânico apresentada nesse trabalho, partindo de elementos envolvidos desde a produção até o alcance e as formas de interação entre os atores rurais e o mercado. Constitui-se uma avaliação preliminar qualitativa representando de certa forma uma generalização do alto grau de complexidade e dinâmica que envolve analisar uma experiência de produção de alimentos alternativos visualizando a inserção das famílias agricultoras em economias sócio-territoriais. Primeiramente, estabelecem-se alguns elementos de análise *a priori* e qualifica-os reportando-se ao caso estudado, admitindo, desde já, a impossibilidade de padronizar comportamentos dos atores envolvidos no processo. A construção analítica foi influenciada pela proposta metodológica de Holloway *et al.* (2007), com adaptações que, talvez, possam descaracterizar a fidelidade que os analistas indicaram, no entanto, optou-se por

seguir um viés unilateral, sem amaras teóricas e conceituais que poderiam ficar desligadas do contexto apresentado.

Quadro 1 – Elementos de análise da experiência do arroz orgânico no RS

Elementos de análise	de	Experiência do arroz orgânico das famílias assentadas do RS
Local de produção alimentos	de	Áreas de várzeas próximas a região metropolitana de Porto Alegre, expandindo-se para regiões da fronteira oeste, em lotes recebidos pelo Programa de Reforma Agrária brasileiro.
Métodos de produção alimentos	de	Orgânica, com compostos artesanais e controle biológico e sem uso de defensivos agrícolas. Processamento na cooperativa.
Arena de troca		Cooperativa do assentamento.
Cadeia de suprimento	de	Venda local para cooperativa do assentamento e mercados públicos.
Interação entre produtor e consumidor	e	Em processo de aproximação, via certificação legal.
Motivação para participação		Valor agregado, produção sem defensivos aludindo qualidade de vida no trabalho, preocupações ambientais e sociais, autonomia, produção de alimento sustentável.
Constituição de identidades coletivas	de	Formam identidades coletivas na produção e na comercialização ligados a cooperativa dos assentados. Os consumidores nem sempre são diretos, os produtores são assentados.

Fonte: Elaborado pelo autor

A constituição da experiência transita do campo da cooperação e do trabalho coletivo, importantes ferramentas que emitem relações de confiança entre os atores, tanto no processo produtivo, quanto em todo o canal de comercialização. Emanam relações de poder no processo, contraste característico de organizações constituídas de elemento humano, mas que são mediadas pelos mesmos interesses, isto é, ambicionam atingir um mercado alternativo com valor agregado, produção sustentável (econômica e ambiental) desvinculados das formas convencionais de economia de escala, baseando-se na qualidade. As participações dos técnicos compõem um importante balizador das intervenções da extensão rural na prática social, pois são agentes interlocutores que auxiliam na resolução de problemas estruturais, políticos e sociais. Tornam-se os elos mais próximos entre as demandas do Estado e as famílias agricultoras, bem como, são agentes de planejamento e gestão possibilitando que as alternativas escolhidas pelos assentados consolidem-se como interlocutores da produção alternativa.

O caso apresenta-se com simbologias não necessariamente econômicas como o reconhecimento social, uma vez que se propõe comunicar-se como importante classe produtora de alimentos de qualidade e com o mínimo de impacto possível na natureza, ao qual tem potencial de auxiliar também na qualidade de vida dos produtores. Estão reconstruindo uma identidade produtiva ligada, especialmente, aos alimentos saudáveis e funcionais, característicos de um processo de aprendizagem e formação do saber fazer na linha orgânica que trata de valorizá-los enquanto atores sociais. As ações de cooperação entre produtores, técnicos e Estado fortalecem para que a iniciativa traga resultados inerentemente positivos, proporcionando na figura dos cooperados assentados

uma segurança de que a sua produção será comprada e, assim valorizado o esforço longitudinal na produção.

Retomando a aproximação com o mercado público, a CONAB tem sido um importante instrumento para viabilizar a comercialização dos produtos antes destinados a circuitos longos tradicionais de comercialização, o que vem estimulando outras famílias assentadas a ingressar no processo de produção orgânica, pois viabiliza a compra do produto orgânico com pagamento de até 30% acima do arroz convencional. Essa garantia institucional proporciona o que tanto espera o agricultor tradicional, um mercado garantido para consolidar sua opção produtiva. Isso tem sido um dos grandes dilemas enfrentados no passado por agricultores que tinham o interesse de modificar sua atividade produtiva, principalmente, no que se refere ao cultivo do tabaco. No entanto, como aponta a literatura e os estudos de caso bem sucedidos, busca-se eminentemente expandir e conquistar novos mercados privados, com intuito de abrir um leque para a produção orgânica, instituindo um novo hábito alimentar. A construção de mercados está em processo de consolidação e existem planejamentos elaborados de forma participativa com as famílias agricultoras para estreitar o laço entre o consumidor e o produtor.

As lideranças dos agricultores locais valorizam o mercado público, principalmente, a ação da CONAB. Em certa medida, a instituição motivou o grupo de agricultores à produção, pelo diferencial de preço recebido pelo arroz orgânico. Por outro lado, estão cientes da sua dependência ao mercado público, evidenciando certa imobilidade perante o mercado privado, considerado pelos entrevistados como desigual, monopolizador e de difícil entrada. As discussões sobre alternativas, formas de autonomia e estratégias de ação para ampliar os horizontes na comercialização são realizadas

constantemente, no entanto, os mesmos salientam a falta de informação, domínio de conhecimento e noções sobre o comportamento do mercado pelo grupo do arroz orgânico. Em certa medida, a atuação da equipe de ATES auxilia em certas questões, mas ainda é preciso avançar no quesito “fora da porteira”. Os assentados, após alguns anos de experiências, comentam já dominar as técnicas de produção e um pouco da agroindustrialização, mas salientam a necessidade de conhecer mais como ingressar no mercado privado. Assim como enfatizou e gesticulou uma liderança dos agricultores (entrevistado 01):

(...) nós somos bons na produção de matéria-prima, tem problemas, temos que melhorar, mas nós dominamos (...) é nosso chão produzir grão. A agroindústria agora, de tanto apanhar também, já estamos dominando também. A gente sabe que não está na qualidade ainda desejada, para você chegar que nem os caras que conseguem um rendimento de 100%. Tem que ter um monte de equipamento que repassa o arroz umas quantas vezes para refinar bem e aproveitar o máximo, mas nós dominamos a parte da indústria, agora a parte do mercado ainda é um desafio.

A necessidade de avançar é evidente, o tempo e o espaço podem traduzir em importantes elementos de avanço na conquista de reconhecimento dos consumidores com o produto local. Aos poucos, busca-se constituir uma rede de comercialização que valorize a produção orgânica e diferenciada. O processo é capcioso, mas constitui-se em estratégias diferenciadas do modelo tradicional. O entrevistado da Cooppan constatou a importância de profissionais especialistas na área, quando a cooperativa decidiu pela contratação de um

profissional de marketing⁴ para fazer um trabalho de investimento e valorização da marca, do rótulo e ressaltar a qualidade do produto para os consumidores. Concomitantemente, o grupo de agricultores assentados de Nova Santa Rita avançou de maneira mais significativa com o arroz cateto, pois segundo o entrevistado ele possui um diferencial para os consumidores de produtos orgânicos, sendo uma variedade curta e de boa aceitação nos restaurantes da capital (Porto Alegre) atingindo o mercado de Brasília, Curitiba e São Paulo. Conforme informações, em 2012, a loja de produtos da reforma agrária comercializava entre 500 a 2000 kg por semana do produto. Ele tem uma oferta restrita chegando a atingir 2.500 sacos produzidos pelos assentados vinculados a Coopan, com venda praticamente garantida. A expectativa do grupo é aumentar a oferta do cereal cateto. Nesse caso, aliou-se a demanda do produto, o aceite do consumidor e a produção – um tripé importante para avançar em estratégias amplas e diferenciadas. O reconhecimento da qualidade nutricional do produto (boa fonte de carboidratos, proteínas e elevados teores de fibras) aliado à identidade e a proximidade territorial fortaleceu o posicionamento dele no mercado. A intenção das lideranças, após consolidar a produção e a agroindustrialização

⁴ Diesel (2012, p.50) sustenta que as organizações públicas têm perdido espaço para os agentes privados. A autora fortalece o argumento acrescentando que “a forma tradicional de financiamento de uma organização privada de assistência técnica – mediante prestação de serviços pagos pelo cliente – é considerada desejável na medida em que empodera o agricultor (ele poderá requisitar o serviço que melhor atende as suas necessidades). As experiências com privatização da assistência técnica, entretanto, revelaram que os agentes privados só se viabilizam economicamente em circunstâncias muito particulares (em regiões de agricultura dinâmica e lucrativa) e tendem a se especializar em determinados produtos – commodities”.

do arroz, é atingir as cadeias de circuito longo como grandes redes de supermercado (produtor – rede), garantindo uma demanda contínua (garantia de venda), mas não descartando o canal direto de comercialização, as cadeias curtas (produtor – consumidor), salientou o entrevistado. Atualmente, a Coopan oferece ao consumidor os seguintes produtos: arroz agulhinha integral orgânico, arroz agulhinha polido orgânico, arroz cateto integral orgânico e arroz polido orgânico.

A tendência é consolidar a marca da produção orgânica camponesa distanciando da competição por economias de escala. É presente, no discurso das lideranças, a atratividade do mercado privado convencional que busca a escala como forma de manutenção e reprodução econômica quando apontam para estudos sobre a inserção do arroz parboilizado (necessários investimentos em infraestrutura com centralização de escala). A princípio, sustentam-se na economia de escopo focando na qualidade, em busca da constituição de novidades que atendam as necessidades dos consumidores que procuram qualidade de vida. Porém, a discussão retorna quando se compara com a mesma linha dos orgânicos como salienta o entrevistado da Coopan: “Nós não temos a escala do convencional, mas nós já temos uma escala maior do que qualquer um que produz arroz orgânico”. Isso demonstra duas questões relevantes: a) por um lado, o grupo de famílias agricultoras assentadas possui um destaque na produção de arroz orgânico no Estado do Rio Grande do Sul, e b) por outro, a escala ainda permanece como forma de diferenciação em comparação a outros produtores do setor orizícola orgânico.

A busca por mercados privados para os produtos orgânicos é o planejamento das famílias agricultoras para sua consolidação e, nesse sentido, há analogias com a pesquisa de Momesso, Roel e Favaro (2009), que investigaram o potencial

de mercado consumidor de produtos orgânicos em Campo Grande, MS. A pesquisa revelou a necessidade de campanhas de explicação sobre o significado dos alimentos orgânicos e seus benefícios, pois a sociedade anseia por alimentos limpos e está disposta a consumi-lo e a pagar por ele, garantindo assim, a comercialização. Os autores afirmam que, após esse procedimento, a produção de orgânicos de alimentos terá boa comercialização em Campo Grande, MS e, desta maneira, assentados rurais, comunidades indígenas e demais agricultores de pequena escala poderiam alcançar a sustentabilidade econômica, sustentável e socialmente justa (MOMESSO, ROEL e FAVARO, 2009).

A experiência demonstra que as famílias assentadas estão caminhando para uma atitude de flexibilização em relação a ideologias previamente formadas. Aludem a possibilidade de trabalhar nos diferentes campos para inserção da sua atividade produtiva dinâmica – o campo do mercado privado de circuito curto (feiras de produtor, exposições, na cooperativa local, loja da reforma agrária, etc.), o campo do mercado público de circuito curto (escolas, prefeituras através do PAA, PNAE e CONAB), e o campo do mercado privado de circuito longo (grandes redes de supermercados). Portanto, a discussão no grupo em relação a mercados dinâmicos sustenta uma justaposição em que se compreende através de uma discussão política que a comercialização direta, eliminando os atravessadores, podendo fortalecer laços de confiança e identidade do produto com o consumidor, maximizar renda e uma série de benefícios que os graus de proximidade aludem quando se refere ao mercado *face-a-face*. Por outro lado, devido às circunstâncias e dificuldades de comercializar a produção orgânica já expressiva (com tendência a aumentar a quantidade), é necessário adentrar, segundo palavras do entrevistado da

Coopan, “na lógica normal do mercado para poder sobreviver no mundo capitalista”. É perceptível nas suas palavras que será preciso aos assentados da produção orgânica “entrar no jogo deles” fazendo parcerias com marcas já consolidadas, mas não eliminando a possibilidade de reconhecimento da sua marca e identidade social.

O mercado público é a principal forma de agregação de renda e diferencial de preço recebido pelo arroz orgânico até o momento. A experiência demonstra que os programas de governo são importantes fios condutores para a reprodução socioeconômica de produtos alimentares diferenciados. Dito isto, a dependência institucional é, em parte, um ponto que o grupo precisa avançar, reduzindo a dependência do Estado, evitando a eminência de problemas futuros relativos à mudança estratégica governamental. Do ponto de vista nutricional e de fomento a qualidade de vida dos consumidores, a entrega do produto via CONAB⁵ para formação de estoques é uma perda importante do esforço dos assentados em ajustar um arranjo produtivo local com propósito de proporcionar um alimento saudável (quando este não é disponibilizado logo para o Programa Fome Zero). Já quando a venda é realizada ao Programa de Aquisição de Alimentos, o produto orgânico atinge a sociedade via merenda escolar.

⁵ Segundo o entrevistado a CONAB é o programa institucional mais interessante às famílias agricultoras, pois ela proporciona o capital antes da entrega do produto. Isso facilita a gestão da cooperativa por aumentar o giro de caixa. Além disso, existe a possibilidade de entrega do produto ou em dinheiro, este último mediante um juro de 2% ao ano (o caso modifica-se em função dos ministérios que a política está relacionada no Estado Brasileiro). A cooperativa opta pela entrega em arroz uma vez que possui uma quantidade razoável de produção.

O mercado público também confronta com a necessidade das estratégias de marketing. A apresentação do produto para prefeituras municipais e nutricionistas das escolas (amostras, explicação nutricional, identificação territorial) constitui-se em formas que facilitam o elo entre a produção orgânica e o consumidor final via aceite da gestão pública local. Os profissionais nutricionistas, calcados em argumentos da legitimação científica, conhecem as implicações da escolha de alimentos que compõem a dieta alimentar. Esse passo tornou-se um robusto avanço nos âmbitos do Programa de Aquisição de Alimentos. Por outro lado, são salientados certos direcionamentos nas chamadas públicas que os excluem, devido às especificações técnicas requisitadas. Tal oportunismo provoca distorções no sistema de seleção eliminando boa parcela de ofertantes de alimentos, seja este orgânico ou convencional, no caso do arroz.

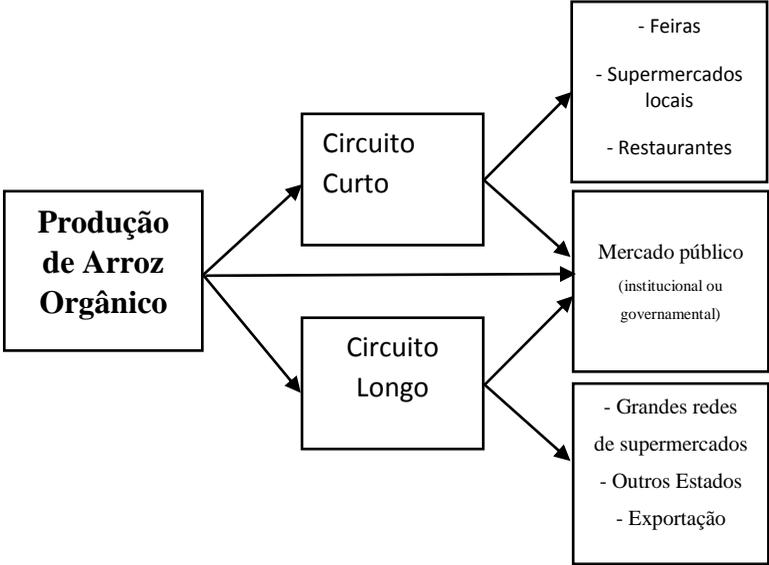
Em reunião com os agricultores assentados presenciou-se certa preocupação na produtividade do arroz orgânico que atinge 50 a 60% do convencional e a compensação do preço. Em certos momentos, surgiram dúvidas sobre o ganho econômico da produção orgânica necessitando cumprir uma série de exigências que, em alguns casos, ultrapassam problemas do seu lote (por exemplo, a água de irrigação utilizada passa por uma lavoura de arroz convencional). Para conseguir a certificação orgânica, o trabalho dos técnicos de ATEs é primordial na organização dos grupos, na transmissão de informações (cartilhas, conversas e intermediação), na articulação da cooperativa, na produção e todas as ações em prol da conquista desse propósito, considerando um processo em longo prazo que depende da ação coletiva e responsável do grupo de assentados. Nesse ínterim, o técnico se comporta por um lado como um parceiro das famílias, um responsável pela voz dos agricultores

à cooperativa, um assistente em noções básicas de controle interno dos procedimentos da certificação e um mediador do processo e, por outro, um agente de fiscalização, um burocrata e um ser externo que controla a risca as ações do grupo. Diante disso, em momentos, passa a ser considerada uma pessoa de confiança simbolizando um companheiro de luta e, em outros, como um porta-voz orientado pela burocracia que traz carregado em sua imagem um causador de empecilhos à produção das famílias.

O mercado privado, nesse caso, comporta-se como orientador da oferta do produto orgânico pelas famílias. As limitações financeiras, humanas e estruturais ainda são entraves para a construção de mercados próximos e sólidos com identidade do território. Nesse momento, a inserção do produto em cadeias de circuito curto é guiada mais pelo interesse do consumidor do que pela força dos cooperativados assentados, como complementa a liderança da Coceargs: “É muito mais pela força externa do que interna”. Neste caso, a figura 1 demonstra que concretamente a produção está sendo direcionada diretamente para o mercado público, mas busca via mercado privado com duas possibilidades – circuito curto e longo. O circuito curto, mais difícil de consolidar e vulnerável, são visualizados pelos assentados como ideologicamente interessante (inovação, autonomia, agregação de valor), mas detém nele incertezas e dificuldades inerentes de sua característica dinâmica (insegurança, dificuldade de previsão de demanda, esforço constante na busca de consumidores potenciais), por isso, ainda pode ser mais explorado. O circuito longo, dadas às precauções já mencionadas, possibilita a inserção do produto com requisitos mínimos, talvez, simulando um sistema de integração. Ele é confortável as lideranças da cooperativa, pois já se consegue estimar uma demanda pelo

produto, via formalização de contratos com grandes redes. E na eminência de ambos (circuito curto e longo) não fornecerem resultados expressivos, tem-se o mercado público disponível.

Figura 1 – Esquema representativo da inserção da produção de arroz orgânico no mercado, produzido nos assentamentos da Região metropolitana de Porto Alegre, RS



Fonte: Pesquisa de campo.

Fica-se claro, nessa experiência do arroz orgânico, que a impulsão foi, em especial, em função de um forte viés ideológico que congrega argumentos de saúde, qualidade de vida (agricultor e consumidor) e atividade com menor impacto na natureza. Após os primeiros anos, a emergência de políticas públicas de governo facilitou indiscutivelmente a reprodução social dos agricultores e tornou-se fundamental para o seu

retorno ao mercado. Dadas às precauções já alertadas (dependência institucional, possibilidades de mudança de planos do Estado e outras contingências), as famílias assentadas conseguiram, juntamente com a organização cooperativada, atingir um bom nível de consolidação. Sabendo dessas inconstâncias, a liderança da Coceargs, faz menção sobre a intervenção estatal no mercado, sendo circunstancial para o avanço:

Nós estamos empolgados pelo seguinte: nunca conseguimos comercializar nada então para nós é uma luz no fim do túnel (...) nós vamos abraçar essa luz agora. Se daqui há quatro anos ou daqui há dois anos vai mudar governo ou vai mudar legislação, nesse tempo o pessoal consegue dar uma respirada, consegue organizar a vida, ter uma renda. Então, veja a expectativa não é só econômica da cooperativa, mas principalmente da família. Então essa é a nossa motivação, aí tu vais nas famílias, é todo mundo: ‘vamos porque vamos’ e se faz um esforço. Se você entrar nos assentamento, hoje, você vê que as pessoas estão descapitalizadas, muitas famílias não tem como pagar a luz, vive modestamente da bolsa, da bolsa família. Então, o mesmo pessoal que está lá na vila, na favela, nos bairros, nós temos gente aqui. Então, nós vimos com muito bons olhos a possibilidade do institucional pra começar alavancar o processo.

Empolgados, forma de expressar o interesse em dar continuidade ao modo de produção alternativa, buscando agregar valor em função dessa escolha, seja em âmbito público, seja no mercado privado. É evidente que algumas famílias assentadas sustentam um maior avanço nas técnicas de produção, outros nem tanto. Ou ainda alguns não acreditaram

nesse caminho. Existem, por si só, uma miscigenação de casos particulares, mas que no todo formam a experiência analisada. Questionados sobre a dependência dos programas institucionais na reinserção das famílias e sua a probabilidade de inexistência deles, a liderança da Cootap exclama: “É, eu na verdade, acho que nós não tínhamos evoluído tanto quanto a gente cresceu. Isso nós não temos dúvida. Agora eu acho que nós não tínhamos desaparecido também”.

Observando os depoimentos, constata-se similitudes, em certa medida, entre os documentos orientadores da extensão rural (que visam o retorno dos agricultores a mercados dinâmicos), os pesquisadores sobre redes alternativas de alimentos e as lideranças dos assentados. No quadro a seguir, apresentamos três aproximações.

Quadro 1 – Aproximações entre a literatura e as lideranças assentadas sobre os mercados de alimentos alternativos

Características apontadas pelos pesquisadores	Característica e ambições apontadas pelas lideranças assentadas
O consumidor preocupa-se com a saúde, o conteúdo nutricional e a crescente consciência em relação aos aspectos ambientais relativos à produção de alimentos (Spaargaren, Guivant e Oosterveer, 2007).	Vamos fortalecer o trabalho no “apego” do produto: no fato de ser orgânico, ecológico, que respeita o meio ambiente, mas também o fato de ser produzido pela agricultura familiar.
Visões como a de Reardon e Berdegúe (2003), mencionam que os supermercados oferecem grandes oportunidades, instigando para a ampliação do mercado de consumo e sendo a porta de entrada para o caminho que conduz a mercados dinâmicos, nas áreas urbanas e nas	A intenção das lideranças, após consolidar a produção e a agroindustrialização do arroz, é atingir as cadeias de circuito longo como grandes redes de supermercados (produtor – rede), garantindo uma demanda contínua (garantia de venda), mas não

classes médias.	descartando o canal direto de comercialização, as cadeias curtas (produtor – consumidor), salientou o entrevistado.
Pecqueur (2009) sugere que a saída para a economia contemporânea consiste em diferenciar os produtos para que se tornem específicos, posicionando-se em condição diferenciada diante da concorrência. A vantagem comparativa, num contexto de globalização, torna-se uma vantagem diferenciadora, sendo conveniente numa lógica territorial não se especializar, mas preferencialmente escapar das leis da concorrência quando elas se tornam impossíveis de ser seguidas.	É claro que estamos localizados em uma região privilegiada que facilita um pouco a inserção de nosso produto para os consumidores. Estamos com foco no arroz orgânico, mas temos outros produtos como o leite, a horta, etc.;

Fonte: Elaborado pelo autor

Os argumentos sobre o apelo social que circundam em prol de mercados passam sobre uma ótica simples, isto é, por elementos de confiança e informação que, na abordagem de autores da nova sociologia econômica, tratam de relações sociais enraizadas em convenções e regras implícitas, em normas de conduta e em laços de cooperação, reciprocidade e confiança, firmados através de contratos ou não.

Os laços de confiança em direção a edificação de mercados podem se configurar de diferentes formas. Na apresentação do produto orgânico para as prefeituras e nutricionistas ou para consumidores feirantes equivale pensar que a escolha de um produto orgânico está, relativamente, apoiada na conduta das famílias assentadas, na crença de que ele foi realmente produzido com compostos artesanais e controle

biológico e sem uso de defensivos agrícolas. Diante das dificuldades dos compradores ou clientes verificarem ou acompanharem a produção, o elemento confiança surge como fator preponderante para aquisições futuras. A certificação, nesse caso, fortalece ainda mais o componente, pois a presença de “fiscalizadores” fornece legitimidade aos compradores ou consumidores do produto via comprovação de selo. Esse processo é amparado pelo acesso e disponibilidade de informação que as pessoas têm sobre o alimento. Sabourin (2013) simpatiza pela certificação por conformidade social, mas não eliminando completamente a conformidade técnica; os produtores como pares e os consumidores como juízes, continuam primordiais e incontornáveis. A qualidade orgânica, segundo Niederle (2014), não se sustenta exclusivamente em selos, marcas e certificados (embora façam uso desses mecanismos), porém num novo tipo de convenção qualitativa, ou seja, em novas relações sociais entre produtores e consumidores que preza pela convivência (NIEDERLE, 2014).

Ainda compondo o rol dos elementos não estritamente econômicos que explicam a experiência, o reconhecimento é o processo subsequente. O arroz orgânico reconhecido pela sociedade equivale garantir laços de identidade e proximidade com o alimento. Nesse sentido, alia-se a característica do alimento com o local que é produzido, um processo de longo prazo. O saber fazer construído no coletivo (convenção cívica) pelas famílias assentadas emana características que fortalecem sua identidade produtiva. Considerando uma atividade que abarca inúmeros riscos, como a agricultura, as ações de cooperação entre famílias, entre famílias e cooperativas assumem papel fundamental na continuidade da atividade. E a segurança é o cerne que guia e orienta alguns comportamentos. A busca por um canal de circuito longo, ou seja, um contrato

com grandes redes de supermercado é um fator que abona e garante, em certa medida, a venda da produção. Atualmente, esse papel é cumprido pela CONAB, mas a oferta de arroz orgânico já possui um volume expressivo, o que faz as lideranças pensar outras maneiras de escoar a produção orgânica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse caso do arroz, considerado uma *commodity* no sistema agroalimentar, segundo Wilkinson (2002), também é alcançado pela dinâmica de mercados de qualidade, submetendo-se ao crivo do consumidor e de questionamentos cívicos. A experiência demonstra que os atores envolvidos estão em construção de relações com outros grupos, na busca de informações para sua produção alternativa. Isso se coaduna com a percepção de laços fracos, explicada por Granovetter (1973), prospectando um cenário de aumento de chances na procura de oportunidades e inovação, facilitando o potencial empreendedor. Instalados em uma área geograficamente privilegiada, as famílias assentadas possuem acesso às condições de mercado, em certa medida, informação sobre o comportamento e as experiências práticas de outras atividades alternativas. Devido essa acessibilidade, podem ter mais contatos pessoais e maiores subsídios para arriscar nessa nova oportunidade de renda.

O entusiasmo em conhecer, buscar informação e prospectar cenários para a produção orgânica dos assentados aparece claramente na fala da liderança da Coopan: “Nós queremos aumentar essa parte da comercialização fora da CONAB. Essa é a estratégia que vamos articular forte, com perspectiva de aumentar. Precisamos dominar esse processo”. A polivalência da experiência demonstra que ela está orientada por

uma mudança no modo de produção, guiados por uma demanda crescente de consumidores que fornecem valor ao atributo saúde e respeito ao meio ambiente. Dessa forma, em certa medida, essa experiência contrasta como um exemplo concreto dos princípios norteadores dos documentos de organizações e institutos voltados para o desenvolvimento rural que visam como objeto final tirar os agricultores da zona marginal (pobreza) e, ao mesmo tempo, atingir níveis mais altos de segurança alimentar na sociedade.

Para finalizar, um processo histórico de experiências negativas em relação ao modelo convencional, fortaleceu e motivaram as famílias agricultoras a buscarem outras formas de produção, desligadas das estratégias convencionais voltadas para a commoditização tradicional. Existem ainda muitos caminhos a trilhar, no entanto, é através desses avanços e desafios que, aos poucos, está se construindo uma forma alternativa de consolidar as estratégias de reprodução social na agricultura de pequena escala. O apoio estatal, o esforço da extensão rural e, principalmente, a vontade e motivação dos atores rurais proporcionou um ambiente que estimulou o avanço dessa experiência do arroz orgânico na Região Metropolitana de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

ARDILA, J. La extensión rural para el desarrollo de la agricultura y la seguridad alimentaria: aspectos conceptuales, situación y una visión de futuro. San José, C.R.: IICA, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Congresso Nacional**, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Congresso Nacional**, DF, 15 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Congresso Nacional**, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização** - Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, 2010.

CHRISTOPLOS, I. **Mobilizing the potential of rural and agricultural extension**. Rome: Food and Agriculture

Organization of the United Nations (FAO). 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/i1444e/i1444e00.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DIESEL, V. A construção de consensos sobre o futuro da extensão rural nas organizações de cooperação internacional. In: Org(s). DIESEL, V.; NEUMANN, P. N.; CLAUDINO DE SÁ, V.; **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional** – reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 35 - 56.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Corede Metropolitano Delta do Jacuí**. Porto Alegre: FEE DADOS, 2013. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Metropolitano+Delta+do+Jacu%ED>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **FEE DADOS**: Rio Grande do Sul – agricultura – culturas temporárias – arroz. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/feedados/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **FEE DADOS**: Rio Grande do Sul – agricultura – culturas temporárias – arroz. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/feedados/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FERREIRA, F. F. **A formação e organização do grupo gestor do arroz orgânico nos assentamentos de reforma agrária no RS**. Monografia(Especialização em Agricultura Familiar

Camponesa e Educação do Campo)– Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

FERRIS, S.; MUNDY, P.; BEST, R. **Getting to market: from agriculture to agroenterprise**. Baltimore: Catholic Relief Services, 2009.

GRANOVETTER, M. S. La fuerza de los vínculos débiles. Traduzido por M^a Ángeles García Verdasco. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6. p. 1360-1380, 1973.

HOLLOWAY, L.; KNEAFSEY, M.; VENN, L.; COX, R.; DOWLER, E.; TUOMAINEN, H. Possible Food Economies: a Methodological Framework for Exploring Food Production-Consumption Relationships. **Sociologia Ruralis**, v. 47, n.1, p. 1-19, january, 2007.

INCRA. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES)**. 2003. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/005502027.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

MOMESSO, C. M. V.; ROEL, A. R.; FAVARO, S. P. Levantamento do potencial de comercialização de produtos orgânicos para o estado de Mato Grosso do Sul. **Interações (UCDB)**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 55-62, jan./jun. 2009.

NIEDERLE, P. A. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI - Revista de**

Ciências Sociais, Santa Maria, v. 4, n. 1, p.162-189, jan./jun. 2014.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 8, n.14, p. 79-105, abr. 2009.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. La rápida expansión de los supermercados en América Latina: desafíos y oportunidades para el desarrollo. **Estudios Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.21, p. 5-41, 2003.

SABOURIN, E. Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. In: CONTERATO, M. A.; NIEDERLE, P. A.; TRICHES, R. M.; MARQUES, F. C.; SCHULTZ, G. (Orgs). **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. p. 190-210.

SPAARGAREN, G.; GUIVANT, J. S.; OOSTERVEER, P. Shopping for green food in globalizing supermarkets: sustainability at the consumption junction. In: Pretty, Jules; Guivant, Julia; Benton, Ted; Lee, David; Orr, David and Ward, Hugues. (Org.). **The Sage Handbook on Environment and Society**. London: Sage, 2007, p. 411-428.

VERMEULEN, S.; WOODHILL, J.; PROCTOR, F.; DELNOYE, R. **Chain-wide learning for inclusive agrifood market development**: a guide to multi-stakeholder processes for linking small-scale producers to modern markets. International Institute for Environment and Development (IIED), Wageningen University and Research Centre. Retrieved

from, 2008. Disponível em:
<[https://www.wur.nl/en/Publication-
details.htm?publicationId=publication-way-333636323538](https://www.wur.nl/en/Publication-details.htm?publicationId=publication-way-333636323538)>.
Acesso em: 20 out. 2017.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o fortalecimento dos mercados. **Revista Ensaios(FEE)**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2002.

ESTUDO DA GESTÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Eliandra Gomes Marques
Luiz Felipe Gomes Uberti

INTRODUÇÃO

A UPF estudada está localizada na Vila Santa Catarina município de São João do Sul/SC no Território Extremo Sul Catarinense, possui uma área de 04 ha sendo que 01 ha é arrendado. A propriedade dista 3,5 km da sede do município e possui vias asfaltadas até sua proximidade, com apenas 800 m de estradas de chão até seu acesso. Possui energia elétrica, acesso a televisão via parabólica, telefonia celular e internet, no entanto a água vem de poço artesiano e o saneamento é com fossa séptica. Em relação ao relevo assim como a região é plano o que facilita a mecanização.

A família trabalha com hortaliças e fruticultura, além de plantarem aipim, feijão, milho e também criam galinhas e duas matrizes suínas para venda dos leitões. O manejo e conservação do solo e tratos culturais usados na UPF estão de acordo com métodos agroecológicos o que possibilitou a certificação orgânica após passarem por um período de transição. Na propriedade existe uma estufa de fumo desativada que serve como galpão, sendo que parte dela está sendo reformada para instalação da agroindústria familiar onde será realizada a higienização e processamento da produção, também existe na propriedade o galinheiro e local para os suínos com aproveitamento de dejetos para compostagens. A família possui

um microtrator Tobata com implementos utilizados para o preparo do solo em especial na área das hortaliças, pois os canteiros são refeitos semanalmente para reposição das mudas.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INSERÇÃO DA UPF ESTUDADA

São João do Sul possui uma população em torno de 7.000 habitantes, sendo que 83% residem na zona rural. O município teve seus primeiros ocupantes em meados de 1860 sendo colonizado por famílias de origem açoriana e alemã nesse período e mais tarde já em 1890 chegaram outras famílias dando início ao seu desenvolvimento agrícola com característica fundiária de pequenas propriedades onde além da pesca artesanal e das culturas de subsistência era produzido mandioca, arroz, milho, banana sobressaindo a produção de farinha de mandioca sendo inclusive seu excedente produto de exportação no século XVIII.

No início a região de terras planas com leve inclinação para os rios Mampituba e Sertão contava com vegetação de Mata Atlântica que devido a exploração agrícola teve vasta diminuição restando poucas propriedades com áreas arbustivas.

A partir da década de 1960 surgiram, na região, algumas poucas lavouras de fumo e iniciou a produção de suínos. Já na década de 1970 com incentivo das integradoras cresce a produção de tabaco e suínos no município, também a cultura do arroz se expande em áreas de várzea. Através da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) algumas famílias têm acesso à assistência técnica e crédito.

Também nesse período já se faz sentir a Revolução Verde através de pacotes tecnológicos, campanhas de vacinação

para controle da febre aftosa no rebanho bovino e uso de insumos sintéticos industrializados e agrotóxicos. À época algumas poucas famílias adquirem máquinas e implementos através de crédito agrícola. Também as integradoras de fumo incentivam a aquisição de terras e implementos o que impulsiona essa atividade. Nesse período a água para consumo nas propriedades era de poços retirada com balde e uso de manivela, os alimentos eram conservados na banha ou salgados e quando abatidos animais para consumo eram divididos com vizinhos, pois a energia elétrica só surge na década de 1980 por meio da cooperativa de energia CEPRAG que até os dias de hoje é responsável pelo abastecimento no meio rural.

No início dos anos de 1990 algumas famílias iniciam o cultivo de hortaliças em maior escala e moranguinho, também começa a produção de maracujá. A partir dos anos 2000 a bacia leiteira na região se expande. Há diminuição de engenhos de farinha e polvilho devido a obrigação de adequação à legislação ambiental e ao mesmo tempo ocorre o surgimento de agroindústrias familiares em especial de biscoitos, aipim descascado e pamonha.

Atualmente o município que está em uma região de planície com altitude média de 20 m situado entre a faixa litorânea e os patamares da Serra Geral pertencente a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC. São João do Sul está localizado a cerca de 40 km de onde estão os Canyons e a 6 km da BR101 por onde escoa sua produção tanto para o Sul em direção a Porto Alegre que dista 200 km como para o Norte em direção a capital Florianópolis distante 250 km e os demais Estados do centro do País.

Apresenta características fundiárias da Agricultura Familiar com propriedades em sua maioria com extensões menores de 10 ha e pouco mecanizadas com utilização

comumente de tração animal, sendo que em 80% delas é produzido fumo de forma integrada com grandes empresas, o que demanda mão de obra, porém devido ao reduzido número de componentes familiares assim como em grande parte das UPF há culturalmente a troca de serviço entre familiares ou vizinhos, com necessidade de contratação de mão de obra esporádica essencialmente em períodos de colheita. No entanto, em 2011, devido ao baixo valor pago a produção de tabaco pelas integradoras inicia uma greve de fumicultores na região resultando dentre outras coisas na redução de aproximadamente 50% da área plantada em relação ao ano anterior.

Em 2012, com auxílio da Epagri e da Uneagro, entidade que executa via MDA o Projeto Diversificação em Áreas de Tabaco no município e região, é fundada a Coopersertão cooperativa formada por Agricultores Familiares de São João do Sul e municípios vizinhos. Nesse meio atualmente há também produção de arroz, maracujá, mandioca, aipim, milho, moranguinho, abacaxi, hortaliças, gado de leite e pecuária familiar, entre outras culturas caracterizando assim uma diversificação na área rural com várias agroindústrias familiares que agregam valor aos produtos cultivados, assim como trabalhos na confecção de tapetes artesanais.

CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS

A família proprietária da UPF em estudo é composta pelo casal e um filho de 16 anos que estuda no período noturno e durante o dia auxilia nas atividades da propriedade e uma filha com 8 anos que na medida do possível ajuda nas lidas caseiras, além de que há familiares que moram em propriedades próximas e trocam dias de serviço dessa forma auxiliando em algumas

atividades quando necessário, portanto a mão de obra é essencialmente familiar com contratações esporádicas de diaristas. A família possui 3 ha de terra própria e arrenda 1 ha devido ao aumento de produção, em especial fruticultura. Essa área está dividida em pequenas glebas onde em 1,5 ha são cultivados hortaliças, em 1,0 ha plantam feijão, abóboras e milho em 0,5 ha está o pomar de maracujá e uma pequena área de amora preta e no restante criam os animais. A produção de hortaliças, assim como o feijão, moranga, aipim descascado e os ovos são comercializados em feira livre para a população em geral uma vez por semana no centro da cidade e porta a porta, de forma direta, pra cerca de 100 famílias que se tornaram fregueses ao longo de cinco anos que vem produzindo hortaliças, após abandonarem o cultivo do fumo.

Por meio de políticas públicas como PNAE comercializam polpa de maracujá nas escolas. Em relação aos suínos vendem em torno de 40 leitões ao ano para vizinhos na comunidade.

Para otimizar a mão de obra adquiriram em 2012 um microtrator com implementos através de recursos do Pronaf, também possuem pulverizador costal 20 litros e motobomba ½ Hp utilizada para irrigação. No ano de 2013 por meio de parceria entre o Projeto Diversificação e UFSC a UPF foi indicada para servir de unidade demonstrativa na região e através do projeto Tecnologia Social em Gestão de Águas (TSGA) foi instalada uma cisterna com capacidade de 10.0000 litros para melhor aproveitar a água da chuva na irrigação. Em relação as benfeitorias possuem uma estufa de fumo que está desativada e serve como galpão e depósito, um galinheiro, chiqueiro e um pequeno estábulo.

FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

Em 2011 após duas safras de fumo consecutivas com prejuízos devido a intempéries, baixa remuneração e em função de problemas de saúde a família decidiu parar de produzir tabaco e iniciar o cultivo de hortaliças, inicialmente em uma pequena área com alface e tempero verde. No princípio comercializavam poucas unidades para poder comprar mais bandejas de mudas e assim aumentarem a produção a qual desde seu início se deu sem uso de agrotóxica e o solo fertilizado sem insumos sintéticos.

Nesse momento a comercialização era pouca e feita de carroça com venda direta e propaganda “boca a boca”. Com passar do tempo conquistaram um grupo de consumidores permanentes que se tornaram fregueses o que foi fator determinante para prosseguirem e buscar conhecimento a respeito da nova atividade. Devido a esses fatores a família iniciou a diversificação da produção e conseguiu um ponto fixo no centro do município para montar uma pequena feira uma vez na semana. No entanto, notaram que havia maior demanda por entrega direto nas casas e assim iniciaram a venda porta a porta atualmente com mais de cem fregueses fixos e com entrega de carro adquirido com a venda da produção.

Por meio de ATER da Epagri local e de técnicos da Uneagro após a família iniciar sua participação como beneficiários do Projeto de Diversificação em Áreas de Tabaco receberam orientações para produzir de acordo com os princípios agroecológicos. Integraram-se a Rede Ecovida de Agroecologia e iniciaram o processo de transição orgânica, sendo que em 2013 através de certificação participativa conquistaram a Certificação Orgânica.

Em relação às culturas na área destinada as hortaliças são cultivados alface, brócolis, couve flor, couve folha, temperinhos e repolho sendo estas comercializadas por unidade e ao lado cultivam cenoura, beterraba, pepino, pimentão e vagem que são vendidas por quilo. Em outra gleba produzem aipim e na gleba ao lado moranga, abobrinhas e feijão em consórcio com o milho sendo que esse é plantado de forma escalonada durante o ano todo e serve também de quebra vento pra as verduras. Essas culturas são cultivadas de forma orgânica sendo adubadas com cama de aviário e esterco de peru e o controle de doenças feito por meio preventivo com uso de caldas fitossanitárias, também é aplicado óleo de neem quando necessário, além de que utilizam plantas alelopáticas e controle biológico.

No fundo dessa área está o local destinado para os suínos e nas proximidades o pomar de maracujá e amora preta, sendo o galinheiro instalado próximo da estufa desativada. Em função de essa estufa estar sendo reformada para abrigar a agroindústria as aves de postura serão transcoladas para outra local onde serão criadas no sistema colonial com acesso ao pasto.

Parte da alimentação dos animais vem da propriedade com aproveitamento de hortaliças e frutas que não são comercializadas e o milho cultivado, mas também consomem mais 10 sacas de milho, ração e núcleo que são adquiridos no comércio durante o ano.

ESTUDO DA GESTÃO DA ÁREA

A área da UPF é praticamente homogênea e atualmente toda ela aproveitada da melhor forma possível em conformidade com as recomendações da certificação orgânica. A família aproveita todas as áreas para o cultivo de acordo com a sazonalidade, sendo que a partir de outubro diminuem a

produção de hortaliças devido maior demanda de mão de obra na fruticultura, exceto o plantio de alface e temperinhos que mantém a mesma produção e ocorre durante todo o ano devido à exigência do mercado.

Quanto a área destinada as hortaliças o preparo dos canteiros e replantio das mudas ocorre semanalmente, isto é, enquanto algumas mudas estão crescendo outras são colhidas e novas são plantadas para atender a demanda e escala de produção. O feijão, morangas e maracujá são semeados de acordo com época de plantio sendo que em geral o solo é preparado com aproximadamente um mês de antecedência. Já o milho é plantado de forma escalonado durante o ano todo, sendo semeado cada vez cerca de 1.000 pés que além de alimentação para as aves e suínos serve de barreira para proteger as hortaliças dos ventos. Na área de feijão após a colheita é utilizado a prática de pousio e na próxima safra feito a rotação entra as culturas.

A propriedade se encontra representada no croqui construído com a participação da família onde é possível distinguir a divisão em glebas, suas dimensões e respectivas atividades desenvolvidas assim como a disposição das benfeitorias, como pode ser visualizada na Figura 1.

UPF é referência no município e a família por vezes é convidada a participar de eventos regionais onde socializam com demais agricultores suas experiências.

Portanto a família produz em consonância com as práticas agroecológicas para produção de alimentos orgânicos, sendo a área destinada para as hortaliças trabalhada periodicamente de acordo com a reposição de mudas que é feito de forma escalonada. Para algumas culturas como alface, couve folha e tempero verde os canteiros são refeitos semanalmente devido o replantio. As demais espécies como abóboras, morangas, feijão e aipim o terreno é preparado de acordo com o período de plantio, sendo utilizado cultivo com mínimo revolvimento do solo.

Quanto ao maracujá a área destinada ao cultivo é preparada com antecedência de dois meses, sendo no mês de agosto realizado o plantio das mudas e a partir de outubro inicia o processo de polinização manual. Já a amora preta é perene, no entanto necessita de capinas periodicamente.

Em todo o processo de produção são usados como fertilização cama de aviário e esterco de peru ambos adquiridos de fora, além de que aproveitam recursos da propriedade e confeccionam compostagens, esterco fervido e utilizam frutas e verduras consideradas refugos no mercado. Para o controle de pragas e doenças usam calda bordalesa, calda sulfocálcica e óleo de neem adquiridos no comércio local, além de preventivos caseiros como pimenta, alho e plantas alopatóicas dentre outros.

Em relação aos animais é fornecido o milho produzido na propriedade e restos de culturas, verduras e frutas não aproveitadas para a comercialização. Também adquirem no comércio local cerca de dez sacas de milho ao ano, ração de postura para as aves e para os suínos ração e núcleo mineral para fazer a mistura.

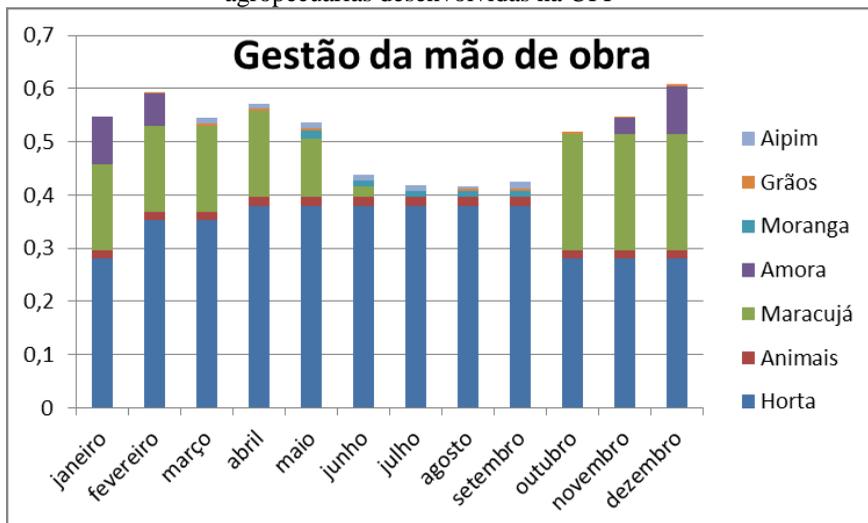
GESTÃO DA MÃO DE OBRA

A mão de obra da UPF em estudo é essencialmente familiar, composta pelo casal e o filho de 16 anos que trabalham com produção orgânica de hortaliças, fruticultura, feijão, milho, abóboras e criam aves de postura e duas matrizes suínas pra comercialização dos leitões. Portanto a propriedade é diversificada e extremamente complexa o acompanhamento da divisão de tarefas, embora para a família seja simples essa distribuição.

O preparo do solo fica a cargo do marido, a alimentação dos animais é realizada pelo filho, a comercialização é de responsabilidade da esposa que esporadicamente é acompanhada pelo filho, sendo as demais tarefas como plantio, adubação, aplicação de controle, capina, colheita, higienização das verduras, pesagem, empacotamento, armazenagem para a venda e demais atividades realizadas em conjunto entre os membros da família.

Comumente ultrapassam 8 horas diárias de trabalho, havendo uma diminuição dessas atividades entre os meses de julho, quando acaba a colheita do maracujá até setembro, pois no mês seguinte inicia a polinização manual do maracujazeiro, sendo nesse período são auxiliados pelos familiares que residem nas proximidades. Também em função da fruticultura no período entre outubro a março diminuem a produção de hortaliças, cultivando o suficiente para abastecer e manter os 100 fregueses fixos que adquiriram durante esses anos que vem trabalhando com produtos orgânicos. A gestão da mão de obra familiar está distribuída nas diversas culturas produzidas na UPF conforme a Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – com o fluxo da demanda anual da mão de obra das atividades agropecuárias desenvolvidas na UPF



Fonte: os autores.

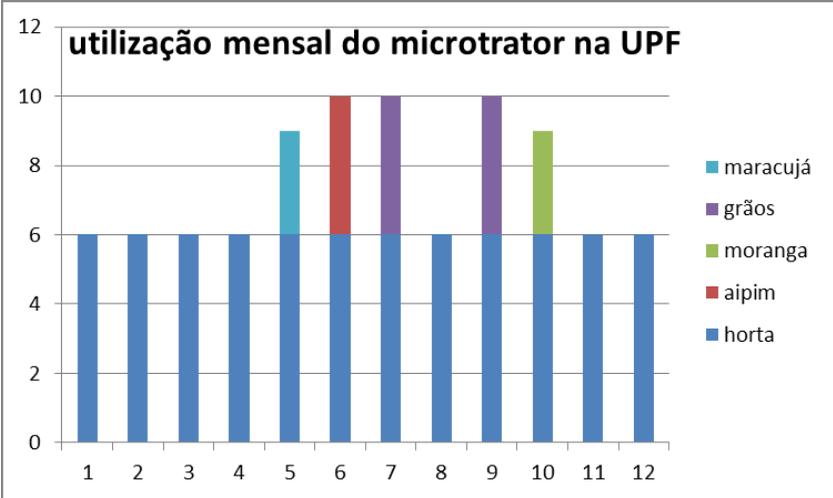
GESTÃO DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

As práticas agrícolas efetuadas pela família na UPF em sua maioria são manuais, no entanto pra agilizar o processo de preparo do solo e minimizar a penosidade dessa atividade, pois semanalmente são preparados canteiros na área destinada pra as hortaliças, a família em 2012 por meio de Pronaf adquiriu um microtrator Tobata com implementos. Além desse maquinário possuem pulverizador costal para aplicação dos preventivos e uma motobomba ½ Hp para auxiliar no sistema de irrigação por aspersão.

O microtrator é utilizado semanalmente em torno de uma hora e meia para preparo do solo e confecção dos canteiros, já o pulverizador esporadicamente é utilizado, assim como a

motobomba pouco é usada na irrigação por aspersão, pois após a instalação da cisterna a família vem fazendo uso de irrigação por gotejamento. A utilização mensal do maquinário da UPF nas várias áreas de cultivo encontra-se disposto no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Utilização do maquinário da UPF



Fonte: os autores.

GESTÃO DO CAPITAL

A UPF em estudo se caracteriza por produção diversificada, com produtos alimentícios em sua maioria comercializados semanalmente, oportuniza dessa forma a família uma entrada frequente de recursos, o que gera uma renda média mensal em torno de R\$ 5.000,00.

Em relação aos gastos da UPF devido a utilização de insumos alternativos de baixo custo nas atividades desenvolvidas, aproveitamento de materiais próprios da propriedade como restos de hortaliças e frutos na alimentação

animal e confecção de compostagens, esterco e uso de produtos preventivos caseiros tornam o custo de produção baixos.

SÍNTESE DO FUNCIONAMENTO DA UPF

A UPF em estudo com a passar do tempo se tornou bastante diversificada, com isso ocorreu necessidade de maior mão de obra. Para atender essa demanda foi adquirido um microtrator que é utilizado no preparo do solo, em especial dos canteiros na área das hortaliças, dessa forma torna o trabalho menos penoso e diminuindo a carga horaria destinada anteriormente para essa atividade.

Devido a transição da UPF para produção orgânica muito pouco insumo sintético entra na propriedade havendo diminuição da dependência de insumos externos e maior aproveitamento de recursos da propriedade como o uso de estercos e compostagens. Como a família possui pouca área embora diversificada e toda ocupada o manejo é facilitado pela proximidade entre as glebas e o uso comum de fertilizantes e controles. Há, no entanto, períodos críticos em que ultrapassam as oito horas diárias de trabalho em especial no período de outubro a março que exige maior dedicação a fruticultura e onde diminuem a produção de hortaliças, sendo nesse momento auxiliados por familiares com os quais trocam dias de serviço em épocas de menor atividade. Contudo a família consegue manter um equilíbrio das atividades e de forma sustentável ter rentabilidade.

ESTUDO DA TRAJETÓRIA E OBJETIVOS

Após duas safras de fumo perdidas por intempéries a família se viu descapitalizada, o que foi agravado com

problemas de saúde devido ao uso indiscriminado e exposição indevida a agrotóxicos. Em consequência foi tomada a decisão de não mais cultivar tabaco e começar uma nova atividade, mesmo sem muitos conhecimentos e poucos recursos financeiros iniciaram uma horta de alface e tempero verde.

Inicialmente plantavam para poder comprar mais bandejas de mudas. Com incentivo de conhecidos e alguns fregueses iniciais decidiram que investiriam na nova atividade iniciando a busca por conhecimentos com outros agricultores, apoio da Epagri, participação no Projeto Diversificação em Áreas de Tabaco e com ATER desses técnicos. Com objetivo de desenvolverem a nova atividade participaram de vários cursos, dias de campo e trocas de experiências e também fazem parte de duas cooperativas de Agricultura Familiar. Atualmente a família tem uma UPF, embora com área reduzida, muito diversificada a qual serve de modelo onde além das hortaliças cultivam feijão, moranga, abóboras, milho, trabalham com fruticultura, criam aves de postura e alguns suínos.

Estão construindo uma agroindústria para trabalhar com hortaliças minimamente processadas e polpa de frutas. Contudo, pensam em direcionar as atividades para a produção de polpa de maracujá, amora preta e açaí agregando valor a esses produtos que dessa forma poderão ser comercializados não apenas na época de produção.

ANÁLISE ECONÔMICA DA UPF

A UPF estudada em função do manejo e práticas agrícolas voltados para produção orgânica possui baixa dependência de insumos externos além de que aproveita recursos oriundos de hortaliças e frutas não comercializadas e esterco dos animais levando ao baixo custo de produção.

Também em relação a comercialização a família tem por hábito manter o mesmo preço dos produtos tanto na safra como na entressafra, com isso mantém a clientela e a rentabilidade com giro de capital constante. Em relação a produção bruta (PB) como está demonstrado no gráfico há uma renda superior a R\$ 80.000,00 ao ano, como mostra a Tabela1.

Tabela1 – Consumo Intermediário
Verduras, leguminosas e folhosas

Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Cama de aviário	5.000 kg	R\$: 0,08	R\$: 400,00
Esterco de peru	07 sc	R\$: 25,00	R\$: 175,00
Mudas	384 bandejas	R\$: 30,00	R\$: 11.520,00
Sementes	2 pc	R\$: 70,00	R\$: 140,00
Óleo de Neem	0,5 l	R\$: 60,00	R\$: 30,00
Cada Sulfocalcica	5 pc	R\$: 12,50	R\$: 62,50
Calda Bordalesa	03 pc	R\$: 8,50	R\$: 25,50
Combustivel	08 l	R\$: 3,60	R\$: 28,80
TOTAL			R\$: 12.381,80

Aipim e Moranga			
Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Cama de aviário	5.000 kg	R\$: 0,08	R\$: 400,00
Combustivel	04 l	R\$: 3,60	R\$: 14,40
TOTAL			R\$: 414,40

Maracujá			
Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Cama de aviário	2.000 kg	R\$: 0,08	R\$: 160,00
Óleo de Neem	0,5 l	R\$: 60,00	R\$: 30,00
Calda Bordalesa	16 pc	R\$: 8,50	R\$: 136,00
Mudas	800 un	R\$ 1,25	R\$: 1.000,00
Total			R\$: 1.326,00

Amora preta			
Cama Aviário	500 kg	R\$: 0,08	R\$: 40,00
Calda Bordalesa	1 pc	R\$: 8,50	R\$: 8,50
Total			R\$: 48,50
Aves de postura			
Ração postura	30 sc (25 kg)	R\$: 95,00	R\$: 2.850,00
Milho	10 sc	R\$: 45,00	R\$: 450,00
Total			R\$: 3.300,00
Suínos			
Núcleo	01 sc	R\$: 160,00	R\$: 160,00
Milho	10 sc	R\$: 45,00	R\$: 450,00
Total			R\$: 610,00
TOTAL CI			R\$: 18.080,70

Fonte: os autores.

As atividades praticadas pela família que levam a diversificação da produção, com exceção da fruticultura, não devem ser avaliadas de forma individual, pois estão interligadas, ou seja, cada atividade agrega valor as demais por serem comercializadas em conjunto. Dificilmente a família manteria sua freguesia caso optasse por cultivar apenas folhosas ou somente legumes. A exigência dos fregueses que adquirem os produtos da UPF, assim como o mercado é pela diversificação. Por terem acesso a essa gama de alimentos saudáveis e livres de agrotóxico em um mesmo local esse grupo de consumidores mantém a fidelidade.

A diversificação da produção confere a família uma estabilidade de renda o ano todo, diminui riscos como a sazonalidade, além de que é notável o baixo custo de produção devido a diminuta dependência de insumos sintéticos externos e ao manejo e praticas adotadas na UPF que permite o uso de

recursos da propriedade na confecção de fertilizantes orgânicos, produtos para controle fitossanitário e controle biológico.

Em relação a renda agrícola da UPF embora a família não atinja uma grande escala produtiva mantém uma interação com os consumidores por meio de uma relação de confiança que leva a amizade e credibilidade tornando-os parceiros e desse modo oportunizando entrada de recurso semanalmente que possibilita giro de capital e aquisição de insumos quando necessário, além de que permite manter seus compromissos financeiros em dia.

Na análise econômica da UPF por meio do VAL (Valor Agregado Líquido), onde se desconta todos os custos do Produto Bruto (PB) vimos que a propriedade é sustentável e apresenta uma Rentabilidade Agrícola (RA) de R\$ 58.039,90 no ano gerando estabilidade econômica para a família.

Ao se relacionar o PB (R\$ 87.400,00) com o que foi gasto para produzir, que é o Consumo Intermediário (R\$ 18.080,70) sem considerar os custos de capital fixo, indica a eficácia técnica da UPF ao se chegar ao VAB (R\$ 69.319,30) demonstrando o quanto a UPF é eficiente tecnicamente.

Ao considerarmos a depreciação dos custos fixos resulta num VAL de R\$ 66. 389,90 considerando as parcelas de Pronaf para aquisição do microtrator (2012) e da agroindústria (2015) em fase de construção.

Nesse contexto a atividade relativa às hortaliças é a que apresenta maior renda para a família gerando R\$ 68.000, 00 ao ano com custo de 18,2% (R\$ 2.381,80) com insumos, no entanto a família por pressão dos consumidores não conseguiria manter a clientela sem os demais alimentos produzidos na UPF, embora em sua maioria apresentem baixo custo de produção.

Em relação a fruticultura por ser o primeiro ano de implantação e produção a renda não parece ser satisfatória, no

entanto há o desejo da família em continuar com a produção e agregar valor ao produto produzindo a polpa da fruta o que, se atualmente estivesse ocorrendo, poderia ser comercializado a R\$ 14,00 o quilo da polpa gerando uma renda de cerca de R\$ 9.300,00 somente com maracujá, por exemplo, em vez de R\$ 2.500,00 como é comercializado atualmente a granel em quilos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado na UPF teve como objetivo acompanhar o modo como a família desenvolve suas atividades, utiliza os recursos oriundos da propriedade, combina os fatores de produção, toma as decisões e realiza a comercialização desses produtos, ou seja, de que forma ocorre a gestão da propriedade.

É notável a diversificação da UPF em estudo e o quanto complexo é o manejo das atividades e as práticas utilizadas pela família para atender os princípios da agroecologia com utilização de tecnologias limpas, de baixo custo e praticamente com independência externa. Em relação a mão de obra familiar, embora em quase totalidade dos períodos há uma autoexploração, a família consegue desenvolver as atividades sem necessidade de contratação de mão de obra externa devido à prática de troca de serviço entre parentes.

Como é comum na maioria das UPF o controle do que utilizam, compram ou vendem nem sempre é anotado, porém há um caderno com o resultado da comercialização semanal dessa forma a família tem em mãos o controle das vendas, mas não tem costume de anotar todas as compras ou guardar notas seja de insumos ou fertilizantes, embora tenham noção de quase tudo que adquirem para uso nas atividades. Portanto, como sugestão

está a anotação de entradas e saídas em uma planilha ou caderneta para melhorar a gestão da propriedade.

A CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE NA REGIÃO ALTO URUGUAI (RS): UM ESTUDO SOBRE A COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO ALTO URUGUAI (COPERAL)

Douglas Cenci
Leonice Aparecida de Fátima Alves Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone

INTRODUÇÃO

A produção de leite na região do Alto Uruguai gaúcho é umas das atividades econômicas desenvolvida pelos agricultores familiares e consolidou-se como um dos principais meios para compor a renda dos produtores. Essa condição, tem contribuído no desenvolvimento regional, principalmente, por absorver mão de obra e agregar valor diretamente nas propriedades rurais.

Ao longo dos anos, os agricultores foram se habituando a ter o leite e seus derivados para o autoconsumo familiar e, na medida em que a cadeia foi se estruturando, os mesmos passaram a desenvolver a atividade com fins econômicos, pois ela proporciona a entrada mensal de renda as unidades de produção familiares.

Porém, as transformações ocorridas na cadeia produtiva do leite, a partir dos anos 90, através da liberalização do mercado de lácteos, possibilitou que o Brasil entrasse de vez no processo de globalização, realizando acordos entre vários países concorrentes, o que resultou em um longo período de dificuldades para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, em especial na atividade leiteira. Isso acarretou a redução das margens de lucro da produção comercializada, além de obrigarem os agricultores a

aumentarem a produção, sendo que muitos acabaram desistindo da atividade, devido à falta de capacidade de investimento, e pelas novas exigências impostas pela legislação sanitária e pelos mercados.

Desta forma, buscando entender como a concentração do número de produtores de leite aconteceu, este artigo parte do seguinte problema norteador: a concentração da produção leiteira é decorrente da falta de políticas públicas para a manutenção de algumas categorias de produtores de leite nesta cadeia produtiva?

Assim, na tentativa de responder ao questionamento proposto, o objetivo geral deste estudo é apresentar como ocorreu a concentração da produção do leite na região Alto Uruguai (RS), no período compreendido entre os anos de 2001 a 2016, na Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai (COPERAL).

Especificadamente, este artigo, buscou:

- Apresentar o quadro evolutivo da produção de leite recebida pela Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai (COPERAL);

- Identificar os elementos que implicaram na concentração da produção de leite em determinadas classes de produtores de leite associados à cooperativa;

- Verificar as transformações que ocorreram na produção leiteira nesta cooperativa, no período de 2001 a 2016.

A realização deste artigo se justifica pela importância que a atividade produtiva do leite representa na região do Alto Uruguai, pois ela está presente na maioria das propriedades rurais da região, e segundo os estudos elaborados pelo DESER (2001), devido ao caráter distributivo da renda proporcionada pela atividade leiteira, ela proporciona um efeito dinamizador na economia local, pois, em boa parte dos pequenos municípios,

onde o comércio opera suas atividades em decorrência da agricultura, o leite tem contribuído de forma significativa para o fortalecimento dos agricultores e da economia local, garantindo a circulação mensal de recursos no comércio.

METODOLOGIA

Para analisar a concentração da produção do leite na região Alto Uruguai (RS), foi realizado um estudo de caso na Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai (COPERAL).

Este trabalho tem caráter quantitativo de cunho descritivo. As pesquisas descritivas têm por objetivo descrever fenômenos que ocorrem com uma determinada população em estudo (GIL, 2008). Dessa forma, a coleta de informações ocorreu no período de junho a agosto de 2017, através de entrevistas com os funcionários e direção da cooperativa. Os dados coletados buscaram identificar: o número de produtores associados e a quantidade de leite entregue na cooperativa no período de 2001 a 2016.

Após o levantamento das informações, realizou-se a análise das informações, sendo que os dados são apresentados através das ferramentas de estatística descritiva e representada através de tabelas para a compreensão quantitativa das informações, enquanto outras informações são apresentadas de forma qualitativa neste trabalho.

TRANSFORMAÇÕES NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A cadeia do leite sofreu um processo de transformação significativa a partir dos anos 90, em decorrência do fim da

intervenção do governo e dos programas sociais do leite, liberando o preço do alimento pasteurizado, além de repassar para o setor privado a autonomia sobre as importações de leite e seus derivados (WILKINSON E BORTOLETO, 1999).

Como consequência destas medidas, Uruguai e Argentina que tradicionalmente foram concorrentes do Brasil no ramo dos lácteos, tiveram facilidade para entrar no mercado brasileiro, pois a integração que passa a existir com o Mercosul faz com que as taxas de importação cheguem próximas a zero.

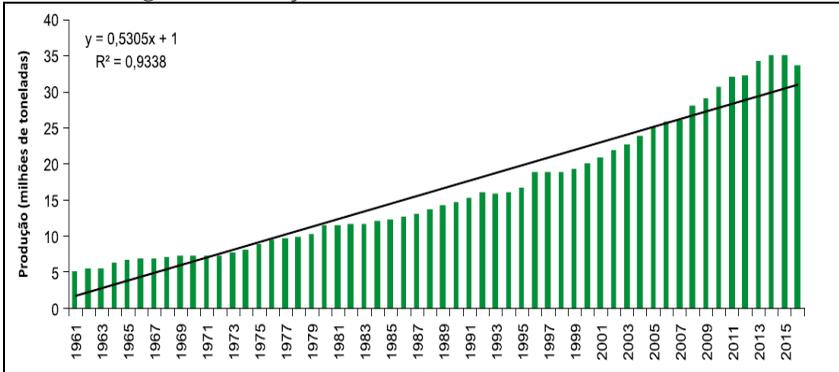
A integração dos mercados, proposta pela globalização, intensificou a concorrência, obrigando as empresas brasileiras a se reestruturarem, e como consequência ocorreu um aumento das exigências aos produtores de leite. O resultado foi a especialização produtiva dos agricultores, resultando no aumento da produção de leite, como forma de sobreviver ao processo de seleção dos produtores, imposta pelas leis do capitalismo, em decorrência da “ausência do Estado”.

A produção de leite, por sua vez, ganhou força impulsionada pelo aumento da tecnificação da produção com a introdução de variedades de pastagens melhoradas, somado a outras iniciativas, as quais elevaram a qualidade da alimentação dos animais. Conforme, Alves et al., (2016), afirmam que 68% do incremento da produção nacional é decorrente da adoção de tecnologias, 22% é resultante da elevação do trabalho e apenas 9,6% é em razão da expansão da área cultivada, além do melhoramento genético, que em conjunto com outros fatores aumentaram a produção leiteira.

A figura abaixo demonstra a evolução da produção de leite no Brasil, no período de 1961 a 2015, sendo que é possível identificar uma crescente evolução nos volumes de leite produzidos, o que significa que ao longo do período a melhoria

nas condições de produção influenciou significativamente no volume produzido.

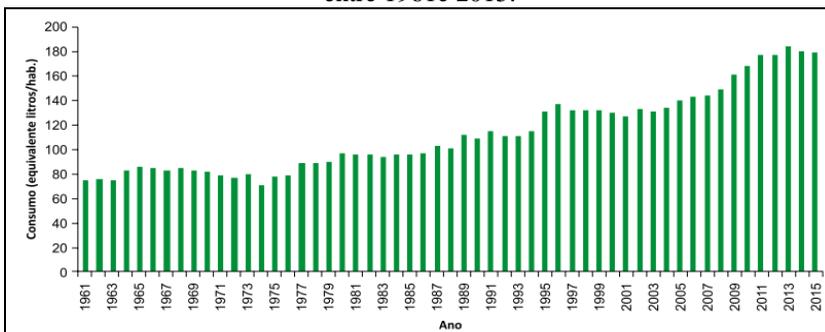
Figura 1-Produção de leite no Brasil entre 1961 a 2015.



Fonte: FAO (2016) e IBGE (2016).

O gráfico revela uma gradativa elevação na produção de leite que é decorrente das seguintes situações. A primeira diz respeito à elevação do consumo interno, com a ascensão significativa do poder de compra dos brasileiros, impulsionados pelo crescimento econômico e pelas medidas governamentais de garantia e geração de renda, adotadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, em que foi possível elevar a taxa de consumo per capita de leite no Brasil, conforme mostra a figura 2.

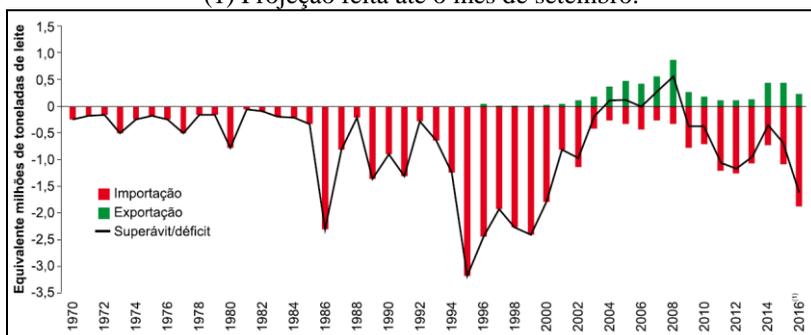
Figura 2 - Evolução do consumo per capita de leite (kg/habitante) no Brasil, entre 1961 e 2015.



.Fonte: IBGE (2016).

Além da elevação do consumo interno de leite, é possível identificar que com as políticas adotadas a partir da entrada do presidente Lula, ocorreu um favorecimento para que algo inédito no Brasil pudesse acontecer. Esta é a segunda situação, em que a exportação de leite e seus derivados acontece de forma significativa, como pode-se observar na figura 03. E a última situação que influenciou a disponibilidade de produto no mercado interno e a diminuição das importações de leite e seus derivados, em especial nos últimos 20 anos, está apresentada no gráfico a seguir.

Figura 3 - Comércio nacional de lácteos, de 1970 a 2016.
 (1) Projeção feita até o mês de setembro.



Fonte: Brasil (2016) e Embrapa (2014)

O aumento do consumo interno, a diminuição das importações e a existência embora ainda pouco significativa de exportações, permitir a expansão da cadeia do leite em todo Brasil, o que fez com que muitos agricultores encontrassem uma alternativa viável de permanência no campo. Porém, esta situação não fez parte do cotidiano de todos os agricultores, pois, a grande maioria foi excluída do mercado, mesmo com a existência de políticas públicas de incentivo aos agricultores, o principal impacto decorre da ausência de um Estado regulador e atuante neste mercado.

Segundo o Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul, produzido pelo Instituto Gaúcho do Leite, o IGL(2017), a produção de leite é praticada em um total de 173.706 propriedades rurais, distribuídas em 491 municípios do Estado. Cada um dos municípios do Estado possui, em média, 349,5 propriedades rurais, que produzem leite, e comercializam para distintos mercados agroalimentares (tabela 1).

Este mesmo documento, evidencia que a grande maioria dos produtores de leite são os agricultores que desenvolvem a atividade em uma área média (tamanho da propriedade rural) de 19,1 ha. Além disso, o leite e seus derivados se constituem em uma fonte importante de alimentação para estas famílias, e na medida que a produção começa a ser comercializada, gera renda e cria condições para que muitos agricultores familiares possam permanecer no campo (IGL, 2017).

Tabela 1 - Importância econômica da produção de leite para o Estado do Rio Grande do Sul.

Volume anual de leite produzido por produtores que:	Total (Litros)	Valor (R\$)*	Média por município.	
			(Litros)	Valor (R\$)
Vendem leite cru para indústrias, cooperativas e queijarias	4.102.315.774	4.225.385.247,22	8.254.156,5	8.501.781,18
Processam leite em agroindústria própria, legalizada	25.811.433	26.585.775,99	51.934,5	53.492,51
Comercializam leite cru diretamente para consumidores	36.993.384	38.103.185,52	74.433,4	76.666,37
Comercializam lácteos de fabricação caseira	85.438.898	88.002.064,94	171.909,3	177.066,53
Produzem leite apenas para o consumo familiar	219.092.210	225.664.976,30	440.829,4	454.054,28
Dão outros destinos para a produção de leite	3.833.911	3.948.928,33	7.714,1	7.945,53
Total	4.473.485.610	4.607.690.178,30	9.000.977,1	9.271.006,39

Fonte: IGL (2017). (*Litros de leite x R\$ 1,03).

Os dados da tabela de mostram claramente o quanto este segmento é importante para o Estado e para os municípios, principalmente, para a grande maioria destes, os quais têm sua

economia sustentada pelo setor agrícola. Pois, em boa parte dos pequenos municípios, onde o comércio opera suas atividades em decorrência da agricultura, o leite tem contribuído de forma significativa para o fortalecimento dos mesmos e da economia local, garantindo a circulação mensal de recursos no comércio.

AS TRANSFORMAÇÕES NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO ALTO URUGUAI (RS)

Para entender as transformações da cadeia produtiva do leite no Alto Uruguai gaúcho é importante entender como se deu o processo de ocupação e sobrevivência dos agricultores nesta região.

Em 1910, chegaram os primeiros migrantes europeus, vindos principalmente das Colônias Velhas do Estado do Rio Grande do Sul, e na época, o governo de Carlos Barbosa entendia que seria necessário colonizar a região com agricultores que passariam a dispor de pequenas áreas de terra para produzirem alimentos, a fim de atender o mercado urbano brasileiro que estava em crescimento.

Em um primeiro momento, como explica Zanella (2004), o sistema de produção de alimentos adotado fazia o uso intensivo dos recursos naturais, emprego da mão de obra familiar e a pouca utilização de implementos e máquinas agrícolas. Nesta fase, grande parte da produção servia às necessidades alimentares das famílias, embora já se vislumbrasse a necessidade de produzir excedentes, a fim de efetuar o pagamento das terras e comprar mantimentos não produzidos na propriedade rural para a família.

A segunda fase pode ser identificada a partir dos anos 70 e 80, quando ocorreu o esgotamento da fertilidade do solo, em que muitos agricultores adotaram novas tecnologias para a

produção de alimentos. Essas tecnologias fizeram parte de um pacote tecnológico⁶ que obrigou muitos agricultores a exercê-lo em decorrência do fracionamento das propriedades, por consequência do aumento no número de integrantes nas famílias, e fez com que muitos agricultores nas décadas de 50 e 60, migrassem para o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

De acordo com Seminotti (2013) a região do Alto Uruguai (RS) enfrentou fortes crises nas décadas de 80 e 90, dando sequência ao processo de êxodo rural. Nesta época, muitos agricultores deixaram o campo em busca de uma vida melhor no meio urbano e outros agricultores migraram para outros Estados, como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Por sua vez, os que permaneceram enfrentaram muitas dificuldades, se descapitalizaram e conseqüentemente, se endividaram com as agências de crédito. A monocultura da soja que foi vista como símbolo de modernização da agricultura regional no início da revolução verde, passou a ser percebida como um empecilho para a sobrevivência no campo. Dessa forma, a alta dependência por insumos, o alto custo de produção, a baixa produtividade das lavouras, os preços agrícolas baixos e as taxas de juros elevadas fazem com que os agricultores busquem outras oportunidades de geração de renda. Neste período, a produção de leite surge como uma alternativa, não mais para o autoconsumo, mas sim como uma fonte de renda.

⁶Esse processo se caracterizou por utilizar a moto-mecanização e insumos de origem industrial, como fertilizantes e defensivos químicos, articulando-o a um processo complexo e sofisticado de seleção biológica de plantas e raças animais de alto rendimento, também chamada de Revolução Verde (GOODMANN, SORJ E WILKINSON, 1990).

Para Deggerone (2014) na segunda metade da década de 80, a atividade leiteira surgiu como uma alternativa de diversificação produtiva das pequenas e médias propriedades rurais, bem como representar a possibilidade de renda mensal, ao contrário das culturas temporárias que oferecem apenas uma renda anual. Assim, a atividade leiteira consolida-se como uma importante estratégia de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares na Região Alto Uruguai.

A ATUAÇÃO DA COPERAL NA PRODUÇÃO DE LEITE (2001 A 2016)

A Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai (COPERAL) foi constituída em um momento muito difícil para os agricultores familiares da região, pois as atividades agrícolas desenvolvidas não ofereciam condições de permanência no campo e o leite, por sua vez, começava a ganhar espaço nas propriedades rurais.

Segundo Seminotti (2013) o leite produzido era comercializado na Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), a qual desde 1980 monopolizava a compra e industrialização do leite na Região. No início dos anos 1990, a empresa enfrentou graves problemas financeiros, o que causava o atraso no pagamento mensal aos produtores, os quais já estavam tendo prejuízo com a atividade em função dos baixos valores recebidos pelo litro do produto. Toda essa situação revoltava os agricultores, que constantemente protestavam junta a instituição para que a mesma solucionasse o problema. Em meio a esta problemática, os sindicatos de agricultores ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) iniciaram um processo de discussão e, posteriormente, de criação de cooperativas de agricultores, o que resultou na constituição da cooperativa, que é

o objeto deste estudo, a COPERAL, em Erechim. Além desta cooperativa, foram fundadas outras organizações, como a Cooperativa de Produção Agropecuária Aratiba- COOPAL, em Aratiba, a Cooperativa dos Pequenos Agropecuaristas de Erval Grande - COOPerval, em Erval Grande, e a Cooperativa de Pequenos Agropecuaristas de Campinas do Sul -COOPASSUL, em Campinas do Sul.

Neste mesmo período, o governo de Alceu Colares busca a resolução dos problemas financeiros, através da cooperativização da empresa Estatal Corlac. Esta iniciativa despertou o interesse das grandes cooperativas da região, como a Cotrel e Cotrigo, e de outro lado também foi vista pelos sindicatos como uma oportunidade de resolver o problema decorrente dos atrasos de pagamento e dos baixos preços pagos aos produtores (SEMINOTTI, 2013).

Os sindicatos, junto com as pequenas cooperativas, fizeram uma disputa com as grandes cooperativas da Região, para ter a posse da indústria da CORLAC. Em meio as disputas políticas, foram expostas as capacidades de ambas as instituições para administrar a Estatal. Os sindicatos ganharam a disputa e assumem a CORLAC, a qual passa a se chamar Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos (COORLAC), tornando-se uma cooperativa de abrangência estadual com a participação de várias pequenas cooperativas do Estado. Depois de cinco anos de intensas negociações políticas e judiciárias, esta cooperativa consegue receber o patrimônio do Estado no ano de 1998, mas mesmo passando a operar a antiga estatal, os problemas estavam longe de serem resolvidos. Pois, as grandes cooperativas da Região se aliam a grandes empresas do setor, construindo postos de recebimento de leite, e passam a exercer um processo de disputa contundente com a então COORLAC. O cenário era desolador, pois a nova cooperativa

recebe uma estrutura sucateada, os produtores de leite apresentavam uma insuficiente produção, o que, segundo dados da COPERAL, eram em torno de 20 litros por dia por propriedade rural.

A década de 1990 foi de muito trabalho para as cooperativas ligadas ao sistema COORLAC, pois, foi preciso organizar as rotas de recolhimento de leite, qualificar os agricultores para uma melhoria nas condições de produção, organizar a industrialização e comercialização dos produtos lácteos e fazer o debate político de sensibilização dos agricultores para permanecerem associados a COORLAC.

Dessa forma, a COPERAL cooperativada a COORLAC, desde o ano de 1993, passou a recolher o leite dos agricultores associados, e entregar na indústria de transformação da COORLAC. A relação entre as duas cooperativas perdura até 2008, quando a COORLAC é vendida, e esta unidade fabril, passa a não industrializar o leite em Erechim. Após a venda da COORLAC, a COPERAL passa a entregar o leite adquirido dos agricultores para a Cooperativa Central Agrofamiliar (AGRICOOOP), que faz o encaminhamento final do produto às indústrias compradoras desta matéria-prima.

Atualmente, a COPERAL possui 366 associados, distribuídos em vinte e um municípios da Região, sendo estes: Aratiba, Aúrea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Carlos Gomes, Centenário, Erebango, Erechim, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

A análise temporal dos dados disponibilizados, para verificar a entrega da produção de leite na cooperativa, iniciou em 2001, quando houve um processo de estabilização no número

de produtores na cooperativa. Dessa forma, a análise inicia em 2001 e termina com os dados de 2016.

A tabela 2, mostra os dados referentes ao quadro social da Coperal, nos anos de 2001, 2006, 2011 e de 2016, tendo como referência o mês de dezembro de cada ano. Os dados mencionados apresentam a quantidade de produtores de leite que comercializaram o produto nos respectivos anos, conforme a faixa de produção, e por fim a variação do número de produtores no acumulado dos anos.

Tabela 2 - Número de produtores por faixa de produção (a cada 1000 litros), referente aos anos de 2001, 2006, 2011 e 2016.

Faixa de produção litros/mês	Ano				Variação
	2001	2006	2011	2016	
0 a 1000	644	397	186	29	-615
1001 a 2000	228	199	138	66	-162
2001 a 3000	57	99	63	74	17
3001 a 4000	19	51	56	53	34
4001 a 5000	10	28	27	36	26
5001 a 6000	9	9	22	16	7
6001 a 7000	4	7	16	19	15
7001 a 8000	1	8	8	20	19
8001 a 9000	1	7	9	5	4
9001 a 10000	0	3	4	5	5
10001 a 11000	0	1	1	9	9
11001 a 12000	2	0		4	2
12001 a 13000	0	3	3	6	6
13001 a 14000	0	1		3	3
14001 a 15000	0	0	3		0
15001 a 16000	1	2	1		-1
16001 a 17000	0	2		1	1
17001 a 18000	0	0	2	1	1
18001 a 19000	0	0		2	2
19001 a 20000	0	1		1	1
20001 a 21000	0	1		2	2
21001 a 99999	0	1	6	9	9

TOTAL	976	820	545	361	-615
--------------	------------	------------	------------	------------	-------------

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Analisando a tabela acima, é possível verificar que em 2001, havia um número significativo de agricultores que produziam leite e entregavam para a cooperativa. Ao total eram 976 produtores e, destes, 876 produtores de leite tinham uma produção inferior a 2000 litros por mês, sendo que 644 produtores tinham uma produção abaixo de 1000 litros/mês, o que representava em torno de 33 litros por dia. Já os produtores que produziam uma quantidade de leite superior, eram em número muito reduzido, ou seja, se somarmos o número de agricultores que produziam mais do que 10.000 litros/mês teríamos apenas três em um universo de 976 produtores, ou seja, 0,3% do total.

No ano de 2006, o número de produtores que entregavam leite para a cooperativa reduziu para 820 agricultores; destes, 596 tinham uma produção inferior a 2000 litros/mês, o que representou uma redução de 156 produtores no número total que entregavam leite para a cooperativa e cerca de 280 produtores que saíram da faixa de produção inferior aos 2000 litros/mês. Isso significa que uma parte destes produtores menores pode ter deixado a atividade, enquanto outros aumentaram sua produção mensal, progredindo de faixa. Neste ano, o número de agricultores que tinha uma produção acima de 10.000 litros/mês passou de três em 2001, para 12 produtores em 2006.

No ano de 2011, foram 545 agricultores que entregaram sua produção para a cooperativa, sendo que 324 produtores tinham uma produção inferior a 2000 litros/mês. A redução neste ano do número total de produtores foi de 275 agricultores em relação ao ano de 2006, e no mesmo período, a redução de

produtores com produção inferior a 2000 litros/mês foi de 272 agricultores, enquanto o número de associados que tiveram uma produção superior a 10.000 litros/mês foi de 16 produtores.

Já no ano de 2016, o número total de produtores ficou em 361, sendo que apenas 95 destes apresentaram uma produção inferior aos 2000 litros/mês. A redução do número total de produtores em relação ao ano de 2011 foi de 184 produtores. Utilizando o mesmo espaço de tempo, pode-se concluir que 229 produtores deixaram a faixa de produção inferior aos 2000 litros/mês, sendo que na faixa de produção acima dos 10.000 litros/mês restaram 38 produtores.

Analisando os dados compilados é possível identificar que no ano de 2001, cerca de 89% dos produtores da cooperativa tinham uma produção igual ou inferior a 2000 litros/mês e com o passar do tempo este número foi gradativamente diminuindo até chegar a apenas 26% do total de produtores que comercializavam leite para a cooperativa em 2016.

Em 2001, na cooperativa havia um total de 976 produtores, mas este número reduziu para 820 produtores em 2006; já em 2011, o número chegou a 545 produtores, restando 361 em 2016 – uma redução de 63% de 2001 a 2016, ou seja, em apenas 15 anos, 615 agricultores deixaram de comercializar o produto com a cooperativa.

Esta redução do número dos pequenos produtores pode ser entendida a partir do aumento de produção por parte dos mesmos, ocorrendo assim, uma progressão de faixa na classificação, conforme produção, mas quando observando o número total de produtores é possível identificar que seria impossível esta ocorrência, pois o número de desistentes é superior ao de produtores que a cooperativa tinha no ano de 2016.

Conforme dados coletados pela pesquisa, a redução do número de produtores ocorreu em função de dois fatores: o primeiro e mais relevante é a desistência da atividade leiteira, pois muitos agricultores acabaram migrando para outras atividades ou deixando o campo para residir e trabalhar no meio urbano. Além disso, infere-se que a maioria dos produtores que deixou a atividade, o fez em função da idade avançada, e como não teria um sucessor na propriedade rural, desistiram de produzir. Já outro grupo de produtores acabou migrando para outras atividades, principalmente, a produção de grãos em decorrência da pouca mão de obra existente na propriedade, o que com a produção mecanizada de grãos se torna possível. Existe ainda um terceiro grupo, que arrendou a terra para terceiros e permaneceu na propriedade rural, mas não produzindo leite.

Com relação a estes condicionantes, Camarano e Abramovay (1999) destacam que os fatores que levaram a migração de agricultores familiares a centros urbanos decorrem do desequilíbrio entre população e recursos disponíveis, escassez de terras e crises no campo, além de calamidades naturais.

Já Souza e Costa (2008) constataram que no início dos anos 2000, a insegurança da política agrícola, especialmente, para aqueles produtores que se dedicam às culturas de subsistência, onde a falta de incentivos agrícolas, aliada aos baixos preços dos produtos agropecuários, motivaram o êxodo rural. Eles ainda inferem que os centros urbanos promovem, através dos meios de comunicação, uma propaganda sobre as oportunidades de educação, moradia, alimentação e postos de trabalhos, o que se constituem em fatores relevantes e estruturantes que resultam no abandono do campo.

Já em relação à aposentaria dos agricultores familiares, De Mera e Mielitz Netto (2014) enfatizam que os agricultores aposentados preferem residir na cidade, pela facilidade de acesso a serviços básicos, como a saúde, e também porque estão sozinhos e com a idade avançada, e acabam não conseguindo dar conta das rotinas diárias que a atividade rural exige.

Ainda em relação aos dados coletados pela pesquisa, embora se identifique que a grande maioria dos 876 produtores tinham uma produção de leite inferior aos 2000 litros/mês tenha deixado a atividade, uma pequena parte destes aumentou sua produção e passou a ver a produção de leite como uma boa alternativa de geração de renda.

O aumento no volume de leite produzido por parte destes agricultores está relacionado diretamente à qualidade e volume da alimentação fornecida aos animais, através da introdução de novas cultivares de pastagens, a adoção de técnicas de armazenagem de alimentos para épocas de escassez e a utilização de rações concentradas, se constituíram em fatores que mais contribuíram para o aumento.

Um segundo fato está atrelado ao trabalho das cooperativas agropecuárias, no sentido de levar inovações ao meio rural, através do melhoramento genético do rebanho com a introdução de raças com aptidão para a produção de leite, como as raças holandesa e jersey, e com o uso de inseminação artificial. Dessa forma, o melhoramento da alimentação dos animais juntamente com à genética, contribui com a redução da incidência de doenças nos rebanhos leiteiros.

Segundo Noro et al., (2006), a produção de leite cresceu em escala e produtividade nos últimos anos, devido a atuação das cooperativas agropecuárias, que foram responsáveis pela maioria da captação do leite, e por implementarem ações que

visassem o crescimento da produção de leite nas propriedades rurais, através do fomento técnico permanente.

Outro fator importante que motivou o aumento da produção de leite foi a mecanização da atividade. Os agricultores, à medida que ampliaram a produção, começaram a ter dificuldades para realizar todas as tarefas que a atividade requer, o que motivou os mesmos a buscarem auxílio de máquinas e equipamentos para facilitar o trabalho. Inicialmente foram introduzidas na Região as ordenhadeiras mecânicas, ainda em um sistema bastante simples chamado “balde ao pé”. Este sistema melhorou as tarefas desempenhas pelos agricultores, pois a realização da ordenha manual é extremamente penosa e oferece vários riscos à saúde física das pessoas. Em seguida, outras tecnologias foram sendo disponibilizadas com o auxílio de financiamentos subsidiados pelos programas governamentais, permitindo que os agricultores modernizassem suas instalações, aumentando significativamente o volume de leite produzido.

De acordo com os dados da pesquisa, durante o governo Olívio Dutra (1999 a 2003) existia um programa do governo do Estado, que permitiu a aquisição em grande escala de ordenhadeiras, resfriadores e animais com genética avançada, e isso fez com que a região desse um salto de qualidade na produção de leite.

Na tabela 3, são apresentados os números referentes ao total de produtores em cada ano e o volume de leite em toneladas produzido pelos mesmos, além do volume médio de leite produzido por produtor em litros.

Tabela 3 - Número de produtores e montante produzido em toneladas nos anos de 2001, 2006, 2011 e 2016, e o volume médio de leite produzido por produtor em litros.

Anos	2001	2006	2011	2016
Número total de produtores.	976	820	545	361
Volumetotal de leite produzido/T.	1.037,01	1.477,53	1.492,77	1.761,91
Volume médio de leite produzido por produtor/L.	1062	1801	2739	4880

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Pode-se verificar que ocorreu um gradativo aumento da produção de leite ao longo dos anos, em função dos elementos estudados anteriormente, que alavancaram a produção de leite mesmo havendo uma redução significativa no número de produtores.

No ano de 2001, um agricultor produziu mensalmente uma média de 1062 litros; em 2006, este número subiu para 1801 litros; em 2011, para 2739; e no ano de 2016, cada agricultor produziu em média 4880 litros de leite por mês, o que correspondeu a um acréscimo de 460% a mais que o volume produzido no ano de 2001.

Tendo por referência os dados coletados na pesquisa e os dados mencionados por Stock et al., (2013), é possível inferir que no ano de 2001, cada associado da COPERAL atendeu o consumo médio de 104 brasileiros, enquanto que no ano de 2016, o valor passou para 344. A elevação da quantidade de leite por propriedade rural, decorre da necessidade permanente de garantir o sustento das famílias, uma vez que a margem de lucro reduziu, e por isso se fez necessário aumentar o volume de leite produzido. Essa situação obrigou os agricultores a investirem cada vez mais na reposição e ampliação do plantel leiteiro, em instalações e equipamentos, e na alimentação animal. Porém esse círculo produtivo, tornou os agricultores familiares

dependentes dos financiamentos bancários contraído sou pelo alto valor do patrimônio imobilizado para desenvolver a atividade leiteira, e que de alguma forma deve ser mantido e/ou ampliado regularmente, para que os produtores consigam cobrir os custos de produção e de manutenção da atividade leiteira.

O aumento na escala de produção ocorreu de forma gradual, e este processo fez com que os agricultores familiares se tornassem cada vez mais frágeis, uma vez que parte destes produtores tiveram dificuldades de realizar os investimentos necessários e por isso acabaram abandonando a atividade leiteira.

Dessa forma, identifica-se que os produtores de leite têm se tornado dependentes das grandes indústrias compradoras e processadoras de leite, o que tem levado à perda da autonomia sobre o modo de produção e comercialização. A tabela 4 apresenta o número de produtores de leite no Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 4 - Número total de produtores de leite no Estado do Rio Grande do Sul

Descrição	Ano		Redução	
	2015	2017	Número de produtores	Percentual
Número total de produtores	198.467	173.706	24.761	12,48 %

Fonte: IGL (2017)

Segundo os dados do IGL (2017) é possível identificar que no ano de 2015, no Rio Grande do Sul, haviam 198.467 produtores de leite, sendo que no ano de 2017 restaram 173.706, uma diferença de 24.761 produtores. Com base, nesta

informação, é possível inferir que os produtores de leite, tenham desistido da atividade em decorrência dos fatores acima mencionados, reduzindo assim, cada vez mais as famílias envolvidas com esta atividade produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, verificou-se que a cadeia produtiva do leite sofreu várias transformações a partir dos anos de 1990, e a liberalização do mercado dos lácteos trouxe consequências desastrosas para os agricultores familiares produtores de leite, fazendo com que os mesmos se submetessem a um processo forçado de modernização da atividade, e reduzindo suas margens de lucro.

Na região do Alto Uruguai, os agricultores enfrentaram fortes crises no fim dos anos 80 e início dos anos 90, onde a Estatal gaúcha CORLAC apresentava dificuldades para pagar os produtores de leite. Este cenário fez com que os agricultores, organizados em sindicatos ligados à CUT, passassem a discutir um novo modelo de comercialização, o que resultou na constituição de pequenas cooperativas de produtores de leite.

Constatou-se que a COPERAL liderou o processo de qualificação da cadeia produtiva do leite na Região, através da introdução de tecnologias de manejo, da melhoria nas condições de alimentação dos animais e da mecanização da atividade. Porém, esse apoio produtivo não foi suficiente para manter os agricultores na atividade leiteira, pois à ausência de um Estado regulador fez com que o mercado excluísse milhares de pequenos produtores da atividade. Estes agricultores abandonaram a atividade leiteira para produzir grãos, pois ela utiliza menos mão de obra; pela migração dos agricultores para as cidades, a fim de residir e trabalhar no meio urbano; e

também alguns produtores apesar de permaneceram na propriedade rural, estes acabaram arrendando as terras para terceiros para desenvolver outras atividades produtivas.

Já os agricultores que permaneceram na atividade, tiveram que ampliar a quantidade de leite produzida, pois, a margem de lucro da atividade reduziu, e por isso se fez necessário aumentar o volume de leite produzido. Essa situação obrigou os agricultores a investirem cada vez mais na atividade, porém esse círculo produtivo, tornou os agricultores familiares dependentes dos financiamentos bancários contraído sou pelo alto valor do patrimônio imobilizado para desenvolver a atividade leiteira.

Portanto, infere-se que as cooperativas tiveram um importante papel no desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, mas que em decorrência da “ausência do Estado” no sentido de controlar o mercado e incentivar a produção de leite, por meio de políticas públicas, ocorreu um grande processo de exclusão de agricultores desta cadeia produtiva, principalmente daqueles pequenos produtores que eram descapitalizados ou detinham pouca mão de obra para desenvolver a atividade leiteira.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. R. A.; LÍCIO, A.; CONTINI, E. Perspectivas do Brasil no comércio internacional de lácteos. In: VILELA, D.; FERREIRA, R. de P.; FERNANDES, E. N.; JUNTOLLI, F. V. (Ed.). **A pecuária de leite no Brasil: cenários e avanços tecnológicos**. Brasília, DF: Embrapa, 2016. 432 p.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. **Importação e exportação de lácteos**. Brasília, DF: MDIC/Secex, 2016. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama nos últimos cinquenta anos**. Texto para Discussão N° 621, Rio de Janeiro, janeiro de 1999.

DE MERA, C. M. P; MIELITZ NETTO, C. G. Diminuição da População Rural na Região do Alto Jacuí/RS: Análise Sob a Perspectiva dos Segmentos Rurais. **Desenvolvimento Em Questão**. Editora Unijuí. Ano 12, n. 27 jul./set. 2014. P. 216-263. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75232113009>>. Acesso: 11 out. 2017.

DEGGERONE, Z. A. A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Univates, Lajeado, 2014.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS (DESER). Departamento Sindical de Estudos Rurais. **Boletim do Deser**. Curitiba, n° 4, p.15, Agosto, 2001.

EMBRAPA. **Visão 2014-2034: o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 194 p.

FAO. **Faostat**: statistics division, trade, download data, crops and livestock products. 2016. Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/download/Q/QL/E>>. Acesso em: 8 out. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOODMANN, D; SORJ, B e WILKINSON; J. **Da lavoura às biotecnologias**. Agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.

IBGE. **Pesquisa da pecuária municipal e censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Sidra, 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.a.sp?c=94&z=p&o=29>>.. Acesso em: 8 out. 2017

INSTITUTO GAÚCHO DO LEITE (IGL). **Panorama da produção do leite no Rio Grande do Sul**. 2017

NORO, G. et al. Fatores ambientais que afetam a produção e a composição do leite em rebanhos assistidos por cooperativas no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.35, n.3, p.1129-1135, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbz/v35n3s0/30727.pdf>>. Acesso em 03 Out. 2017.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEMINOTTI, J. J. **Os agricultores familiares e a representação política do Sutraf na Região Alto Uruguai do RS.** Ed: UPF, Passo Fundo, 2013.

SOUZA, J. B. da Luz; ALVES, A. F.; CULTI, M. N. A pecuária leiteira e o risco de exclusão nos municípios de Peabiru e Quinta do Sol. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v.14, n.2, p.203-211, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122013000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28Out.2017.

SOUZA, M. N.; COSTA, A. T. da. **Êxodo Rural e Urbanizações desordenada: deficiência ou ausência de política agrícola?**. 2008. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=23778>. Acesso em: 12. out. 2017.

STOCK, L. A. et al. (Ed.). **Competitividade do leite no Sul do País: é possível produzir leite competitivo no sul do País? como?** In: INTERLEITE SUL. Passo Fundo, 2013.

WILKINSON, J.; BORTOLETO, E. E. **Trajetória e demandas tecnológicas nas cadeias agroalimentares do MERCOSUL ampliado: lácteos.** Montevideu: PROCISUR/ BID, 1999.

ZANELLA, A. **A Trajetória do Sindicalismo no Alto Uruguai Gaúcho 1937-2003.** Ed: UPF, Passo Fundo, 2004.

PRODUÇÃO, MODERNIZAÇÃO E (RE) LOCALIZAÇÃO ALIMENTAR NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS (RS)

Alencar Luiz Balestrin
Zenicléia Angelita Deggerone

INTRODUÇÃO

Produzir alimentos e ocupar a fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, foi com esse objetivo que muitas famílias de agricultores, migrantes de diversas etnias, ocuparam o território do município de Getúlio Vargas, e estabeleceram os primeiros cultivos e criações de animais, no ano de 1910.

Esse processo de ocupação e de produção de alimentos ajudou a solidificar a agricultura familiar como uma importante categoria, a qual promoveu o crescimento e o desenvolvimento da região, baseado em uma economia que privilegiou a produção de alimentos, como feijão, milho, trigo, arroz e soja, e a criação de animais, como aves, bovinos e suínos.

A forma de produção de alimentos acompanhou o desenvolvimento econômico produtivo do país, o que permitiu que os agricultores também pudessem aperfeiçoar suas técnicas de produção e organização das propriedades rurais. Assim, a tradicional forma de produzir alimentos foi sendo modernizada, permitindo aumento de produtividade nas culturas agrícolas e em sistemas de criações animais. No entanto, por outro lado, elevou de forma significativa a dependência externa por insumos, tecnologias e serviços.

A agricultura familiar que tradicionalmente caracterizou-se pela pouca necessidade de uso de insumos produtivos

externos à propriedade rural, tornou-se, nos últimos anos, altamente dependente, sendo um dos modelos encontrados para competir frente a essa configuração econômica mundial.

Essa nova forma de organização agroalimentar envolve uma complexa rede de agentes que atuam antes e depois da porteira, promovendo o alongamento das cadeias e o distanciamento entre o produtor e consumidor (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Mas, por outro lado, as cadeias curtas de comercialização fundadas por meio de relações de proximidade entre produtores e consumidores permitem ao agricultor estabelecer autonomia e coordenação das atividades e das formas de comercialização que desenvolve.

Dessa forma, o estudo tem por objetivo conhecer a evolução dos principais sistemas produtivos do município de Getúlio Vargas (RS) e identificar dentre estes qual apresenta maior autonomia na produção e comercialização, bem como analisar como os agricultores familiares encontram ou encontraram formas para se ressignificar perante os atuais sistemas agroalimentares.

A coleta de dados foi realizada em cinco unidades de produção familiares (UPFs), no município de Getúlio Vargas, localizado na Região do Alto Uruguai, porção Norte do Estado do Rio Grande do Sul, que desenvolvem como atividade principal um dos seguintes sistemas de produção: criação de suínos; avicultura de corte; produção de leite; cultivo de grãos (soja) e produção de alimentos em agroindústria familiar, sendo estes os principais sistemas produtivos locais. Para a escolha das unidades familiares não foi utilizado nenhum modelo estatístico, sendo identificadas e selecionadas unidades de produção familiares representativas para cada sistema de produção, para tal valeu-se do conhecimento pela atuação do pesquisador junto às propriedades rurais do município.

As atividades envolvendo a pesquisa de campo ocorreram no período de março a junho de 2017, onde, inicialmente, realizaram-se os contatos e agendas de visitas e, a seguir, iniciaram-se as visitas e entrevistas estruturadas envolvendo todos os componentes da família. Todas as etapas foram realizadas conforme as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa CAAE 2017 – nº 63886517.9.0000.8091. Ressalta-se também que para atingir os objetivos propostos pelo estudo, foi necessário utilizar pesquisas bibliográficas e documentais.

A análise e interpretação dos dados das entrevistas foram estudados e confrontados com o material bibliográfico, na qual foi feita uma análise descritiva dos resultados qualitativos, a partir dos dados obtidos junto às unidades de produção familiares.

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS EM GETÚLIO VARGAS - RS

Nesta seção é apresentado um breve relato histórico do processo de produção de alimentos e matérias-primas, em que se destaca os elementos que configuraram a modernização no campo, no município de Getúlio Vargas (RS) e como a agricultura familiar vem se resignificando perante aos novos sistemas agroalimentares.

O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA TERRA EM GETÚLIO VARGAS - RS

A história da agricultura familiar em Getúlio Vargas iniciou em 1908, quando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou uma nova colônia no município de Passo Fundo, às margens da via férrea denominada Erechim – hoje município de

Estação –. Em 1910, com a inauguração da Estação Férrea Erechim, a chegada do trem possibilitou a ligação com a capital e as colônias velhas, a partir daí vieram para a região mais migrantes, a maioria italianos, alemães e poloneses (FABRIS; SMANIOTTO, 2014).

No entanto, antes do processo de colonização, nesta Região os povoadores pioneiros eram os indígenas das etnias Kaingang e Guarani que sobreviviam da caça e pesca e se dedicavam à extração da erva-mate para autoconsumo. Mais tarde, os caboclos, grupo social resultante do cruzamento entre brancos e indígenas, praticavam uma agricultura itinerante abrindo “clarões” no meio da mata, combinando períodos de plantio e períodos de pousio (MARTINS, 1997). A venda de lotes aos migrantes e a ocupação dessas áreas implicou na expulsão dos primeiros habitantes locais, já que a agricultura praticada por eles não gerava excedentes de alimentos pretendidos e não atendia, a contento, os núcleos urbanos.

Após o estabelecimento das famílias migrantes nas propriedades rurais, iniciou-se a atividade agrícola, que viria a fornecer mantimentos para o provimento familiar. Na propriedade colonial trabalhavam todos os membros de família – pais, jovens e crianças –. Ducatti Neto (1981) aponta que as famílias estabelecidas na região iniciavam o trabalho com a roçada dos arbustos menores e, em seguida, era realizada a derrubada das árvores de grande porte. Terminada essa fase, deixava-se o mato secar e, a seguir, procedia-se a queimada, a fim de realizar a semeadura do milho e feijão.

A partir do trabalho dos migrantes, em pouco tempo a colônia Erechim já se destacava na produção de alimentos, que era o objetivo do governo Borges de Medeiros, que aliada à atividade extrativista da madeira revelou o sucesso do projeto (FABRIS e SMANIOTTO, 2014).

As famílias que colonizaram a região desenvolveram um sistema de policultivo-pecuária baseado no trabalho familiar e com diversificação de alimentos para autoconsumo. A produção primária visava à satisfação das necessidades internas das propriedades, por meio de um modo de vida próprio, centrado em torno de vínculos sociais comunitários e de parentesco (DEGGERONE, 2013).

A partir da década de 1930, começou a introdução de algumas culturas comerciais, como o trigo, o centeio e o arroz e a substituição parcial do trabalho humano pelo trabalho animal. Nesse período, surgiram as casas de comércio, que passaram a comprar os excedentes produzidos (TEDESCO *et al.*, 2005).

A MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NO MEIO RURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS

Após a década de 1960, ocorreu um processo de mudança significativa no modelo técnico-produtivista da agricultura, comparada com a agricultura colonial. As transformações ocorreram pela homogeneização das práticas produtivas induzidas pelos padrões da Revolução Verde, com a introdução de insumos industriais, como corretivos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes melhoradas, máquinas e equipamentos. Porém, as consequências deste modelo causaram a degradação dos solos agrícolas, a contaminação da água e dos alimentos, além da devastação de florestas e campos nativos. (ALMEIDA *et al.*, 2001).

Conforme Balsan (2006), o processo de modernização da agricultura mostrou um modelo excludente, prevalecendo o agravamento das questões ambientais, inchamento das cidades, concentração de terra e de renda. A agricultura familiar colocase na dependência da busca da produção e da produtividade,

atrelando-se, muitas vezes, aos complexos agroindustriais com profundas mudanças econômicas, sociais e culturais.

A agricultura familiar, por sua flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção, tornou-se elemento fundamental da modernização agrícola e, principalmente, de certas cadeias agroindustriais (GOMES, 2004).

Com base nas reflexões acerca da evolução dos processos produtivos da agricultura familiar, a seguir serão descritos cinco processos produtivos de Getúlio Vargas, relacionando-os com as cadeias agroalimentares.

DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS EM GETÚLIO VARGAS - RS

O termo "cadeia" é utilizado para representar uma realidade econômica em todos os setores da economia. Na agricultura, o uso desse conceito incorpora o conjunto dos atores envolvidos na atividade de produção primária, de industrialização, de transporte e comercialização, de distribuição e de consumo, além disso, fazem parte das atividades de apoio os provedores de insumos e serviços. A partir da intensificação das ligações entre agricultura e a indústria, na década de 60 surge no Brasil o conceito de complexo agroindustrial (ROESSING, 2002).

As cadeias agroalimentares ou agroindustriais envolvem uma complexa rede de agentes, que inicia antes do plantio, passando por empresas de insumos, sementes, implementos, combustíveis e vai além da porteira abrangendo as unidades de transformação de matérias-primas alimentares. Em decorrência

do grande tamanho, as cadeias agroindustriais são consideradas longas e praticamente não existe relação entre produtor e consumidor (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Os sistemas produtivos das unidades familiares de maneira geral compõem apenas uma parte da cadeia agroalimentar, antes existe a indústria de insumos e tecnologias, que abastece o sistema produtivo e depois a indústria, que processa e distribui os alimentos. A agroindústria familiar se diferencia desses sistemas de produção, pois quase todas as etapas da cadeia são cumpridas pela unidade familiar.

Dessa forma, a caracterização a seguir apresenta como os sistemas de criação de suínos, avicultura de corte e bovinocultura leiteira, a agroindústria familiar e o cultivo da soja, se desenvolveram ao longo do tempo, e como se encontram no atual período no município de Getúlio Vargas.

A criação de suínos em Getúlio Vargas tem origem junto à colonização do município. Inicialmente, para servir de alimento para as famílias, as criações de “porcos” ganharam espaço, favorecidas pela farta produção de milho, mandioca e abóboras, principais fontes de alimentos para os animais. Dada a importância da produção de suínos, em 1935, foi fundada a Cooperativa de Produção da Banha Sant’ana Ltda (Cobanha), incorporada em 1976 pela Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas (Cotrigo), o que contribuiu para a diversificação dos sistemas de produção nas propriedades rurais.

A partir dessa época, o melhoramento genético começou a selecionar raças especializadas na produção de carne, em detrimento da gordura (que o óleo de soja logo substituiria), e iniciaram as primeiras criações integradas com as indústrias. O milho, base da alimentação do rebanho era todo produzido na propriedade e do ambiente externo provinha apenas a ração concentrada e os medicamentos. Esse foi o modelo de produção

em que os agricultores conseguiam boa rentabilidade com a criação, conforme um dos relatos da pesquisa. “O porco dava dinheiro, com 20 porcos gordos paguei meia casa de alvenaria” (EA, 19/05/2017, p. 03).

No entanto, nesse mesmo período, a produção de suínos foi marcada por sucessivas crises, fazendo com que produtores gradualmente abandonassem a criação. Os que permaneceram na atividade foram obrigados a ampliar o plantel e aderir aos sistemas de integração contratuais.

Nessa lógica, a escala de produção se torna imprescindível para produtores manterem-se na atividade e a suinocultura comercial, que em outros tempos figurava na maioria das unidades familiares de Getúlio Vargas, atualmente possui apenas 15 produtores, a maioria em sistema de integração, com aproximadamente 1.000 animais cada. Nesse modelo, a remuneração não depende mais do valor de mercado do suíno, mas sim da eficiência do criador. Todo o investimento em instalações, equipamentos e a adequação às exigências sanitárias e ambientais recai sobre o produtor, que em última análise entra com a mão de obra.

Atualmente, outro sistema de produção muito próximo da suinocultura é a avicultura de corte. A criação de aves caipiras sempre fez parte da paisagem das unidades familiares, cuja finalidade principal era servir de alimento, fornecendo carne e ovos. No município de Getúlio Vargas, a avicultura de corte, embora presente há mais de 20 anos, nunca ocupou posição de destaque entre as principais atividades. O maior incremento na criação ocorreu nos últimos cinco anos com a instalação de unidades modernas, automatizadas e climatizadas, o que contribui para a melhoria dos índices zootécnicos, principalmente na conversão alimentar. Conforme dados de 2017, fornecidos pela Inspeção de Defesa Agropecuária de

Getúlio Vargas, o município possui 15 produtores de frango de corte com capacidade de alojamento de 410.100 aves.

Totalmente desenvolvida por meio de sistemas de integração agroindustrial⁷, a avicultura de corte é uma boa alternativa para aumentar a renda dos agricultores, porém, a preocupação maior reside acerca dos custos de implantação das instalações e equipamentos, conforme os resultados da pesquisa realizada:

O trabalho não é problema, já que é bastante automatizado. O retorno financeiro, se os aviários estiverem pagos, é bom, o problema é o investimento muito alto na construção do aviário e compra dos equipamentos. (EE, 26/06/2017, p. 36).

O modelo atual de produção da avicultura de corte é totalmente dependente de recursos externos da propriedade. A empresa integradora fornece a assistência técnica, os pintos de um dia, a ração e recebe o frango pronto para o abate, pagando um valor que varia conforme a eficiência produtiva do lote. Nesse modelo de produção, o criador não estabelece nenhuma relação com o consumidor final. A relação de confiança entre a indústria e o consumidor é estabelecida pela marca e pela qualidade do produto.

Um terceiro sistema de produção desenvolvido pelos agricultores familiares em Getúlio Vargas é a bovinocultura

⁷O sistema de integração agroindustrial consiste na criação de aves, em parceria entre a integradora – indústria – e o integrado – produtor rural –. A integradora fornece ração, medicamentos, pintos de um dia e assistência técnica. Ao produtor cabe criar as aves seguindo as melhores práticas de produção e é remunerado de acordo com a produtividade e índices de desempenho alcançados.

leiteira. A atividade sempre contribuiu com a alimentação das famílias, principalmente com o leite in natura e seus derivados, especialmente o queijo. A atividade sempre esteve presente nas unidades de produção familiares e sua importância é tamanha, que foi evidenciada em um dos relatos da agricultora entrevistada:

Quando nós casamos, eu ganhei todo o enxoval, uma máquina de costura e uma vaca e o meu marido ganhou meia colônia de terra, uma junta de bois e mais uma vaca pra começar a vida” (EA, 19/05/2017, p. 01).

A produção de leite que inicialmente era para autoconsumo, com a instalação dos primeiros postos de resfriamento de leite na região, passa a ter o excedente comercializado, surgindo a figura do “leiteiro”, como era chamado o motorista do caminhão que recolhia o leite. Dessa forma, a família conseguia dinheiro para comprar alimentos industrializados que não eram produzidos e outros itens de necessidade básica, funcionando como um sistema de troca, sendo que o próprio leiteiro levava o leite e trazia as mercadorias.

A produção de leite, embora presente na maioria das propriedades rurais, durante muitos anos não foi vista como uma atividade geradora de renda para a propriedade. Quase sempre conduzida pelas mulheres, desempenhava um papel social muito importante, já que a receita, mesmo com valores baixos, era frequente e todo o início de mês o “cheque do leite” cobria os gastos das necessidades básicas da família.

Já no final da década de 1980, muitos agricultores passaram ter a produção de leite como atividade principal, realizando investimentos em animais, instalações e alimentação.

A partir desse momento, a atividade passou a selecionar produtores, permanecendo comercialmente somente aqueles que se adequaram às exigências das normas e legislações e com escala de produção que vai ao encontro dos interesses da indústria.

Conforme dados de 2017, fornecidos pela Inspetoria de Defesa Agropecuária de Getúlio Vargas, o município possui 430 produtores que declararam animais para leite ou mistos e destes, 136 comercializam leite. O leite que já esteve presente de forma comercial na maioria das unidades familiares, atualmente aparece em menos de 15% das propriedades de Getúlio Vargas. Por outro lado, a soja, que em outras épocas era cultivada somente pelos agricultores de maior porte, passou nos últimos anos a ser cultivada na maioria das unidades, independente do porte da propriedade rural.

Para o agricultor familiar, entre a década de 1960 e final da década de 80, o cultivo da soja era feito mesmo em áreas declivosas nas entrelinhas do milho, com semente própria e sem a utilização de insumos químicos, porém, o trabalho braçal era intenso e pesado, sendo o preparo do solo realizado por meio do arado com tração animal, a semeadura e a capina era feitas manualmente, já o processo de colheita envolvia o corte das plantas com uma “foicinha” e, posteriormente, a debulha das vagens era feita com a trilhadeira. Nessa época, os rendimentos da soja eram entre 20 a 30 sacas/ha.

Neste período, algumas unidades familiares em terras mais planas iniciaram a mecanização das áreas e a utilização dos pacotes tecnológicos, ainda com muita dificuldade, pois eram necessárias várias operações para o preparo do solo, o que representava altos custos para a produção. A grande inovação

foi a técnica do sistema de plantio direto⁸, iniciado nos anos 1990, e consolidado no início dos anos 2000. O sistema plantio direto aliado à utilização de sementes modificadas geneticamente representou facilidades em relação às operações de semeadura e controle de plantas invasoras na cultura da soja, por outro lado aumentou a dependência do produtor.

Atualmente, a soja está presente em praticamente todas as unidades produtivas como atividade principal ou secundária. Na safra 2016/2017, em Getúlio Vargas foram cultivados 13.000 ha de soja, mais de 80% da área cultivável do município e o rendimento médio apresentado foi 3.900 kg ha⁻¹.

O hábito de transformar alimento na unidade familiar para consumo próprio tem origem junto com a colonização. As necessidades impostas a essas famílias, seja pela falta de oferta de alimento processado, seja pela falta de recursos financeiros para aquisição, fizeram com que funcionasse um mini “complexo agroindustrial” diversificado em cada família.

Praticamente todo o alimento consumido na família que não fosse in natura, era processado na unidade familiar, como a carne suína transformada em banha e diversos embutidos, o leite e seus derivados, as farinhas de trigo e milho, o açúcar mascavo, as geleias e *schimiers* e as bebidas como vinho e cachaça, entre outros. Esse conhecimento acumulado na agroindustrialização caseira, complementado com as técnicas modernas e boas práticas de fabricação, se torna uma excelente oportunidade de negócio para a agroindústria familiar.

⁸O plantio direto é uma técnica de cultivo conservacionista, em que a semeadura é efetuada sem as etapas do preparo convencional da aração e da gradagem. Nessa técnica, é necessário manter o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos vegetais.

No município de Getúlio Vargas, o fomento das agroindústrias familiares legalizadas iniciou em 2007 por meio do Programa Estadual de Agroindústrias, o que condicionou a organização de diversas unidades produtivas que passaram a produzir derivados de leite, embutidos de suínos, ovos fiscalizados, panificação e suco de uva. Para estas unidades familiares, as agroindústrias se tornaram uma importante fonte de renda, capaz de viabilizar a permanência da família no meio rural, conforme depoimento do agricultor entrevistado.

A gente nunca iria conseguir ganhar na terra o que ganhamos com a agroindústria. Eu não acreditava. No início, a minha esposa levou adiante a agroindústria sozinha, hoje eu vejo que ela estava certa. (ED, 16/06/2017, p. 22).

As agroindústrias familiares de Getúlio Vargas se destacam perante outras atividades, principalmente relacionadas à geração de renda. Além disso, a família sai do anonimato e passa a ter uma identidade e a ser reconhecida pelos clientes, tornando gratificante o trabalho diário. Nessa situação, a agroindústria familiar trabalha sob a forma de cadeias curtas, ou seja, a matéria-prima do lugar é transformada e comercializada no próprio município, movimentando a economia local.

A (RE) LOCALIZAÇÃO ALIMENTAR DA AGRICULTURA FAMILIAR EM GETÚLIO VARGAS -RS

A agricultura familiar de Getúlio Vargas, de maneira geral, evoluiu seguindo o modelo de desenvolvimento proposto para a agricultura empresarial, de cultivos com base na dependência dos pacotes tecnológicos e de criações animais dependentes e vinculadas com a indústria. Um cenário

totalmente diferente é encontrado na agroindústria familiar, que percorre um caminho próprio, sem influências dos grandes complexos agroindustriais.

A transformação e comercialização dos alimentos nas agroindústrias familiares de Getúlio Vargas têm se mostrado excelentes alternativas para fixação do agricultor familiar no campo, gerando renda e valorização pessoal da família do produtor. Nessa atividade, a dependência externa da propriedade de modo geral é mínima, uma vez que a própria matéria-prima é transformada em alimento processado, agregando valor ao produto e utilizando a mão de obra da própria família. Outra vantagem da agroindústria familiar refere-se à proximidade de distribuição dos alimentos produzidos, feita geralmente no próprio município, por meio dos canais de comercializações conhecidos como cadeias curtas.

Podemos separar as cadeias agroalimentares em curtas e longas. Nas cadeias agroalimentares longas, devido ao seu tamanho, praticamente não existe interação entre produtores e consumidores, visto que os alimentos passam a ser produtos de uma indústria ou supermercado. Por outro lado, nas cadeias agroalimentares curtas ocorre um envolvimento dos atores e interação entre produção e consumo. Os valores atribuídos vão além do preço, envolvendo principalmente valores sociais, culturais, éticos e ambientais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

As agroindústrias familiares têm se mostrado uma referência na construção de cadeias curtas agroalimentares no Brasil. Conforme Gazolla (2017), na região Norte do Rio Grande do Sul os dados mostram que 50,9 % das agroindústrias preconizam a venda direta ao consumidor, com diversas estratégias, desde a comercialização na agroindústria, em feiras do produtor, entrega na casa, no local de trabalho, vendas nas

ruas, entre outras. Quando se amplia a noção de cadeia curta, que prevê até um intermediário, surgem também os canais institucionais do PNAE⁹ e do PAA¹⁰, vendas em espaços formais, como hotéis e restaurantes, além dos canais coletivos e em redes, como quiosques, cooperativas e associações.

Uma das características fundamentais das cadeias agroalimentares curtas é a capacidade de ressocializar o alimento, possibilitando movimentos positivos para os consumidores e para os agricultores familiares. Essas cadeias contribuem para o desenvolvimento local, permitindo inserção social e melhorando as condições de vida de agricultores familiares, além de estarem alinhadas a processos sustentáveis (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

Saindo do modelo convencional de agricultura, os sistemas alternativos de provisão de alimentos estão estabelecidos, como argumentam Sonnino e Marsden (2006), na concepção de um circuito curto de comercialização. Essas cadeias alternativas estão fundadas no desenvolvimento de novas relações entre os produtores e os consumidores, sendo características-chave das novas redes alimentares a identificação do local de origem e o estabelecimento de relações de confiança entre produtores e consumidores.

⁹O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública para a agricultura familiar. Instituído pela Lei nº 11.947/2009, o programa prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

¹⁰O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e atualizado pela Lei nº 12.512/2011, que permite aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais adquirir os alimentos diretamente dos agricultores familiares.

Para Schneider e Ferrari (2015), as relações de confiança entre consumidor e produtor alicerçam as trocas mercantis fazendo com que os pequenos negócios que envolvem a produção artesanal, “colonial” e diferenciada, façam frente às disputas com o sistema convencional. Por meio dessas cadeias agroalimentares curtas o consumidor pode fazer julgamento de valor, permitindo redefinir sua relação com o produtor ao indicar a origem do produto e o papel dessa relação na construção de valores e significados.

Para Fonte (2008), a valorização do *local* enquanto prática baseada no conhecimento das populações, mobiliza as diversas formas de conhecimento incorporadas em atores rurais e não rurais. Para McMichael (2009) e Friedmann (1993), a (re) localização alimentar permite o surgimento das cadeias agroalimentares curtas, remetendo a formas de comercialização que expressam proximidade e interatividade entre produtores e consumidores.

Nos estudos realizados por Fonte (2008), existem dois modelos de (re) localização de alimentos em torno das redes locais de alimentos (*local food networks*). O primeiro modelo consiste na perspectiva da “reconexão”, que visa reconstruir a relação entre produtores e consumidores. Já a segunda perspectiva é denominada “valorização da origem dos alimentos”, que reposiciona a produção local de alimentos em relação aos seus valores, associada a práticas de produção de um território e a tradição dessa população.

Mesmo frente ao avanço da industrialização de alimentos, os processos agroalimentares que privilegiam cadeias curtas de comercialização continuaram se reproduzindo em Getúlio Vargas, contudo em escalas reduzidas e para públicos específicos, pois não houve o encerramento de um modo de produção em detrimento de outro.

De acordo com Renting, Marsden e Banks (2017), há três tipos principais de cadeias curtas (short food supply chains – SFSC): as cadeias de face a face; de proximidade espacial e a espacialmente estendida. As cadeias “*face a face*” caracterizam-se pelas vendas diretas do produtor ao consumidor, por meio de feiras, vendas em domicílio, venda à beira de estradas, vendas diretamente nas propriedades rurais. Esse tipo de mercado é frequente em Getúlio Vargas, não somente de alimentos produzidos nas agroindústrias, mas também de frutas, verduras, legumes e alguns cereais, principalmente o feijão. Na sede do município, a Feira do Produtor Rural acontece dois dias por semana, tornando-se um espaço que estabeleceu há mais de uma década uma sólida relação de confiança entre os feirantes e seus “*fieis*” consumidores.

No segundo tipo, o de proximidade espacial, também muito presente no município, o comércio se faz por meio de vendas a varejistas locais, restaurantes, vendas institucionais e eventos gastronômicos, como o Festival das Etnias, a Suíno Fest e as tradicionais festas nas comunidades rurais. Essa tipologia de mercado cresceu com a instalação da Cooperativa da Agricultura Familiar (COOPRAF), que passou a adquirir produtos de agricultores familiares localizados no município e região, para atender os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O terceiro tipo de cadeias curtas, a espacialmente estendida, compreende casos que envolvem *fair trade* e certificação de indicação geográfica. No município ainda não existem produtos que se enquadram nessa categoria de mercado.

Diante disso, as cadeias curtas de alimentos podem ampliar as possibilidades de inclusão socioeconômica dos agricultores familiares, sua diversificação e a redução da

dependência. Além disso, ajudam a (re) localizar os alimentos, pois permitem a valorização de características, como a confiança, a qualidade, os hábitos alimentares e a cultura local, e viabiliza a inserção dos produtos da agricultura familiar em mercados diferenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo permite inferir que a agricultura familiar de Getúlio Vargas, desde a colonização do município até os dias atuais, acompanhou os avanços tecnológicos de cada época e as evoluções nos processos produtivos neste período foram enormes.

O resgate histórico revela que os migrantes implantaram as primeiras atividades agrícolas para o provimento do autoconsumo familiar. O surgimento das Casas de Comércio fez com que as famílias passassem a vender o excedente produzido e a comprar utensílios, ferramentas e também alguns alimentos e gêneros de primeira necessidade.

Os sistemas produtivos eram praticamente autossustentáveis e poucos eram os insumos adquiridos externamente as propriedades rurais. Esse cenário mudou a partir da década de 1960 com a Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos, os quais promoveram o aumento da produtividade. Por outro lado, junto à Revolução Verde vieram a degradação e contaminação do solo e da água, além da exclusão social de agricultores familiares.

O estudo da evolução das cadeias produtivas no setor de criações mostrou semelhanças entre os casos estudados. Entre elas, o vínculo com a indústria; melhoria nos índices de produtividade; aumento da dependência externa da propriedade de insumos de produção; diminuição do número de produtores,

com aumento da escala de produção e de sistemas de produção integrados com a indústria – suínos e aves – com remuneração do produtor por eficiência.

A cultura da soja tornou-se a atividade presente em praticamente todas as propriedades, impulsionada principalmente pelos altos preços dos grãos e facilidade no manejo com o plantio direto e o evento da transgenia. Em contrapartida, é totalmente dependente de insumos – sementes, fertilizantes e agrotóxicos – externos à propriedade.

A exemplo da soja, as criações em sistema de integração contratual de suínos e avicultura de corte, além da produção de leite, são consideradas cadeias agroalimentares longas, que priorizam a produção em escala de produtos homogêneos e, devido ao seu tamanho, praticamente não existe interação entre produtores e consumidores. Por outro lado, as agroindústrias familiares existentes no município de Getúlio Vargas priorizam as cadeias curtas de comercialização, que contribuem para o desenvolvimento local, melhorando as condições de vida de agricultores familiares. Existe uma relação de confiança entre consumidor e produtor. E, por meio dessas cadeias agroalimentares curtas, o consumidor pode fazer julgamento de valor, uma vez que conhece a origem do produto.

O aumento, nos últimos anos, da distribuição de alimentos em Getúlio Vargas por intermédio das cadeias curtas remete a uma (re) localização alimentar, principalmente com alimentos de origem vegetal frescos e os processados pelas agroindústrias locais.

Diante disso, infere-se que por meio de circuitos curtos de produção, oportuniza-se novas possibilidades de inclusão socioeconômica dos agricultores familiares, aumenta a diversificação e a redução da dependência externa, além de (re) localizar os alimentos, pois permitem a valorização de

características, como a confiança, a qualidade, os hábitos alimentares e a cultura local, e viabilizam a inserção dos produtos da agricultura familiar em mercados diferenciados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. G de. *et al.* **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: Subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola.** 1.ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122p.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

DEGGERONE, Z. A. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul.** 2013. 156f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) UNIVALE. Lageado, 2013. Disponível em <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/487/1/2013ZenicleiaAngelitaDeggerone.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

DUCATTI NETO, A. **O grande Erechim e sua história.** Porto Alegre: EST, 1981.

EA – **Entrevistado A:** depoimento [19 de maio. 2017, p 01 - 08]. Entrevistador: Alencar Luiz Balestrin . Getúlio Vargas (RS): s.e., 2017. Gravação máquina digital. Entrevista concedida: Alencar Luiz Balestrin.

ED – **Entrevistado D:** depoimento [16 de junho. 2017, p.22 - 29]. Entrevistador: Alencar Luiz Balestrin . Getúlio Vargas

(RS): s.e., 2017. Gravação máquina digital. Entrevista concedida: Alencar Luiz Balestrin.

EE – **Entrevistado E**: depoimento [26 junho. 2017, p.30 - 36]. Entrevistador: Alencar Luiz Balestrin . Getúlio Vargas (RS): s.e., 2017. Gravação máquina digital. Entrevista concedida: Alencar Luiz Balestrin.

FABRIS, N. A. (Org.); SMANIOTTO, M. L. C. (Org). **Getúlio Vargas 80 anos: a história político-administrativa do município**. 1. ed. Getúlio Vargas: Graffoluz, 2014. 160p.

FRIEDMANN, H. **The political economy of food: a global crises**. New Left Review, London, n.197, p. 29-57, jan./feb., 1993.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativos**. POA, Ed. UFRGS, 2017, pag. 09-19.

GAZOLLA, M. Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativos**. POA, Ed. UFRGS, 2017, pag. 175-194.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de biologia e ciência da terra**. v. 5, n. 1, 1º semestre 2004.

McMICHAEL, P. **A food regime analysis of ‘global food crisis’**. Agriculture and Human Values, Amsterdam, v.26, n.4, 2009, p.281-295.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativos**. POA, Ed. UFRGS, 2017, pag. 27-53.

ROESSING, A. C. Cadeias produtivas: roteiro para estudo de sistemas agroalimentares. **Embrapa Soja Documentos 187**. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/80229/1/Cadeias-produtivas-roteiro-para-estudo-de-sistemas-agroalimentares.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2017.

SCARABELOT, M; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas o desenvolvimento local – Um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência** - Unioeste, v. 15, n. 20, p. 101-130, jan/jun 2012.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D.L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – O processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87838281006>> Acesso em: 14 ago. 2017.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food Networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, n. 1, p. 181-199. 2006.

TEDESCO, J. C. et al. **Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo**: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo.

SUCESSÃO FAMILIAR COMO INFLUÊNCIA NO ÊXODO RURAL

Fabiana Buratti
Franciele Buratti Piva
Mateus Danusso
Wilson Nei Zaccaron
Daiane Pegoraro Bochi

INTRODUÇÃO

Na Roma antiga, durante o domínio do Império Romano, houve uma grande migração para as cidades, o que passou a preocupar os imperadores, que criaram na época, para evitar problemas sociais nas cidades, a política do pão-e-circo (comida e diversão para acalmar e distrair os desempregados). Isto mostra que o êxodo rural não é recente.

A saída do jovem do campo para a cidade já vem acontecendo desde muito tempo. Falava-se muito da saída do homem do campo para trabalhar nas cidades, e via-se a mulher como “incapaz” de fazer esse movimento, uma vez que eram vistas como ocupantes do papel de cuidar única e exclusivamente da família. Segundo Camargo *et. al.* (1999), com o passar dos tempos, e com o desenvolvimento, as mulheres passaram a ter maior saída do campo, ao passo que os homens passaram a permanecer em maior número no âmbito rural em função das atividades produtivas.

Para que se melhore a perspectiva de inserção da população rural no mercado de trabalho diferenciado e em igualdade de condições com a população urbana são

necessárias ações locais que visem oferecer, além da educação formal, cursos profissionalizantes em temas que estejam integrados à realidade sociocultural e econômica de cada região.(GROSSI, 2000, p.11).

A liderança familiar tem relação geralmente com a gestão dos negócios, sendo que, na maioria dos casos, o pai da família é quem exerce, tomando decisões. O sucesso familiar vem com o convívio de filho juntamente com o pai, aprendendo desde cedo qual a melhor forma de administrar e a se integrar nos negócios da família. Ou seja, o preparo do filho atuando juntamente com o pai é essencial nesse processo.

O incentivo para filhos de agricultores a permanecer na área rural, foi afetado com as diferenças socioeconômicas, falta de profissionalismo e de incentivo, muitas vezes dos próprios pais, pois sabemos que a maioria das mulheres não permanece no campo, prevalecendo, na maioria dos casos, a permanência dos filhos homens. Isto acontece, pois as filhas são incentivadas a estudar e buscar centros urbanos.

Alguns fatores ligados ao êxodo rural dos jovens podem estar relacionados à qualidade de vida dos agricultores, pois há até pouco tempo sabemos que eram poucos os investimentos no setor rural, como em infraestrutura, por exemplo, ou acesso à informação, bem como acesso a tecnologias que facilitem a mão-de-obra.

A saída do jovem da propriedade pode ter várias consequências, que podem ser positivas e/ou negativas, seja para o jovem ou para a família como um todo. Através dessa pesquisa, vai ser possível identificar a satisfação do jovem em relação à propriedade rural, abrangendo aspectos como a sucessão familiar, além de levantar as possíveis causas da desistência (saída), temporária ou não, do jovem da propriedade.

O presente artigo busca analisar a sucessão familiar e a gestão das propriedades no êxodo rural dos jovens residentes no município de Xanxerê –SC.

METODOLOGIA

O projeto de pesquisa teve como objeto de estudo os filhos de produtores rurais, cujas propriedades rurais estão ativas no município de Xanxerê – SC. Teve como instrumento para coleta de dados um questionário com questões objetivas, sendo todos voltados para filhos de produtores rurais que vivem e trabalham no campo ou na cidade.

Foram entrevistados 20 jovens. Os alunos responsáveis pela pesquisa foram a campo para coletar os dados, ou seja, os encontros foram agendados e aconteceram na casa dos filhos de agricultores.

A análise dos dados foi feita em forma de gráficos.

ÊXODO RURAL

A saída de jovens filhos de agricultores do meio rural para o urbano vem se intensificando cada vez mais ano a ano. Sabemos que os jovens que buscam seguir a profissão de seus pais no meio rural encontram algumas dificuldades, limitando assim o seu desenvolvimento. Sendo assim, alguns jovens buscam alternativas profissionais em meios urbanos.

Além disso, em muitos casos, pequenos produtores sentem-se pressionados ou desestimulados e acabam vendendo suas terras, acreditando que morando nas cidades conseguirão oportunidades que tragam melhor qualidade de vida, gerando assim o verdadeiro êxodo rural. A exclusão e retirada do homem do campo tende a gerar hoje, o desperdício de conhecimentos,

costumes e diversidade cultural. Nas condições rurais, observa-se um envelhecimento populacional com a saída do jovem do campo.

Segundo Grossi (2000), é de suma importância capacitar as pessoas que moram no meio rural, para que elas se tornem empreendedoras e donos dos seus próprios negócios, sendo que algumas podem ser treinadas para alguns ramos mais específicos, como, “auxiliares administrativos, técnicos em informática, mecânicos industriais, técnicos em eletromecânica, mecânicos de veículos, gerentes de pousadas rurais, hotéis, instrutores de práticas esportivas, guias turísticos” e muitas outras de interesse de cada região.

LIDERANÇA FAMILIAR E SUCESSÃO FAMILIAR

O objetivo de fundadores de uma empresa familiar é sempre dar sequência em seu negócio, existindo uma preocupação com as transições para a geração seguinte, sem que haja conflito algum. Destaca-se então, desenvolver a sucessão com o planejamento adequado, de forma agradável e natural. Quando se faz a escolha de um sucessor, o fundador passa a ser apenas um gestor voluntário na empresa, passando a gestão responsável ao sucessor escolhido.

Segundo a organização familiar mais tradicional e mais comum, o poder patriarcal está nos gestores de empresas ou propriedades, sendo que o fundador e sua família são os gestores e administradores do negócio. Empresas familiares nascem a partir de investimentos, sonhos e ideias de indivíduos empreendedores e de seus familiares, como, por exemplo, entre irmãos, ou um sonho de casal, pra que depois seus filhos e sucessores assumam e deem continuidade aos negócios.

AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO PROFISSIONAL

Um dos principais quesitos relativos ao desejo de permanecer na profissão agrícola tem como base uma pesquisa de campo, realizada nas cidades do Oeste de Santa Catarina. Através dos dados da pesquisa, pode-se concluir que por grande parte dos rapazes, quando questionados sobre o futuro almejado e o que imaginam ser seu destino provável é a permanência em suas propriedades rurais e o trabalho no meio agrícola. Entre as moças, a preferência é a saída do campo, devido a menor renda e o bloqueio de seu futuro profissional.

Segundo ABRAMOVAY, (2010), “a educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto a regra, constatada em inúmeros estudos da América Latina, é quem fica no campo o filho ao qual ‘a cabeça não dá para mais’”. Quando se consideram os extratos de renda de distintas famílias, não é de suma importância o grau de escolaridade presente no currículo dos jovens, pois cada qual aprendeu, conviveu e possui muito conhecimento nas diversas áreas que atuam.

Para FERRARI (2004), a influência familiar nas decisões profissionais dos filhos nas gerações anteriores, até o final dos anos 1960, revestia-se frequentemente de considerável conotação moral. Sendo assim, pode-se interpretar claramente através dos resultados da pesquisa que grande parte dos entrevistados estaria cursando ou fazendo o desejo de seus pais em relação ao seu futuro profissional. Entretanto, entre as famílias de agricultores consolidados e em transição, a maior parte dos proprietários “em transição” do que os “consolidados” – estimulam os filhos a permanecer na atividade rural.

Quando perguntados sobre as razões que os levavam a influir num sentido ou no outro as respostas dos pais variaram

segundo os níveis de renda: assim, para os agricultores “consolidados” e “em transição”, a proximidade da família e a rejeição ao assalariamento são fatores importantes para o desejo de que os filhos prossigam na profissão paterna. Para os periféricos, a rejeição ao assalariamento é irrisória: é que, na verdade, a reprodução da família já depende fundamentalmente do trabalho assalariado e sua pobreza agrícola mostra poucas perspectivas de que a exploração da unidade produtiva seja uma fonte essencial de renda.

Durante muitos anos uma das principais causas para os agricultores abandonarem suas propriedades e recomeçarem suas vidas na cidade dá-se a partir de busca por empregos com salários fixos e superiores ao que possuíam. Outros fatores são a mecanização e tecnologia do campo que está cada vez maior, bem como intempéries da natureza que degradam seus cultivos (secas, enchentes...), a condição de ensino para seus filhos e a maior infraestrutura disponível na cidade para suprir os problemas de saúde e de locomoção (transportes públicos, hospitais, postos de saúde, educação...).

Contudo, a movimentação destes povos agrícolas para as cidades gera alguns problemas. Cidades grandes, que comportam a migração de inúmeras pessoas sofrem com a procura de empregos, os quais se tornam insuficientes para a quantidade de migrantes que se estabeleceram no local e, muitas vezes devido ao elevado custo de aluguéis, acabam instalando-se em morros, criando ou aumentando assim as áreas de favelas e cortiços. Comunidades pequenas sofrem ainda mais com a saída de seus produtores devido a diminuição de recursos para o local, onde o mesmo, muitas vezes acaba passando por uma grande crise ou, ocorre a total desocupação das propriedades, fazendo com que não exista mais o município.

Entretanto, algumas famílias que são adeptas a

tecnologia fazem investimento nas propriedades e adquirem meios para tornar o trabalho mais ágil e prático, com isso a permanência de seus filhos nas propriedades é de grande interesse. A valorização do meio agrícola devido a produção de alimentos de boa qualidade e condições necessárias para a sobrevivência humana instigam os jovens a buscarem o sucesso no meio rural com a produção e cultivo no mesmo.

Proprietários hoje buscam a educação superior qualificada para seus filhos, fazendo com que os mesmos busquem e aprendam ainda mais sobre as formas de cultivo e de produção no meio rural, instigando a volta para o campo após a conclusão dos estudos e a produção em grande massa dos produtos e meios naturais.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O trabalho proporciona ao trabalhador empregabilidade, status social, garantia de sobrevivência, é um lugar onde há envolvimento interpessoal, inserção em sociedade, segurança, e além de tudo precisa ser um ambiente saudável e que proporcione qualidade de vida ao trabalhador.

Porém, poucas são as vantagens para que o agricultor permaneça trabalhando no campo quando o quesito é saúde. O que se dá ênfase é pra a questão da produtividade, importação e exportação de produtos. Entretanto, “pensando em bem estar no trabalho, muitos avanços tecnológicos contribuíram para a diminuição do desgaste físico e mental do trabalhador rural.” (DIAS 2006).

A difusão de tecnologias avançadas na área da química fina e nas empresas de biotecnologia que operam com organismos geneticamente modificados acrescenta novos

e complexos problemas para o meio ambiente e a saúde pública do País. Esses riscos são ainda pouco conhecidos, portanto de difícil controle. (DIAS, 2006, p.08)

Existem várias formas de promover bem-estar e qualidade de vida ao trabalhador. O trabalhador precisa buscar meios para que as necessidades sejam de certa forma, sanadas, como por exemplo, participar de treinamentos voltados para a comunicação no trabalho, atividades voltadas para a motivação, treinamentos voltados para habilidade social, entre outros.

O trabalhador precisa estar motivado para poder alcançar metas. Carvalho (2013) nos mostra que, para que a motivação e satisfação aconteçam de maneira eficaz será preciso que a organização ofereça um ambiente de trabalho seguro e confortável. Ou seja, é necessário que as necessidades básicas dos trabalhadores sejam sanadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desafio da sucessão rural é enorme, pois não diz respeito apenas à elaboração e aplicação de políticas públicas. Existem muitas questões sociais que precisam ser analisadas como, por exemplo, a influência e o incentivo que as famílias exercem nesse processo. Muitos pais estimulam os jovens a deixarem seus territórios de origem acreditando, equivocadamente, que os espaços urbanos podem proporcionar maiores oportunidades.

Nesse caso, a dimensão de gênero é bastante marcante. As mulheres encontram resistências em suas famílias para assumirem responsabilidades na produção e acabam deixando o campo (MDA, 2015). Através da pesquisa, pudemos observar a consonância com esta informação do Ministério do

Desenvolvimento Agrário, pois somente 25% dos jovens entrevistados eram do sexo feminino, contra 75% do sexo masculino. Tal dado demonstra que a tendência é de que as moças deixem as propriedades de suas famílias em busca de melhores condições de vida nos centros urbanos.

Quanto à idade dos jovens entrevistados, observamos que 55% possuíam idade entre 18 e 25 anos, e 45% possuem idade entre 25 e 35 anos. Constatamos que a maior parte destes jovens que possuem entre 25 e 35 anos já estão definidos como sucessores na propriedade da família, enquanto nos mais jovens ainda há incerteza quanto a assumirem a propriedade no lugar dos pais.

Observou-se que a atividade de Bovinocultura Leiteira destaca-se como a fonte de renda exclusiva de 30% das famílias, além de ser desempenhada juntamente com outras atividades em outros 35% das propriedades pesquisadas. Tal fato deve-se à garantia de uma renda mensal recebida, diferentemente de outras atividades, em que a renda é obtida somente em intervalos maiores.

Todas as propriedades se classificaram como Pequena Propriedade, ou seja, imóvel com área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais. A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município (INCRA, 2016). Em Xanxerê, local onde a pesquisa foi realizada, cada módulo fiscal corresponde a 18 hectares.

Em relação à origem das terras, 12 delas (60%) foram adquiridas por conta própria, enquanto as demais oito (40%) são fruto de herança recebida dos pais dos atuais gestores.

As atividades agrícolas evoluíram muito nas últimas décadas, exigindo cada vez mais conhecimento e

comprometimento por parte dos agricultores. Diante disso, ressalta-se a importância da realização de treinamentos e capacitações, visando aperfeiçoar o trabalho nas atividades desenvolvidas, contribuindo assim para uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que vivem no meio rural.

Oito propriedades (40%) não realizaram treinamentos ou capacitações ao longo dos anos, com o intuito de melhorar as atividades que desenvolvem em suas granjas. Apesar disso, afirmam que a renda no campo é mais atrativa que o trabalho na cidade, e que desejam continuar como produtores rurais.

Indagou-se também a rotina diária das famílias dos jovens pesquisados. Na maior parte das propriedades, cada membro do grupo familiar tem suas tarefas e obrigações diárias definidas, o que significa uma organização familiar visando o desempenho e sucesso da(s) atividade(s) desenvolvida(s). Constatamos também que a grande maioria dos entrevistados (as) afirmou ser atrativa a renda obtida na propriedade rural, e por tal motivo é viável continuar sendo produtor. Estes resultados se assemelham aos encontrados por Faccin e Schmidt (2013), onde as mesmas observaram que 73% dos pesquisados estavam satisfeitos com a renda obtida na sua propriedade, e que para 82% dos jovens pesquisados, estavam bem claras quais as funções que devem ser desempenhadas por eles e pelos seus pais dentro da ou não de um período de férias ou de viagens pelos membros da família, pois 70% afirmaram que a família não tira férias e/ou viaja. Isso se deve ao fato de que a maioria das atividades executadas envolve a criação de animais, exigindo cuidados e manejo diário, dificultando a saída das pessoas por alguns dias ou semanas.

Quando questionados sobre o controle de custos/gerenciamento das propriedades, 65% afirmaram que há sim um controle de gastos através de planilhas e relatórios de

compra e venda, enquanto 35% não realizam o levantamento de gastos para observar e analisar se a(s) atividade(s) realizada(s) tem lucratividade ou não. Das 20 propriedades entrevistadas, somente duas afirmaram fazer cálculos sobre a depreciação dos bens existentes, a fim de prever investimentos futuros em instalações e equipamentos, com o objetivo de manter ou melhorar a qualidade do trabalho em suas atividades.

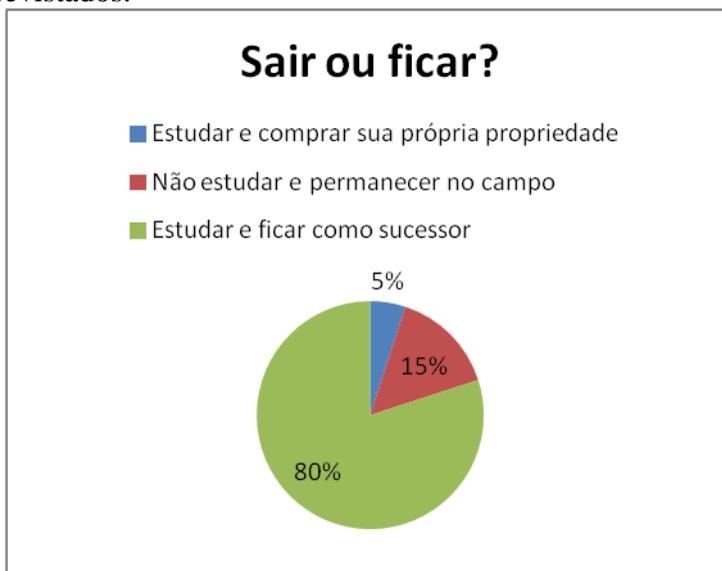
Em se tratando de renda, os jovens foram questionados sobre qual seria uma renda adequada para permanecer na agricultura. Observou-se que 70% almejam uma renda igual ou superior a cinco salários mínimos, para que seja possível permanecer na agricultura vivendo confortavelmente e mantendo a família.

Os resultados apontam para um número expressivo de jovens (85%) com bom nível de instrução, sendo 55% com ensino médio completo e 30% cursando ensino superior. Tal dado indica a capacidade destes jovens em assumir a responsabilidade de conduzir as atividades da propriedade no futuro. São números mais animadores do que os resultados encontrados por Dalcin e Troian (2008), em que apenas 24% dos jovens de duas comunidades do interior de Santa Rosa- RS apresentaram ensino médio completo, enquanto 76% haviam feito apenas o ensino fundamental.

Os jovens foram questionados se já haviam morado na cidade e por que retornaram ao campo, onde 45% afirmaram que sim, já haviam morado na cidade, e 55% que não. Três dos jovens entrevistados afirmaram que ainda moram na cidade, sendo que dois estão satisfeitos com a condição atual que possuem, enquanto um não conseguiu alcançar as oportunidades que almejava no centro urbano. Ambos afirmam que voltariam a morar no campo se houvesse oportunidade, e que desempenhariam outras atividades além das atualmente

realizadas. O Gráfico 1 ressalta o desejo dos jovens em permanecer na agricultura, onde a grande maioria explicita o desejo de buscar mais conhecimento para gerir a propriedade como sucessor dos pais.

Gráfico 1- Perspectiva de permanência no campo pelos jovens entrevistados.



Fonte: Os autores.

Quando questionados se pretendem deixar a propriedade futuramente, cinco responderam que sim, sendo um por problemas de relacionamento familiar, um por baixos rendimentos e três por busca de independência dos pais.

Perguntados se existe maior qualidade de vida no meio rural em relação ao meio urbano, todos responderam sem

sombra de dúvidas que a qualidade de vida no campo é maior, sendo esta citada como uma vantagem em se viver no campo, dentre outras também relatadas, como renda mais atrativa e a não obrigatoriedade em cumprir horários. Estes resultados consonam com os obtidos por Stuardi *et al.* (2016), que apontaram a qualidade de vida, dentre outros fatores, como primordial para a permanência dos jovens no campo.

Mas os jovens responderam que também existem dificuldades enfrentadas no dia a dia. As mais citadas por eles foram o trabalho nos finais de semana e o esforço físico demasiado para executar as atividades. Semelhante aos dados obtidos nesta pesquisa, Foguesatto *et al.* (2014) observaram que fatores como a fadiga do trabalho agrícola, falta de renda satisfatória, conflitos familiares e dificuldade de acesso a recursos como educação e lazer são determinantes para o abandono da zona rural pelos jovens.

Sobre o desejo dos jovens em realizar mudanças nas atividades atuais, os principais motivos são a melhoria das condições de esforço físico, aumento do plantel de animais e melhoria dos equipamentos utilizados. Quanto à vontade de realizar outras atividades além das atuais, alguns dos jovens citaram a produção de hortaliças, fruticultura e bovinocultura de corte.

Em relação à sucessão familiar, observamos que 18 jovens (90% dos entrevistados) têm o apoio dos pais para permanecer no campo, enquanto dois deles são estimulados a buscar nos centros urbanos por melhores condições de vida. Abramovay *et al.* (1998), em um estudo realizado num município do Estado de Santa Catarina, tratando da continuidade das atividades desenvolvidas pelos agricultores, e assim da permanência do jovem no meio rural, verificou que 52,8% dos pais estimulam os filhos a serem agricultores.

Sessenta por cento dos jovens afirmaram que já existe um sucessor definido para a propriedade (Gráfico 15), sendo que a maioria é do sexo masculino, indicando que ainda há um modelo tradicional de sucessão familiar que prioriza a figura masculina para dar sequência ao trabalho da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que os jovens entrevistados que estão nas propriedades têm multi funções, além de mostrar muito mais interesses em ficar no meio rural do que partir para o meio urbano em busca de um próprio sustento, sendo que a vida no campo é mais saudável e qualitativa.

Por todos esses aspectos, percebe-se que os jovens são muito mais incentivados pelos seus pais a ficarem em sua propriedades, para que possam ajudar e ser ajudados, com objetivo de obter sucesso financeiro e manter a qualidade de vida. Faz-se necessário que os jovens possam estudar e ficar como sucessores, ficando no campo e tendo um futuro muito promissor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

_____. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. 2010. Disponível em: <http://gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf> Acesso em 12 set. 2016

CARVALHO, Jéssica Faria de; MARTINS, Érica Preto Tamaio; LÚCIO Laurení; PAMPADRÉA, Pedro José; **Qualidade de vida no trabalho e fatores motivacionais dos colaboradores nas organizações**. Educação em Foco, Edição nº: 07, 2013, p. 21-31.

CAMARGO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro, janeiro de 1999. Disponível em: http://www.Ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_062_1.pdf Acesso em: 26/10/2016.

DALCIN, Dionéia; TROIAN, Alessandra. **Jovem no meio rural: a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso**. I Seminário Nacional Sociologia e Política. UFPR-Curitiba, 2009.

DIAS, Elizabeth Costa. **Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil**. Saúde do trabalhador rural – RENAST. Org. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro. Versão fev. 2006.

DUARTE, Francisco Dias. **Proposta para avaliação do processo sucessório em empresas familiares**. Porto Alegre, 2007. 135 f Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br:8080/dspce/bitstream/10923/1210/1/00389613-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 17/09/2016.

FACCIN, Olívio Pedro; SCHMIDT, Carmem Elizabete Finkler. **Sucessão nas Propriedades Rurais Familiares Integrantes de uma Cooperativa Agropecuária**. Emater RS, 2013. Disponível em:

http://www.emater.tcche.br/site/arquivos_pdf/teses/Olivio%20Faccin.pdf

FERRARI, Dilvan Luiz. et al. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?** 2004 pg. 256. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/artic le/view/251/247>> Acesso em 12 set. 2016.

FOGUESATTO, Cristian; LAGOAdriano; SPANEVELLO, Rosani Marisa; ANDREATTA,Tanice; OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos. **A sucessão geracional na agricultura familiar sob a óptica dos jovens migrantes.**Em: 7º Encontro de Economia Gaúcha.Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 2014.

FREITAS, Fernanda Lopes de. **Entre o moderno e o pós-moderno:** as discursividades das organizações familiares e seus aspectos barrocos. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/8328/1/000478753-Texto%2bCompleto-0.pdf>.Acesso em: 16/09/2016.

FROHLICH, José Marcos. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS.** Ciência Rural, Santa Maria, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2011ISSN 0103-8478. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/be/publication/262558481_Selective_exodus_masculinizatirural_aging_in_the_central_Region_of_the_RS/links/0c96053befef3d9432000000.pdf. Acesso em: 29/10/2016

GROSSI, Mauro Eduardo Del. **O fim do êxodo rural?** 2000. Disponível em:

http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/f_exodorural.pdf
pag11.12 Acesso em: 26/10/2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Classificação dos imóveis rurais. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf

Acesso em: 01/02/2017

RODRIGUES, Monalisa. **O processo de sucessão familiar em empresas de pequeno porte: um estudo exploratório**. Ponta Grossa, 2005. Disponível em

<http://www.pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/dissertacoes/arquivos/11/Dissertacao.pdf>.

Acesso em: 18/09/2016.

STUANI, Camila; NECKEL, Anderson; FICAGNA, Alba Valéria Oliveira. **Jovens herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá**.

Encontro de estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Passo Fundo, 2016.

WARD, John L. **Planejar para prosseguir**. 2003. Disponível em:

<http://www.unifra.br/professores/14251/downloads/Planejar%20para%20prosseguir%20HSM%20n.41%202003.PDF>

Acesso em: 17/09/2016.

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E CONTRAÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL (2010-2015): APROXIMAÇÕES INICIAIS À TEMÁTICA

Éverton de Moraes Kozenieski
Robson Olivino Paim

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora o interesse em catequizar os indígenas, nos primórdios da colonização brasileira, possa representar uma primeira iniciativa de ‘escolarização,’ via catequese, em terras brasileiras, a escolarização da população só veio a ganhar corpo quatro séculos depois, após a Proclamação da República, mais especificamente na década de 1930.

A instituição tardia de um sistema de escolarização está diretamente vinculada à constituição de racionalidades úteis ao projeto de desenvolvimento do País em cada contexto histórico, fato que leva os estudiosos da história da educação brasileira, a exemplo de Ribeiro (1998)¹¹, à criação de três grandes períodos para caracterizá-la: de 1500 a 1930; de 1930 a 1960 e de 1960 aos dias atuais.

O primeiro período iniciou-se no Brasil Colonial e estendeu-se até as três primeiras décadas da República, estando intimamente ligado ao modelo econômico agrário-exportador,

¹¹ Não ignoramos a existência de outras formas de periodização da história da educação brasileira, pautadas especialmente nos acadêmico-sociais e das ideias pedagógicas que lhes originaram. No entanto, entendemos que uma periodização que relacione educação aos movimentos político-econômicos do País seja mais apropriada aos objetivos deste texto.

baseado na monocultura latifundiária. Na maior parte deste tempo, a escolarização esteve sob o domínio exclusivo da Igreja, tornando-se questão de Estado apenas nos últimos anos do Império. Considerando que para o trabalho nas condições colocados por aquele modelo econômico não exigia qualificação de mão-de-obra, para a população eram disponibilizadas as escolas de primeiras letras, nos moldes de catequese, para os indígenas e de internatos para os mamelucos, órfãos ou filhos de caciques aliados à Igreja; aos filhos dos colonos brancos, seminários e colégios religiosos.

A Proclamação da República marcou transformações e tensões de diversas ordens no cenário brasileiro. No plano político-econômico, a expansão do café diversificou a produção e, gradativamente, levou à diversificação de atividades econômicas, como também trouxe novos agentes à cena política. Embora a produção ainda se desse no espaço rural, os barões do café viviam nas cidades e nelas faziam investimentos, o que as tornou em novos centros do poder político e econômico, dando ênfase à indústria e ao comércio e, paulatinamente, impondo novas necessidades ao sistema educacional: era necessária uma escola em sintonia com os novos padrões de desenvolvimento econômico, que não se pautasse apenas na literacia, mas que apresentasse um conhecimento útil à formação de mão-de-obra, fato que marcou o início da segunda fase da história do sistema educacional brasileira (1930-1960). A criação do MEC em 1930 (embora não sem dissensos entre aqueles que defendiam uma educação tecnicista e os que lutavam por uma educação humanista), levou à criação de propostas educacionais consoantes aos novos imperativos político-econômicos, à exemplo da instituição dos cursos técnicos com formação voltada para atividades vinculadas especialmente à indústria e ao comércio.

Dos anos 1960 até a atualidade, vivemos a terceira fase da história da educação brasileira, fundamentalmente vinculada à um projeto de modernização, vinculada à adequação do Brasil à internacionalização capitalista (LOMBARDI, 2008), materializada na Lei 5.692/71 (segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), encaminhando à uma concepção produtivista de formação para a escolarização básica. As tentativas de inserção do Brasil na nova ordem mundial, empreendidas na segunda metade dos anos 1980 e fortalecidas na década seguinte pela neoliberalização político-econômica fortaleceram a ideia de modernização e sua materialização em dispositivos legais e pedagógicos reverberando, também, nas formas organizativas dos estados e municípios desenharem suas políticas públicas de educação.

Se observarmos a análise que Saviani (2013) fez do percurso educacional brasileiro, perceberemos ao longo do século XX uma concepção urbanocêntrica de escolarização que, mesmo com a existência de estabelecimentos escolares nos espaços rurais, operou na perspectiva de formação para a criação de racionalidades vinculadas ao modo de vida urbano industrial. Paim (2011) demonstrou as iniciativas de educação para o meio rural na segunda metade do século XX (o que será melhor detalhado na seção 3) evidenciando que as políticas e programas propostos vinculavam-se diretamente às necessidades de criação de mentalidades propícias ao intento modernizador, iniciadas nos anos 1950 a partir de propostas de extensão rural planejadas e mobilizadas pela ONU.

Se, de uma lado as políticas e programas de educação para os sujeitos do meio rural vieram trabalhando na perspectiva de constituir racionalidades abertas à modernização, por outro, a modernização da produção, além do aumento da produtividade, expressou “contínuo processo progressivo de concentração e

centralização da terra, com movimento extensivo e intensivo do capital (ANTONIO, 2010. p. 22), deixando boa parte da população rural sem condições de subsistir e garantir a produção social da sua existência.

Pessoa (2007), chama atenção de que, mesmo não tendo sido um processo homogêneo, a modernização da agricultura e consequente expansão do agronegócio foi seletiva em relação a o que produzir, quem pode produzir e onde produzir, acentuando as disparidades regionais, aumentando o trabalho agrícola e a concentração fundiária, acelerando o êxodo rural e transformando as relações de trabalho nos referidos espaços.

Considerando que a política educacional brasileira das últimas décadas, conforme discorrido anteriormente, tem se desenvolvido de forma meandrosa entre os imperativos neoliberais e a chamada modernização do Estado, e que, no mesmo período, o agronegócio tem se constituído num processo que é, ao mesmo tempo, resultado e motor da modernização capitalista do espaço agrário, este texto foi produzido (com dados preliminares de um estudo em desenvolvimento) na interface destas temáticas, como uma tentativa de responder à seguinte questão: Existe relação entre a expansão do agronegócio e a contração da escolarização em espaços rurais no Rio Grande do Sul?

QUESTÕES SOCIOESPACIAIS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

O debate a respeito das transformações do espaço rural perpassam dinâmicas socioespaciais multiescalares, ou seja, os processos de produção e de reprodução no campo estão cada vez mais articuladas a interações que perpassam do local ao global. As novas relações cidade-campo e a importância das escolas do

campo, portanto, não estão subscritas aos transcurtos e contradições locais.

Delgado (2012) considera que a crise cambial de 1999 demarca o início¹² da construção de um novo projeto de acumulação no setor agrícola, aspecto que representa a readequação do conjunto econômico brasileiro que toma contornos em sua face agropecuária com o que ele define como “economia do agronegócio”. O momento de crise destacado apresentou-se, entre outros fatores, em um contexto internacional de crise de liquidez, no qual, em âmbito nacional, registram-se fugas de renda e acentuado *déficit* das Contas Correntes. Tal conjuntura, agravada pela consequente perda de reservas monetárias e empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional, impõem mudanças na política econômica nacional e “[...] como ocorrera na primeira crise da dívida em 1982, os setores primário-exportadores são escalados para gerar saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista [...] volta às prioridades da agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna.” (p. 93).

Este esforço de relançamento, forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década 2000 para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão nos ramos de *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período 2000-2010 [...] (DELGADO, 2012, p. 94-95).

¹² O autor toma como referência estudo do MAPA sobre os complexos agroindustriais, publicado em 2007.

O relançamento da estratégia do agronegócio, amparado nos preceitos da modernização da agricultura, apresenta-se, portanto, como caminho escolhido para reversão da crise. Delgado (2012) considera que além do *boom* de *commodities* registra-se outros eventos que influenciaram os mercados e a política agrícola. O primeiro ponto é relançamento de políticas de fomento agrícola, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural e de mecanismos de apoio e garantia da comercialização agropecuária. Nesse novo contexto reconstitui-se o crédito público bancário em moldes análogos ao período da modernização conservadora (1965-1985). Há de se ressaltar, contudo, que “no presente essa combinação de políticas é diferente na forma institucional, mas no essencial, mantém a primazia dos recursos públicos em expansão e continua a prover subvenções direcionadas ao que atualmente se chama de agronegócio” (DELGADO, 2012. p.103). O Estado reassume o protagonismo no sentido fomentar políticas agrícolas, assim podemos considerar a economia do agronegócio passa “por dentro” do Estado.

Consultando-se dados dos “Plano Safra” do período de 1999 a 2010 [...] observa-se substancial elevação do crédito rural [...]; sucessivas recomposições da dívida agrária para com os bancos; retorno paulatino da política de garantia de preços sob novas bases; taxas de câmbio mais favoráveis no primeiro quinquênio e forte incremento das exportações. (p. 101)

Outro aspecto está relacionado à rearticulação dos complexos agroindustriais, especialmente ao conjunto associado às matérias-primas carnes, açúcar, soja e madeira. Estes complexos registram significativo incremento no quadro de

exportações, chegando a valores superiores a 275% para os complexos de carnes e açúcar entre os anos 2000 e 2005¹³. Há, portanto, o aprofundamento da inserção internacional das cadeias agroindustriais. Tal crescimento registrado tem significativa volúpia no quadro geral de exportações nacional, já que se registra crescimento da participação comercial de produtos básicos e semielaborados, especialmente relacionados aos complexos agroindustriais e à mineração. A pauta de exportações, portanto, é demarcada pela reprimarização, que torna-se mais expressiva pelo não acompanhado dos crescimento das exportações de manufaturados (DELGADO, 2012).

Uma terceira mudança é registrada no período posterior à 2000, relacionada ao mercado de terras. No período em análise, observa-se a reversão do quadro de desvalorização do preço da terra, marca da década de 1990.

Essa diferença, peculiarmente acentuada, reflete dois processos independentes, mas convergentes, para aquilo que diz respeito à determinação da renda fundiária: 1) a existência do boom de commodities nos anos 2000 e sua irrelevância no período anterior; 2) a distinta manipulação pelas políticas agrícolas, comercial e financeira dos instrumentos forjadores de ‘rendas extraordinárias’, literalmente eliminadas nos anos 1990 e restauradas de outras formas nos anos 2000. (p. 100)

¹³A análise desenvolvida pelo autor tem como limite cronológico o ano de 2012, portanto, as considerações apontadas sobre o “agronegócio” fazem menção ao período de 2000-2012. Acreditamos que as descrições e análises a respeito desse momento pode ser estendida até os limites temporais desta pesquisa.

A citação de Delgado (2012) reforça a ideia de que o boom de commodities registrada na década de 2000 foi um importante fator para elevação da renda fundiária, associando, portanto, a valorização de produtos de origem agropecuária e ao aumento da demanda por áreas passíveis a estas atividades. Cabe destacar que a renda fundiária ou renda da terra não é equivalente ao preço das terras, contudo possuem estreita relação. Desse modo,

[...] ocorrendo uma mudança cíclica da demanda por commodities [...] os preços da terra e dos arrendamentos deverão refletir essa mudança, propiciando incorporação das novas terras e melhor utilização daquelas já incorporadas ao mercado de terras. Em ambos os casos haverá elevação da renda fundiária macroeconômica e, ipso facto, do preço das terras rurais em geral. (p. 99)

Outro tópico que influencia a elevação da renda fundiária está relacionado ao papel do Estado como promotor de políticas públicas para o rural e como regulador do mercado de terras. Sobre o primeiro aspecto, nos valemos das considerações que apresentamos anteriormente a respeito das medidas utilizadas para ampliação das políticas de fomento agrícola, estas medidas são fatores que favorecem também a elevação da renda fundiária no contexto pós-2000. Além disso, sob a segunda condição temos a atuação do Estado no que se refere à função social da terra e às legislações ambientais. Nesse caminho, “[...] a política fundiária da década refluí para uma posição mais defensiva, da perspectiva dos movimentos sociais agrários, e ostensivamente pró-agronegócio, do ponto de vista do Executivo Federal” (p. 101). Desse modo, o refluxo dos movimentos sociais favoreceu a elevação do preço de terras,

assim como os processos de regularização de amplas áreas griladas de terras públicas, falta de medidas para atualização dos índices de produtividade das propriedades rurais (não atualizadas desde 1975) e mudanças das legislações florestais com o afrouxamento, por exemplo, das áreas de preservação permanentes. Não há como deixar de lado o papel da bancada ruralista no Congresso Nacional, atuando por meio de uma estratégia privada no sentido da ampliação da renda fundiária e pressão sobre recursos (DELGADO, 2012).

Em síntese, o arranjo de economia política do agronegócio em escala nacional ganha contornos com: a reprimarização da pauta de exportações; as políticas de fomento agrícola, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural e de mecanismos de apoio e garantia da comercialização agropecuária; a rearticulação dos complexos agroindustriais, especialmente ao conjunto associado às matérias-primas carnes, açúcar, soja e madeira; a elevação da renda fundiária, associando portanto à valorização de produtos de origem agropecuária e ao aumento da demanda por áreas passíveis a estas atividades. Assim,

Observa-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (p. 94)

A conjuntura até aqui apresentada aponta um perfil contemporâneos da introdução da modernização da agricultura. Elias (2016) aponta para desdobramento socioespaciais no espaço rural brasileiro. Para a autora, entre outros elementos, as

intensas mudanças do espaço agrário refletem: o aumento da densidade técnica, com a ampliação de procedimentos técnicos e científicos na produção agropecuária; a determinação das dinâmicas pelas redes agroindústrias (complexos agroindustriais), em muito associadas a grandes corporações e ao movimento do capital financeiro e industrial; novas divisões social e territoriais do trabalho; a preponderância de novos estabelecimentos, ou seja, introdução de empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, empresas de pesquisa agropecuária, de marketing, de lógica de cadeias, organizações conglomeradas industriais, cooperativas agrícolas, etc.

Desse modo, “Entre os resultados, poderíamos citar as intensas mudanças nas formas de uso e ocupação do espaço agrário, tanto com territorialização de grandes empresas nas áreas mais competitivas, como também com a monopolização de outras, com a consequente expropriação da pequena agricultura (ELIAS, 2016, p. 66). Estamos diante de faces contraditórias do desenvolvimento no campo, aquilo que Ariovaldo Oliveira define como “territorialização dos monopólios” e “monopolização do território”.

O primeiro, “[...] ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal.” (2015, p. 242). Estamos diante do contexto apresentado por Martins (1995) no qual o proprietário de terra e o capitalista se fundem em um único personagem que retém os lucros das atividades produtivas e a renda da terra gerada na atividade agrícola. Nesse mecanismo verifica-se, entre outros fenômenos, o esvaziamento do campo, pois

[...] ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo de especialização capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. [...] A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num ‘mar’ de cana, de soja, de laranja, de pastagens etc. (OLIVEIRA, 2002, p. 106)

A segunda concepção teórica, a monopolização do território,

[...] se dá através das empresas de comercialização (trading companies) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o controle monopolístico do território (monopolisticcontroloftheterritory), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. (OLIVEIRA, 2005, p. 242)

Nessa circunstância, criam-se e recriam-se formas não capitalistas no campo, permitindo a existência do trabalho familiar em suas múltiplas formas e contradições, pois “[...] o próprio capital cria as condições para que os camponeses

produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração para avicultura ou para a suinocultura)” (OLIVEIRA, 2002, p. 106).

Nesse contexto, territórios tipicamente relacionados à pequena agricultura evidenciam quadros de expropriação dos agricultores familiares (camponeses) e êxodo rural, subordinação e drenagem da renda por meio dos Complexos Agroindustriais, crescente ocupação de pessoas economicamente ativas residentes em atividades não-agrícolas e ampliação do assalariamento da força de trabalho agrícola. As dinâmicas socioespaciais apresentam contornos que reverberam os movimentos mais amplos das dinâmicas agrárias, contudo, tais dinâmicas são apropriados em escala local e interagem com as características da pequena agricultura.

DA RELAÇÃO ANTITÉTICA ENTRE AGRONEGÓCIO E ESCOLARIZAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

A questão da escolarização nos espaços rurais pode ser analisada a partir de múltiplos vieses, desde questões estritamente epistêmico-pedagógicas até suas dimensões políticas, estatísticas, de sucesso/fracasso escolar, da relação com o entorno, dentre outras. Nesta seção, o recorte realizado coaduna com o objetivo maior do trabalho, qual seja, demonstrar a relação simbiótica entre escolarização e processos macropolíticos e macroeconômicos do agronegócio. Portanto, a ênfase é dada na vinculação político-pedagógico da educação em espaços rurais com as demandas apresentadas pelo capitalismo em determinados tempos de sua história no contexto brasileiro.

Conforme evidenciado nas considerações iniciais, as políticas de escolarização e seus discursos fundantes sempre estiveram vinculados ao modelo de desenvolvimento nacional de cada período: a escola, a escolarização e toda a maquinaria que lhes é subjacente são tomadas como peças da engrenagem socioespacial das relações de produção e reprodução da vida social. Da perspectiva estatal, os paradigmas instituintes das políticas educacionais são pautados desde horizontes urbanos que reverberam tanto no rural quanto no urbano, assim como nosvínculos que se estabelecem na relação rural-urbano.

Do ponto de vista legal, a primeira garantia de escolarização para as populações rurais que se tem notícia no Brasil está expressa na Constituição de 1934 que destinava 20% da cota nacional de educação para o campo, mesma década na qual houve diversos e relevantes programas de escolarização para estes espaços (SILVA JUNIOR; LEITE, 2017), justificados na perspectiva de barrar o êxodo rural, pois ante os resquícios da crise de 1929, manter número razoável de pessoas no campo era condição essencial para o fortalecimento nacional como estratégia para reverter a crise (NAGLE, 1974). Porém, devido à intensa instabilidade política, do País, em 1937 uma nova Constituição passa a reger a República e nela não há menção sobre as questões de escolarização nos espaços rurais, o que também veio a acontecer na sua substituição com a Constituição de 1946.

Os estudos de Paim (2011) e de Menezes Neto (2003), evidenciam que foi na segunda metade do século XX que os espaços rurais receberam mais atenção no que se refere à formação e escolarização de suas populações.

Geralmente desvinculados de questões sociais mais amplas da vida rural, tais processos buscavam a instauração de subjetividades abertas a novos modos de vida e de produção e o

Estado, além de fomentador de novos modelos agrícolas passa a ser, também, um facilitador da constituição do novo sujeito rural: aquele que deixa o ‘atraso’ caracterizado pelo seu modo de viver e produzir e incorpora novo *métier* de produção, de organização da propriedade e de relações sociais.

Um dos primeiros projetos neste sentido é a implantação, no início da década de 1950, de uma proposta de extensão rural elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que objetivava mudanças culturais e de comportamento nos trabalhadores do campo (MENEZES NETO, 2003), abrindo-se gradualmente espaços para a modernização da agricultura nas décadas seguintes.

Na mesma década, o governo federal brasileiro criou a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que na década seguinte seria transformada na Empresa Brasileira de Assistência técnica e Extensão Rural (EMATER). Como empreendimento na área de política de crédito, a ABCAR/EMATER encontrou nas altas taxas de analfabetismo um dos principais empecilhos para seu projeto de desenvolvimento/modernização do campo. Isso levou o governo brasileiro a várias campanhas de alfabetização (muitas delas financiadas por organismos internacionais), sendo o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a mais conhecida delas (MENEZES NETO, 2003).

Com a aprovação da Lei 5.692/71 que instituiu Diretrizes e Bases para a educação nacional, o ensino passou a ter mais presente a formação técnica em suas diretrizes e orientações político-pedagógicas, fortalecendo, sobremaneira, o ensino agrícola. Como consequência, o MEC lançou, em 1973, o Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola, atribuindo ao técnico da área a responsabilidade de ser mão-de-obra e, ao mesmo tempo “atuar como agente de serviços para atender o mercado

de trabalho, junto às empresas que prestam serviços aos agricultores” (KOLLER, 2003. p. 30).

Nos anos 1980, apesar das movimentações sociopolíticas provenientes tanto da abertura democrática, como de processos que lhe antecederam, como a Aprovação do III Plano Nacional de Educação, Cultura e Desporto, os avanços progressistas em educação rural foram tímidos. Em virtude dos interesses de ruralistas, tanto na escolarização básica pública como em processos de educação não-formal, representados pelos movimentos de educação popular e pela extensão rural, que sofreram acentuada retração. Carência de recursos humanos, insuficiência de infraestrutura e forte influência político-partidária local marcaram a escolarização rural nesta década.

Por outro lado, os anos 1990 foram marcados pela efervescência de movimentos políticos de base pedagógica (ANTÔNIO, 2010) em defesa da escolarização das populações rurais. Reativaram-se os movimentos sociais pela educação, que estiveram em refluxo nos anos 1980, tendo na I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (1998) o seu apogeu. Antes disso, no entanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional do Trabalhadores Rurais (CONTAG), com fundos do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, implantaram o Projeto Terra Solidária, cujas ações visavam formação profissional para o trabalho rural, passando por atividades de alfabetização e outras atividades que visavam a reestruturação dos sistemas produtivos.

Os anos 2000 foram marcados, de um lado, pela institucionalização das demandas por educação em espaços rurais no seio do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e, por outro, de intenso processo de esvaziamento

demográfico-educacional no campo brasileiro, acarretado pela neoliberalização das políticas educacionais, materializadas no fechamento de escolas multisseriadas e na nucleação escolar.

Do até aqui exposto, depreendemos que as políticas de educação no espaço rural não podem ser concebidas em descompasso com as transformações mais gerais que são registradas no campo. Desse modo, as transformações nos padrões agrários e de acumulação representam mudanças nas formas e nos conteúdos, sendo fatores de destituição de relações preexistentes no campo. Novas dinâmicas constituem novas relações sociais do espaço rural e ressignificam, conseqüentemente, a importância da educação.

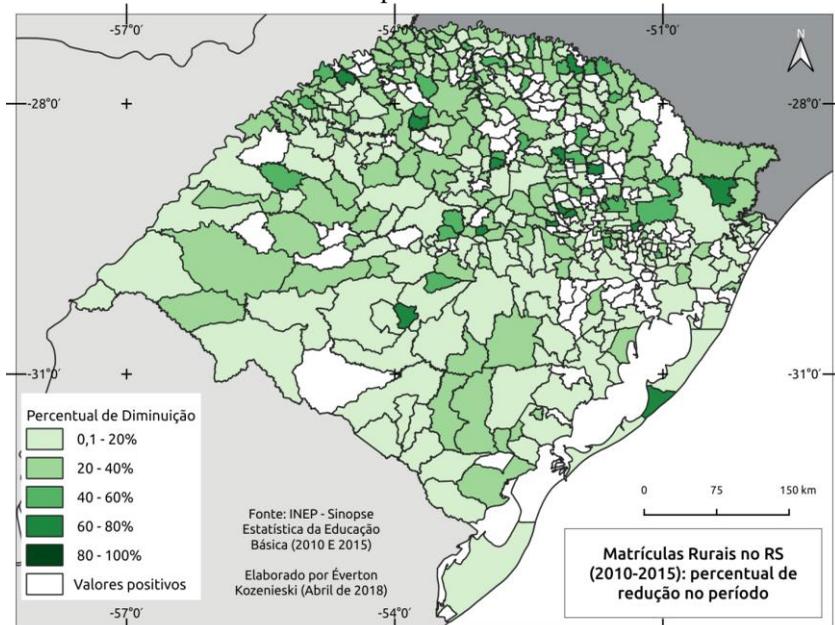
O argumento que defendemos é de que a intensificação das relações baseadas na modernização da agricultura, incentivadas pelo modelo agrário-exportador do período da “economia do Agronegócio”, alteram significativamente aquilo que se produz, como se produz e o quanto se produz no campo. Assim refere-se às transformações das bases técnicas da produção agrícola em direção à incorporação de inovações técnicas, novas bases energéticas, emprego de maquinários agrícolas e insumos industriais, novos métodos e técnicas em meio aos processos produtivos, etc. De mesmo modo, as relações sociais de produção são transformadas, contribuindo para mudança do rural em espaço de produção, em detrimento do rural enquanto espaço de vida (reprodução social). As mudanças na importância da educação no rural, portanto, estão relacionadas às alterações nas bases técnicas e nas relações sociais.

O estado do Rio Grande do Sul (RS) apresenta alarmante quadro de redução da educação nos espaços rurais. Segundo informações dos Censos Escolares (Inep), o número de matrículas na Educação Básica passou de 249.408 em 2005,

para 212.973 em 2010 e 181.169 em 2015. Ou seja, em um período de 10 anos verifica-se a redução de 26,36% matrículas em escolas rurais. Os Censos Escolares (Inep) também demonstram, nos mesmos 10 anos de referência, redução de 41,20% dos estabelecimentos da Educação Básica rurais, pois identifica-se a presença em 2005, 2010 e 2015, respectivamente, de 3.898, 2.731 e 2.292 estabelecimentos.

Ao comparar os Censos de 2010 e 2015 observa-se que as matrículas rurais diminuem de forma mais acentuada do que as matrículas totais. O mapa 1 retrata a espacialização no municípios do RS do percentual de diminuição de matrículas rurais. Ao passo que houve a redução no estado RS de 4,39%, no mesmo período, as matrículas rurais na Educação Básicas diminuíram em 13,92%. Dos 497 municípios do estado, 109 apresentaram, no período 2010-2015, médias de matrículas rurais maiores que a média da variação das matrículas totais, sendo que deste apenas 65 apresentaram acréscimo de matrículas rurais e 21 municípios apresentaram acréscimo superior a 25% (Água Santa, Bom Princípio, Capão da Canoa, Capitão, Capivari do Sul, Caraá, Cristal, Dom Pedrito, Eldorado do Sul, Fazenda Vilanova, Gramado, Jaguari, Lajeado do Bugre, Picada Café, Quatro Irmãos, Santo Augusto, São José do Hortêncio, São Valério do Sul, São Vicente do Sul, Sério e Terra de Areia).

Mapa 1 - Matrículas Rurais no RS (2010-2015): percentual de redução no período



Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica (2010 e 2015)

Os levantamentos do Censo em 2015 identificam 31 municípios gaúchos, de um universo de 497, que apresentam a maior parte das suas matrículas na Educação Básica em escolas rurais, sendo que destes 14 possuem mais de 60% das matrículas no rural. Os municípios e o respectivo percentual de matrículas no rural são: Carlos Gomes, 100%; Cruzaltense, 77,48%; São Valério do Sul, 70,75%; Vale do Sol, 68,75%; Nova Ramada, 68,12%; Barão do Triunfo, 67,64%; Benjamin Constant do Sul, 67,25%; Chuvisca, 66,85%; Passa Sete, 66,80%; Redentora, 66,34%; Charrua, 66,27%; Segredo, 63,14%; Lagoão, 62,96%; e Novo Cabrais, 62,94%.

O quadro apresentado demonstra um contexto no Rio Grande do Sul de redução de matrículas e de estabelecimentos de Educação Básicas nos espaços rurais. Reduzido número de municípios do estado (em 2015 foram 21,93% deles) apresentam contextos nos quais as médias de matrículas rurais são maiores que a média da variação das matrículas totais e, ainda, um universo menos expressivo (6,24%, no mesmo ano) possuem maioria de suas matrículas em escolas rurais.

Ao tratar do tema das transformações do/no espaço rural no estado do Rio Grande do Sul não podemos desconsiderar as mudanças conjunturais em escala nacional. A Economia do Agronegócio, como descreve Delgado (2012), tem importantes reverberações a serem consideradas, ou seja, as políticas públicas, os (re)arranjos entre diferentes segmentos sociais e os padrões agrários que se constituem em escala nacional produzem efeitos territoriais distintos nas escalas locais e regionais.

A economia do Agronegócio favorece a expansão de determinadas culturas, transformando-as em novos preferenciais para produção no campo. Induz não apenas alterações no tipo de culturas que serão produzidas pelos pequenos e grandes produtores, especialmente *commodities*, impulsiona a incorporação de técnicas produtivas baseadas nos preceitos da modernização da agricultura. Tomam forma mudanças naquilo se produz e na forma como se produz. As transformações nas bases produtivas são acompanhadas por mudanças nas relações sociais de produção, pois intensificam-se, por exemplo, o consumo de produtos industriais, amplia-se a caisificação¹⁴

¹⁴ Termo utilizado por MARTINE (1991, p. 8) para designar —[...] crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos complexos agroindustriais ou CAIs.

(formação de Complexos Agroindustriais), densificam as redes e os atores envolvidos nos processos produtivos, constituem-se a monopolização do território e a territorialização do monopólio. O processo em curso intensifica o avanço da modernização da agricultura, que é acompanhado pela ruptura das relações de produção preexistentes.

O cenário agrário com complexas relações que antecede a modernização é acrescido por novas diferenciações, fruto dos camponeses não expropriados que passam ou não a realizar atividades produtivas com bases modernas e integradas aos CAIs. Desse modo, não há dúvidas de que o novo padrão agrário, comandado pela industrialização da agricultura, conformação dos CAIs e integração de capitais, coloca os camponeses em situações novas. Nesse contexto, parcela de pequenos produtores a produzir fundamentalmente para o mercado integrado aos CAIs, para outros a expropriação do campo e os processos migratórios são imperativos (KOZENIESKI, 2016).

Nesse sentido, a produção da agricultura camponesa continua sendo importante, embora determinada parcela esteja integrada à caisificação das relações de produção e apresentem novos perfis. Nesse contexto, especialmente na região sul do Brasil, acentuam-se mudanças produtivas nos pequenos produtores familiares, que passam a desenvolver suas atividades com base na agricultura modernizada, produzindo *commodities* e integrando-se tanto à jusante como à montante aos CAIs. As grandes propriedades e o capital representado nos processos produtivos no campo também assumem o papel de produção das *commodities*. O período da economia do agronegócio induz mudanças, mas são distintas as formas, os graus de subordinação, a capacidade de integração, entre outros

elementos, que como cada um dos segmentos do campo irá se integrar.

A produção de soja nos parece emblemática nesse contexto, pois representa um cultivo que ganha dispersão territorial nas últimas décadas e passa possuir significativa importância econômica no período da economia do Agronegócio. Esse cultivo se insere tanto na agricultura de bases familiares, como também nos latifúndios, sendo realizado sob preceitos da modernização da agricultura, tanto nos seus conteúdos produtivos e também em suas relações sociais que lhe são integrantes. A partir da expansão da soja temos a dimensão dos efeitos territoriais no campo e as (re)significações de suas relações.

A produção de Soja no estado do Rio Grande do Sul não um fato novo. Contudo, sua importância ampliou nas últimas décadas. A pesquisa de Produção Agrícola Municipal (IBGE) contribui ao dimensionar o significado da produção desse grão ao registrar informações a respeito da área colhida (ha), quantidade produzida (t) e rendimento médio (kg/ha).

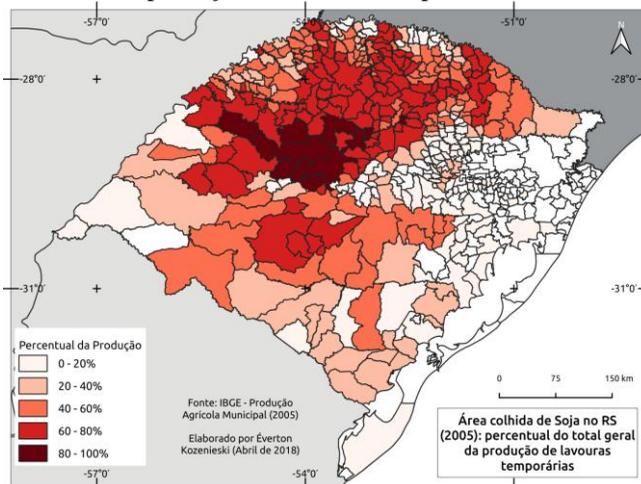
Em 2005 registrou no RS 3.733.822 hectares de área colhida do grão, enquanto que em 2010 identificou-se 4.013.616ha e em 2015 o montante de 5.262.520. No período de 10 anos (2005-2015) a área colhida ampliou em 40,94%. No que se refere à quantidade produzida de soja, temos em 2005 a quantidade de 2.444.540t. Em 2010, atingiu-se 10.480.026t e no ano de 2015 chegou-se a 15.700.264t. O crescimento da produção de soja entre 2005 e 2015 é de 542,26%. Já rendimento médio atingiu os valores de 654 (2005, 2.611 (2010) e 2.983 (2015) quilogramas por hectare. Em 10 anos verifica-se crescimento de 356,12%.

A repercussão territorial dos dados gerais podem ser observadas por meio do Mapa 2 e do Mapa 3. O primeiro

representa o percentual total de área colhida com grão de soja em cada município, respectivamente, nos anos de 2005 e 2015. Desse modo, os mapas retratam a participação da soja ocupa em comparação a outros cultivos.

No que se refere especificamente ao Mapa 1, observa-se a predominância da produção de soja no norte-noroeste do estado, localizando-se em sua região central os locais de maior exclusividade da produção de soja. Verificam-se cultivos também, apesar reduzida participação no percentual total da área colhida, no nordeste e sul do estado.

Mapa 2 - Área colhida de Soja no RS (2005): percentual do total geral da produção de lavouras temporárias

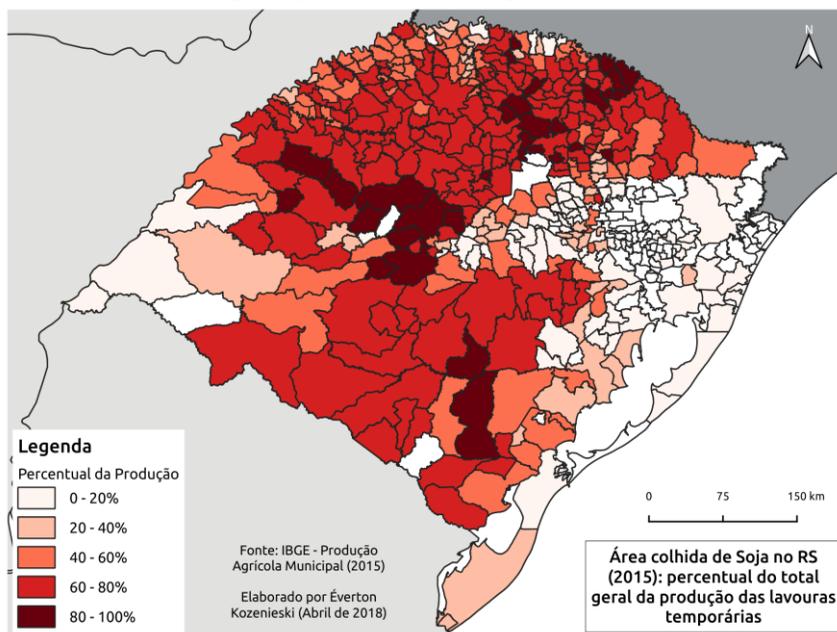


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2005)

No mapa 3, observa-se duas transformações. A primeira se relaciona a expansão da produção de soja para outros municípios. Tal situação ocorre em todas as regiões do estado, sendo mais intenção na metade sul do RS. O segundo aspecto

que podemos destacar se refere a intensificação da produção do grão, ou seja, a produção de soja passa a responder em muitos municípios por um percentual maior da área cultivada. Essas duas considerações apontam para dispersão do cultivo de soja no RS e para intensificação em municípios onde ele já estava presente

Mapa 3 - Área colhida de Soja no RS (2015): percentual do total geral da produção de lavouras temporárias



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2005)

As informações gerais do estado sobre o produção de soja e as representações da dispersão e intensificação da produção nos município indicam repercussões territoriais relacionadas à economia do Agronegócio. Verificam-se

transformações de ordem produtiva, pois há expressivo crescimento da produção de soja no estado, a ampliação dos municípios produtores do grão e crescimento da participação do cultivo frente aos demais. As informações sugerem que as transformações não apenas são no que se produz, remetem ao como se produz e as relações específicas de produção. A Soja, como indicador, aponta para intensificação do padrão agrário do Agronegócio no RS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações que apresentamos sobre as escolas rurais e as transformações no campo no Rio Grande do Sul constituem um paradoxo. De um lado, aponta para um quadro alarmante de redução da escolarização de caráter rural e, por outro, verifica-se a territorialização da economia do agronegócio, com suas produções típicas, bases técnicas e relações sociais.

O tema da escolarização rural perpassa não apenas a luta política para o não fechamento das escolas rurais, mas também por modelos de desenvolvimento que têm a ver com o papel e o lugar dos sujeitos rurais em projetos/modelos de desenvolvimento.

Como resultado de um processo histórico que brevemente tentamos apresentar, temos, na atualidade, modos de pensar a educação e a produção do espaço rural que buscam instaurar modelos de desenvolvimento que tomam o capitalismo como sendo homogêneo e consensual nos diferentes espaços e que, portanto, minam as possibilidades do diverso se fazer presente e se fortalecer; ao passo que, na contramão da homogeneização, precisamos fortalecer contradiscursos ao consenso de forma a privilegiar as diversidades locais e o seu acesso aos meios produtivos e educacionais, fortalecendo

territorialidades que a expansão do agronegócio e dos complexos agroindustriais tentam apagar ou subverter.

As análises aqui apresentadas são preliminares e abrem possibilidades para outros vieses analíticos que dizem respeito tanto à reverberação local da economia do agronegócio, a exemplo da incorporação das novas relações sociais de produção da técnica em escala local, como também das reverberações e influências (mútuas ou não) do agronegócio nas políticas de sistemas municipais de educação em regiões de expansão recente e acentuada dos complexos agroindustriais.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Clécio Acilino. **“Por uma educação do campo”**: um movimento popular de base política e pedagógica para a educação do campo no Brasil. 2010. 234f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIS, Denise. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BUHLER, Anne; GUIBERT, Martine (org.). **Agricultura empresarial e espaços rurais na globalização**: Abordagens a partir da América do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

KOLLER, Claudio Adalberto. **A perspectiva histórica da criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e a sua**

relação com o modelo agrícola convencional. 2003. 108f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KOZENIESKI, Éverton de M. **A Produção do Espaço Rural:** Transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na Microrregião de Erechim. 2016. 327 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRGS/PPGGea, Porto Alegre, 2016.

LOMBARDI, José Claudinei. Periodização na história da educação brasileira: aspecto polêmico e sempre provisório. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.32, p.200-209, dez.2008.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 23, p.8-37, mar. 1991.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo política. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MENEZES NETO, AntonioJulio de. **Além da Terra:** cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1974.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia Agrária e as Transformações Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS,

Ana F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63 – 110.

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>.

PAIM, Robson Olivino. **Natureza, terra e trabalho na educação do MST**: o caso do Assentamento Congonhas - Abelardo Luz-SC. 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre o cerrado mineiro. In.: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 255-269.

RIBEIRO, Maria Luisa, **História da educação brasileira**: a organização escolar, 15.ed. Campinas, Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; LEITE, Marcos Flávio Alves. A educação escolar no meio rural no município de Ituiutaba-MG, Brasil: educação rural ou educação do campo?

Revista brasileira de educação do campo. Tocantinópolis, v.2,
n1. jan./jun., 2017. p. 323-344.

DESENVOLVIMENTISMO E CONFLITOS AGRÁRIOS NO MARANHÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DISPUTAS PELA CONCRETIZAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO¹⁵.

José Domingos Cantanhede Silva

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é entremeada de questões ligadas à disputa pelo acesso a terra. No entanto, a década de 1950 demarca um tempo de grande visibilidade da questão agrária, particularmente pelo seu caráter político. É quando o campesinato aparece como classe para si. Conforme Esterici (2003, p. 11), *“já naquela época, multiplicavam-se os conflitos de terra em várias regiões do país (...)”*.

Nesse contexto, o Partido Comunista apresentou-se como uma força política capaz de investir na formulação de uma proposta de reforma agrária voltada para a modificação da estrutura agrária do país, visando a distribuição de terra para as famílias camponesas.

A face política do campesinato começa a ganhar mais feição no momento em que os camponeses começam ter voz

¹⁵ Artigo apresentado originalmente no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no período de 20 a 23 de julho de 2015, em Porto Alegre-RS. Construído a partir de dados preliminares da pesquisa sobre conflitos agrários no Maranhão, tendo como foco ação política da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão em torno da luta pela reforma agrária, considerada, por este movimento social, um eixo do projeto político de desenvolvimento, denominado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

própria através das Ligas Camponesas e outros movimentos sociais rurais.

Dias (2012 p. 13), afirma que o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, divergia do Partido Comunista quanto à quebra do poder do latifúndio. Enquanto o partido acreditava numa aliança com a burguesia industrial, interessada em mudanças estruturais que beneficiariam o mercado interno; Julião advogava a favor de o camponês se tornar o ator político capaz de atingir a revolução.

A cena política brasileira, antes e depois do golpe militar de 1964, é entremeado pela reivindicação da reforma agrária, presente na origem do movimento dos camponeses e trabalhadores rurais brasileiros, foi a eixo central do 1º Congresso Nacional Camponês, realizado em 1961, em Belo Horizonte. Estas mobilizações foram fundamentais para a promulgação do Estatuto da Terra.

O próprio Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964), traz no seu conteúdo uma noção de desenvolvimento (Artigo 16), haja vista preconizar que “a reforma agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso, o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do país, com a gradual extinção do latifúndio e do minifúndio”.

A Constituição Federal de 1988, nominada de Constituição Cidadão, define a terra como um bem social, impõe responsabilidade ao poder público e ao setor privado, visto que o cumprimento da função social da terra é a fonte de legitimação do direito de propriedade.

Esta mesma Constituição, quando analisada sob a ótica da conveniência e da importância da reforma agrária para os grupos sociais que possuem vínculos vitais com a terra, como o

campesinato, nos faz entender que a chamada Constituição Cidadã deu mais importância aos objetos do que às pessoas, haja vista impor privilégio à chamada propriedade produtiva.

A função social da propriedade, segundo o Artigo 186 da CF, é cumprida quando atende os critérios a seguir, fora disso é passível de desapropriação, salvaguardada apenas pelo critério de ser avaliada como “produtiva”:

- 1) quando aproveitada de forma racional e adequada;
- 2) os recursos naturais disponíveis são corretamente utilizados e o meio ambiente é preservado;
- 3) observância ao cumprimento legislação trabalhista,
- 4) a atividade econômica desenvolvida contribui para o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores/as.

A CF reflete o resultado da disputa entre grupos sociais favoráveis e os contrários à reforma agrária. Deste processo, obtiveram-se avanços favoráveis à reforma agrária e recuos significativos, como a introdução de óbices à desapropriação e a noção de propriedade produtiva, mencionada em linhas acima. Importa sublinhar que a CF foi elaborada enquanto o Governo Federal executava o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

Criado pelo Decreto 91.766 de 10 de outubro de 1985, o I PNRA previa assentar 1,4 milhões de famílias que não tinham a propriedade da terra, no período de 1985 a 1988. Para tanto, o decreto presidencial assegurava a aplicação das normas de redistribuição fundiária previstas no Estatuto da Terra.

A promulgação do I PNRA¹⁶ causou intensas mobilizações favoráveis e contrárias à reforma agrária. Os latifundiários responderam com a União Democrática Ruralista (UDR), uma entidade civil que representava o pensamento contrário à modificação da estrutura fundiária construída desde a colonização.

Em todas as regiões do país a UDR mostrou sua face violenta, a partir da organização de milícias armadas e da pistolagem, com o objetivo de intimidar os camponeses que se organizavam em diversos movimentos locais, regionais e nacionais, em defesa da implementação do I PNRA. As situações de conflitos agrários violentos cresceram significativamente e ganharam visibilidade internacional.

A Revista Veja publicada no dia 16 de junho de 1985 anuncia a grandeza da ira dos latifundiários mediante a manchete: “*Semeadura de armas*” e o subtítulo “*a colheita da reforma agrária é uma tempestade*”. Além de relatar os confrontos entre camponeses e latifundiários em várias regiões do país, a revista chama atenção para o fato de o governo ter tocado em uma questão que parecia adormecida havia 20 anos, ou seja, desde o movimento pelas reformas de base do fim dos anos 1950 e início dos 1960:

Passadas apenas três semanas da divulgação do seu Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo descobre que cutucou uma onça perigosa sem vara alguma. Os conflitos no campo vêm de décadas no Brasil, mas a proposta de dividir terras

¹⁶O ministro do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, e o presidente do INCRA José Gomes, apresentaram o documento “Proposta para o I Plano Nacional de Reforma Agrária, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em Brasília, no mês de maio de 1985.

apresentada pelo presidente José Sarney atingiu um vespeiro que há vinte anos não estava tão agitado. Mexeu-se num dos mais agressivos problemas nacionais: a terra. Na disputa por glebas, grilagens e posses, morrem a cada ano no Brasil perto de 200 pessoas. Esse número mostra sua face amarga quando se sabe que no pior ano do terrorismo urbano - 1973 - morreram no Brasil 71 pessoas (...).

No Maranhão, a resposta dos chamados fazendeiros à eclosão de movimentos sociais a favor da implementação do IPRNA, se baseou na articulação local da UDR, particularmente nas regiões do Mearim (centro maranhense) e Tocantina (parte do sul do estado), mediante a realização de leilões de muitas cabeças de gado bovino e articulação de milícias e grupos de pistolagem.

Os leilões da UDR se constituíam, ao mesmo tempo, em atividade de arrecadação de fundos e canal de propaganda intimidatória, haja vista os eventos lograrem grande divulgação nas sedes dos municípios, por meio de panfletos, carros de sons, rádio e televisão.

Nesse contexto, o assassinato de trabalhadores rurais era uma rotina e os chamavam a reagir. Victor Asselin (2009, p. 195) discorre em seu livro “Grilagem, Corrupção e Violência em Terras do Carajás”, que Monoel da Conceição relata a João Pedro Stedile, em 30 de setembro de 2009, que (...) “Em meados da década de 1980 o povo oprimido, indignado com as diferentes formas de violência praticadas pelo latifúndio, reagiu e partiu para a luta (...)”.

As ações da UDR, assim como a reação dos trabalhadores rurais, foram decisivas para o governo do presidente José Sarney recuar, e enterrar o I PNRA. Até 1990, ao final do governo da chamada Nova República, apenas 90.000

famílias foram assentadas, muito distante da meta, que era de 1 milhão e 400 mil famílias.

O encolhimento das metas do I PNRA fica bem compreendido quando analisamos o retrocesso da Carta Constitucional de 1988. A cena política do Congresso Nacional Constituinte contou com a presença firme das partes mais interessadas na reforma agrária, os latifundiários e os grupos sociais que vivem da/na terra. A eleição que escolheu os congressistas foi polarizada, entre os “a favor” e “os contra” a reforma agrária.

Concluído o processo de constitucionalização das questões mais importantes para a sociedade brasileira, restou claro o caráter eminentemente político que a reforma agrária adquiriu, haja vista a vitória da UDR por ter conseguido impor óbices legais para a utilização do instituto da desapropriação dos latifúndios.

Em 2003, no início do governo do presidente Lula, foi formulado o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Neste plano, composto de 11 metas, o governo reconhece que

a elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população. (II PNRA, p.11)

Os latifundiários, agora com o nome de fantasia *agronegócio*, não esboçaram reação semelhante aquela da década da transição democrática. Parece que a famosa Carta aos Brasileiros, emitida por Lula por ocasião da campanha eleitoral

de 1992, surtiu os efeitos esperados e combinados entre eles, cujo excerto transcreve-se abaixo:

(...) Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas [...] (LULA, 2002, s/p)

O alcance de uma das metas, assentar 400 mil famílias, logrou controvérsias. O governo federal informava que até o final do primeiro mandato do ex-presidente Lula, teria assentado 381.419 famílias. Os Movimentos Sociais e a imprensa contestam os dados porque essas famílias não corresponderiam a novos assentados.

Portanto, os latifundiários/agronegócio são os grandes beneficiários das ações governamentais desta década. A questão da desconcentração da estrutura fundiária não tem lugar na agenda dos governos.

Neste campo político, no qual a medição de forças com a finalidade de formulação de projetos, o latifúndio/agronegócio vem ganhando cada vez mais espaço, no entanto, a resistência dos camponeses para obter autonomia, mesmo relativa, diante da opção preferencial dos governos pelo latifúndio/agronegócio parece ajudar a recrudescer os conflitos pela posse e uso da terra, tendo como mote as noções de projetos de desenvolvimento rural.

DESENVOLVIMENTO: FERRAMENTA ANALÍTICA E INSTRUMENTO DE AÇÃO POLÍTICA

A noção de desenvolvimento encontra-se permeada e permeável às mais variadas interpretações e significações, razões pelas quais será considerada, neste artigo, como orientadora de práticas sociais, projetos e políticas públicas formuladas e implementadas por diversos agentes emissores de discursos que apontam perspectivas de transformação de situações pré-existentes.

Na perspectiva de tornar compreensível o jogo estabelecido no espaço social por uma noção legítima de desenvolvimento, consideramos que tais disputas ou relação de forças entre os agentes, ocorrem no seio de um campo de poder, segundo a perspectiva de P. Bourdieu. Neste caso o *campo do desenvolvimento rural*.

P. Bourdieu define um campo como uma sucessão de relações e interrelações fundadas em valores e práticas dos agentes que, dotados de capitais específicos concorrem entre si tendo em vista a dominação do campo. É, portanto,

(...) campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, (...) é lugar em que se geram, na concorrência, entre os agentes que se encontram envolvidos, produtos políticos, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...). BOURDIEU, 1998, P. 163-164).

Compreendemos *campo do desenvolvimento rural*, uma ferramenta analítica que designa o espaço de poder onde se delineiam as disputas entre agentes que lutam pela formulação e implementação de projetos que visam, de diversas maneiras, dar sentidos, significados e valores a terra. É desse processo que emerge os conflitos agrários no Estado do Maranhão.

A noção de desenvolvimento é herdeira do mito do progresso, um dos elementos impulsionadores da modernidade. Transitar em sua história social nos permite situar os projetos políticos de desenvolvimento formulados e implementados sob a égide de discursos que fazem alusão à necessidade de se desenvolver e/ou progredir. Pontuamos, linhas acima, a respeito dos discursos e projetos voltados para a mudança e/ou manutenção da estrutura fundiária se enquadrar nestas perspectivas desenvolvimentistas.

Raquel Rigoto (2008, p.42) analisando a centralidade da noção de desenvolvimento nas sociedades ocidentais modernas, aciona o pensamento de Castoriades (1976), para explicar que a noção de desenvolvimento figura como uma “significação imaginária social que institui novas atitudes, valores e normas e criou uma nova definição social da realidade e do ser”.

O século XX é o século do desenvolvimentismo. Neste contexto, os agentes sociais lhes dão diversas significações, numa dinâmica de construção social da realidade, a partir de concepções que vislumbram, de certo modo, mudanças sociais objetivas, por meio de projetos, programas e políticas públicas - das agências governamentais, movimentos sociais e sindicais, de Organizações Não Governamentais e das empresas capitalistas.

Entramos nas décadas de 1980-1990 influenciados pelos questionamentos acerca do significado do par antagonístico desenvolvimento-subdesenvolvimento e o aparecimento de novas significações, a saber: “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento solidário”, “desenvolvimento rural sustentável e solidário”, além de outras adjetivações.

Cantanhede (2013, p. 4) afirma que a noção de desenvolvimento pode ser compreendida como as crenças e princípios partilhados que orientam os modos de pensar, agir e

sentir dos agentes sociais, independentemente da posição social que ocupam. Mesmo posições distintas, anteveem um futuro, fazem nascer e renascer esperanças. Por outro lado, a ocultação de implicações negativas não pode ser descartada dos discursos alusivos ao desenvolvimento.

As ideias relativas ao desenvolvimento parece exercerem sobre os indivíduos e as sociedades uma força que lhes conduz à naturalização de uma necessidade, de “se desenvolver”, expressão que historicamente dominou a cena política nos Estados-Nação, nas agências multilaterais, nas escolas; e também nos movimentos sociais democráticos. Exemplo notório é o MSTTR que orienta suas ações por meio de um projeto político de desenvolvimento denominado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS¹⁷.

Contemporaneamente, é muito difícil estabelecer diferenças entre os discursos das agências governamentais, das agências internacionais, do patronato e dos trabalhadores. A apropriação da categoria desenvolvimento sustentável, de maneira indiscriminada, tem levado diferentes agentes a emitirem discursos aparentemente semelhantes, porém com sentidos distintos, haja vista constituir uma conduta política que visa uma associação à ideia de responsabilidade socioambiental.

Com efeito, a nossa compreensão é de que os agentes sociais cultivam de alguma maneira noções próprias de desenvolvimento que orientam os seus projetos, fazendo deste termo uma ferramenta de ação política que, por meio do que Foucault (1996, p. 8) denomina *de coisa pronunciada ou escrita* reúne forças para compor uma crença num futuro promissor. Conforme afirmamos em linhas acima, tais discursos também

¹⁷ Mais adiante trataremos especificamente da sociogênese do PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

ocultam efeitos nocivos ou escondem reais beneficiários de certos projetos e políticas públicas.

“FORTE E GENTIL”? CONFLITOS POR TERRA NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O espaço social agrário maranhense tem sido palco de uma quantidade significativa de conflitos agrários, especialmente nas regiões onde são implantados grandes projetos incentivados pelos governos estadual, federal e municipais, particularmente projetos voltados para o agronegócio, hidronegócio e mineração.

Para compreender sociologicamente os conflitos agrários tomamos como referência o conceito utilizado pela Comissão Pastoral da Terra que o concebe assim:

(...) ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta por terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas”. (CPT, 2012, p.10)

A partir de pesquisas nas áreas de atuação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA, nove regionais sindicais¹⁸, buscamos analisar a disputa pela noção legítima de desenvolvimento rural mediante a concretização de projetos e políticas públicas. Destacaremos três regionais sindicais que se destacaram em termos da

¹⁸ No ano de 2015 a FETAEMA contava com 9 (nove) Regionais: *Alto Turi, Baixada Maranhense, Baixada Oriental, Baixo Parnaíba, Mearim, Cocais, Pindaré, Tocantina e Sul.*

dimensão quantitativa de conflitos ou número de famílias submetidas a tal situação.

Figura 1: Mapa do Maranhão e Regiões Sindicais da Fetaema



Fonte: Fetaema

As Regionais da FETAEMA constituem um recorte sócio-espacial, as quais representam uma divisão político-administrativa imbuída de caráter político-estratégico com o objetivo de mobilizar, articular e fortalecer o projeto político do MSTTR no território maranhense, tendo a terra como recurso fundamental.

A delimitação dessas Regionais leva em consideração não apenas os critérios de localização geográfica, mas também os aspectos políticos, sociais e ambientais; bem como o histórico sindical das mesmas e suas demandas acerca do acesso a terra, regularização fundiária, dentre outros; sendo inteiramente distinta das regionalizações efetuadas pelas agências estatais.

Para analisar a violência no contexto dos conflitos agrários tomamos como referência a proposição de Tavares dos Santos (2001). Este autor denomina de “tipologia de violência rural” a descrição de certas ocorrências de violência cuja caracterização “prende-se à dimensão do aspecto relacional com a natureza e com a sociedade”, a saber: violência ecológica, violência costumeira, violência simbólica e violência política.

Observamos o recrudescimento da violência como tecnologia do poder, acionada na disputa pela posse da terra entre agentes situados no *campo do desenvolvimento rural*. De um lado, os trabalhadores e trabalhadoras rurais e comunidades tradicionais. De outro, os representantes dos grandes projetos (agronegócio, hidronegócio, mineração etc) e seus aliados.

O Estado, por sua vez, atua de forma ambígua. Atua como mola propulsora destes projetos. No entanto, em alguns momentos, atua como agente acionador de políticas públicas em favor dos grupos impactados. Os dados evidenciam uma postura estatal dos poderes executivo, legislativo e judiciário dentro do campo do desenvolvimento rural mais favorável ao desenvolvimentismo baseada nos grandes projetos.

Os dados sobre conflitos agrários e violência, sistematizados de acordo com a divisão regional da FETAEMA, no período de janeiro a dezembro de 2014, indicam a persistência de um ambiente conflituoso no espaço agrário maranhense, sendo o acesso à terra a causa principal destes conflitos, haja vista a sua relevância na concepção desenvolvimentista dos agentes posicionados no *campo do desenvolvimento rural*.

Figura 2: Conflitos agrários por Regionais da Fetaema
Ano: 2014

R E G I O N A I S		Nº DE CONFLITOS	%	Nº DE FAMÍLIAS	%
	ALTO TURI	2	2,5	--	--
	BAIXADA MARANHENSE	7	8,8	420	9,1
	BAIXADA ORIENTAL	13	16,3	480	10,4
	BAIXO PARNAÍBA	29	36,3	1154	25,1
	COCAIS	13	16,3	1377	29,9
	MEARIM	8	10	374	8,1
	PINDARÉ	3	3,8	80	1,7
	SUL	2	2,5	30	0,7
	TOCANTINA	3	3,8	688	14,9
TOTAL	80	100	4603	100	

Fonte: Relatório do Projeto “Do Grito à Explicação Sociológica: desenvolvimentismo e conflitos agrários no Maranhão”.

Os dados cotejados apontam 80 ocorrências de conflitos agrários, envolvendo 4.603 famílias submetidas a diversas formas de violência, números relativos apenas aos conflitos acompanhados pela FETAEMA. Os dados da Comissão Pastoral da Terra de 2014 mostram a ocorrência de 123 conflitos por terra no estado, atingindo 9.803 famílias. Estes quantitativos indicam a dimensão dos conflitos por terra no Maranhão e o quão importante é a reflexão sobre este problema.

Medeiros (2014, p. 26) analisando os dados da Comissão Pastoral da Terra, relativos ao ano de 2014, ressalta que os 36 assassinatos e as 56 tentativas de assassinatos registrados neste ano estão concentrados nos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia. Estes estados reúnem 66,66% das mortes

ocorridas no período. O Maranhão lidera as ocorrências de pistolagem no Nordeste.

Constatamos que os conflitos acompanhados pela Fetaema se concentram principalmente nas Regionais Baixo Parnaíba (36%), Cocais (13%) e Mearim (8%). Quanto ao número de famílias envolvidas nota-se que estas se aglutinam quantitativamente nas seguintes Regionais: Baixo Parnaíba (1.154) correspondendo a 25%; Cocais (1.377) representando 29,9% e Tocantina (688) equivalente a 14,9 % num total de 4.603 famílias.

Nestas regionais percebe-se uma crescente atuação do Estado por meio da incorporação de grandes projetos. Governo e empresas privadas aliam-se, emitem um discurso desenvolvimentista por meio do qual disseminam uma crença modernizadora baseada nos empreendimentos (agroindustriais, produção de energia elétrica e eólica, combustíveis, mineradoras, etc.) que sucederão os modelos de produção das populações locais, tidos como entraves para certo tipo de desenvolvimento.

Existe uma correlação positiva entre a instalação desses grandes empreendimentos e a persistência de conflitos em torno do uso e propriedade da terra no Maranhão. Somam-se a esse problema, os agravantes ambientais relacionados à questão da má utilização dos recursos naturais, devastação de espécies da fauna e da flora protegidas por lei; bem como a poluição dos rios e mananciais de usufruto das comunidades.

Nota-se, por assim dizer, uma naturalização do desenvolvimentismo, haja vista se espalhar, como dissemos linhas acima, uma crença segundo a qual esses projetos trarão, automaticamente, melhores condições de vida para as regiões, através da criação empregos e geração de renda, a despeito do acúmulo de questionamentos em contrário por meio da

construção de estratégias de resistência e formulação de projetos alternativos.

Na Regional denominada Baixo Parnaíba, situada na parte leste do Maranhão, onde foram registrados 36% do total de conflitos acompanhados pela FETAEMA, envolvendo 1.154 famílias, é considerada o novo oásis do agronegócio onde a Suzano Papel e Celulose está se estabelecendo para a produção de *pellets*¹⁹ de madeira, e o plantio de soja já ocupa grandes extensões de terra exploradas por agricultores oriundos da região sul do país.

A Suzano Papel e Celulose utiliza, na região, o slogan “Forte e Gentil”, promete a geração de 3.000 empregos diretos e 10.000 indiretos. Em discurso no ato de assinatura de protocolo de intenções de instalação da indústria no município de Chapadinha, selado com a Prefeitura Municipal, o presidente da Suzano Renovável e a prefeita municipal reiteraram que estão “*levando o progresso e o desenvolvimento à região*”.

As chamadas populações tradicionais, que detêm o domínio de posses antigas, passaram a ser pressionadas pelo avanço do cultivo extensivo de soja, milho e eucalipto. Além de processos administrativos, instruídos pelo órgão fundiário estadual, objetivando a regularização fundiária de imóveis rurais em desfavor das comunidades.

Somente nos municípios de Chapadinha, Santa Quitéria, Mata Roma, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos registram-se 30 comunidades que vivem em situação de conflito tendo como antagonista a “gentil” Suzano Papel e Celulose.

¹⁹ Os pellets são pequenos granulados em formato cilíndrico que possuem entre 6 e 8 milímetros de diâmetro, de comprimento possuem entre 10 a 40 milímetros, utilizados como fonte de energia.

Registramos nesta regional um conjunto de ações violentas impetradas contra trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, a saber: grilagens, ameaças de morte, pistolagem, destruição de casas e currais, destruição de templo católico, despejos sem ordem judicial, extração ilegal de madeiras, desmatamento de espécies protegidas por lei e destruição de roças.

Na Regional dos Cocais, destacou-se o município de Timbiras (800 famílias) e Codó (150 famílias). Enquanto na Regional do Baixo Parnaíba, sublinha-se o município de Santa Quitéria do Maranhão (968 famílias). Na Regional Tocantina, os municípios de Açailândia (350 famílias), Amarante do Maranhão/Terra Indígena Governador (220 famílias) e João Lisboa (118 famílias). Os municípios de Paço do Lumiar (205) e Anajatuba (150) lideram na Regional da Baixada Oriental. E, finalmente, a Regional da Baixada Maranhense, com o município de Palmeirândia (358 famílias).

A Regional denominada Cocais, compõe-se de 42 municípios, os levantamos realizados na FETAEMA apontam para uma concentração de conflitos mais intensos nos municípios de Codó, Timbiras Barra do Corda e Aldeias Altas.

Nesta regional, os empreendimentos estão mais direcionados à exploração de gás natural, sucroalcooleiro, fabricação de bebidas e gesso. Além da instalação de distritos industriais nos municípios de Codó, Presidente Dutra, Grajaú e Caxias.

Dentre os municípios que compõem esta Regional, Codó apresenta a maior quantidade de comunidades em situação de conflitos, em número de 29, atingindo 365 famílias. Algumas se autodomina quilombolas, nas quais registramos: crimes ambientais, ação violenta da polícia militar, despejos, tortura, despejos com autorização do poder judiciário, pistolagem,

restrição violenta da utilização de recursos naturais, destruição de cemitérios, assassinatos e destruição de babaçuais.

Nos municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão são registrados, além do crime de grilagem e ameaça de morte, as áreas de reforma agrária (assentamentos) e as terras indígenas passaram a ser alvo dos grandes projetos e assim retornando a ser objeto de disputa. Como bem informa uma liderança sindical de Barra do Corda, *“pensamos que depois da reforma agrária a gente ia ter paz, mas a luta pela terra é permanente”*.

Diversos empreendimentos disputam o espaço agrário contra os trabalhadores rurais e comunidades tradicionais nesta Regional, setores do agronegócio, bioenergia, gesso e bebidas, a saber: Itapecuru Bionergia, Agrosserra, Grupo Costa Pinto, TG Agroindustrial, Gessomar, Costa Pinto Agroindustrial, OLS Agroindustrial e Schincariol.

Outra Regional entremeada de conflitos agrários é a denominada Médio Mearim, na qual a FETAEMA aglutina 30 municípios. Na década de 1980 esta região foi amplamente atingida pela expansão da criação de gado bovino, sendo palco de confrontos entre fazendeiros e trabalhadores rurais.

Assim como em Cocais, é atualmente uma fronteira de exploração de gás natural, atingindo principalmente os municípios de Santo Antônio Lopes, São Mateus, Alto Alegre, Peritoró, Lima Campos e Pedreiras, sendo a empresa Parnaíba Gás Natural, anteriormente denominada OGX Maranhão Petróleo e Gás, a principal exploradora.

Como ocorre nas demais regionais os trabalhadores rurais e as comunidades tradicionais são submetidos a diversos tipos de violência: despejos judiciais, ameaças de morte, desqualificação da cultura nativa, impedimento de acesso a áreas de uso comum, incêndios planejados, ameaças de morte,

criminalização de lideranças, impedimento de acesso aos babaçuais, pistolagem e crimes ambientais.

Conforme Tavares dos Santos (2001) a *Violência Ecológica* é notada mediante ações contra a natureza humana e contra a natureza “uma ação que depreda a fauna, a flora e o meio ambiente”. Notamos que esta tipologia de violência é praticada em todas as Regionais estudadas, na medida em que os dados apontam os agentes dos grandes projetos como sujeitos que devastam até as espécies nativas protegidas por lei.

A *Violência Costumeira* abarca a dinâmica das relações de denominação entre classes e os grupos sociais, as relações de trabalho na agricultura até a expropriação do campesinato com a intervenção do Estado. Seguindo o fio condutor do autor em alusão, é possível afirmar que esta forma de violência também é percebida nas áreas estudadas, haja vista os significativos casos de pistolagem e ameaças de morte registrados.

A terceira forma de violência, Tavares dos Santos denomina de *Violência Política*, tendo o Estado como agente da violência. Sinteticamente, distingue-se pela atuação de órgãos estatais e parcela de membros do Poder Judiciário, alimentada por práticas institucionais e por um determinado padrão de expressão de interesses ligados à propriedade da terra. Nesse sentido, a pesquisa aponta atos administrativos do órgão fundiário estadual em desfavor dos trabalhadores rurais e comunidades tradicionais.

A ação de agentes do Poder Judiciário na emissão de liminar de reintegração de posse em benefício de pretensos proprietários de forma célere e a lentidão dos órgãos fundiários quando se trata de resolução de problemas que afetam as comunidades rurais compõem o conjunto de ações que corroboram para o avanço da violência política.

Por fim, a *Violência Simbólica*, se efetiva pela disseminação do discurso desenvolvimentista que valoriza a modernização das atividades produtivas ao passo que desvaloriza os trabalhadores rurais e as comunidades tradicionais, atribuindo a estes o caráter de entraves ao padrão de desenvolvimento hegemônico.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O desenvolvimento, enquanto termo controverso adquire significados conforme a sua utilização nos discursos e nas práticas dos agentes sociais, bem como pela posição social que estes ocupam em seus contextos temporais e espaciais de existência.

Tomamos, enfim, a noção de desenvolvimento como uma ideia mestra que orienta práticas dos agentes sociais na construção e implementação de seus projetos de desenvolvimento, em especial, para o meio rural, ao passo que identificamos um desgaste dessa noção evidenciada pelas suas sucessivas adjetivações.

Observamos a existência de dois macro-projetos de desenvolvimento para o meio rural, segundo Nelson Delgado (2012), os quais se encontram em permanente disputa.

Um deles, organizado em torno de uma conjuntura político-econômica favorável aos interesses dos grandes proprietários, voltado para a produção agroexportadora, privilegiada pela estrutura agrária concentradora de terra, como também pelo aparato jurídico e algumas agências estatais. O chamado agronegócio é representação mais evidente desse projeto neoliberal no campo.

O outro, o projeto democratizante, elaborado no seio dos movimentos sociais rurais, no qual se insere o Projeto

Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, busca a democratização nas diversas dimensões da sociedade e que, em interação com o Estado busca alargar buscar alargar a ideia de democracia.

Nesse sentido, constatamos que as regionalizações adotadas pelas organizações sindicais e agências governamentais constituem instrumentos de caráter político e encontram-se alinhados aos seus respectivos projetos de desenvolvimento.

Observamos que as disputas pela implantação desses distintos projetos de desenvolvimento geram conflitos no meio rural, cujo fenômeno ocorre no seio de um campo de poder, *o campo do desenvolvimento rural*.

Neste *campo do desenvolvimento rural*, avista-se a participação de diversos grupamentos sociais: trabalhadores rurais e comunidades tradicionais e suas respectivas representações, instituições da sociedade civil, instituições religiosas, representantes do agronegócio, hidronegócio; bem como a participação de instâncias governamentais.

A participação do Estado em atos violentos por meio de seu aparato repressivo (polícias civil e militar) com a criminalização dos agentes que lutam pela Reforma Agrária e certa cumplicidade do Poder Judiciário em desfavor das populações rurais, seja em caso de omissão ou na configuração de parcialidade na mediação de conflitos, demonstra sua posição entre os projetos em disputa, sendo mais favorável ao modelo de desenvolvimento rural baseado nos grandes projetos.

A violência aqui surge como um instrumento disciplinar ao passo que busca desestruturar aquelas formas organizativas e, ao mesmo tempo, frear o processo de reivindicação do direito de propriedade da terra.

Neste sentido, compreendemos os conflitos agrários como uma possível manifestação ou concretização dos efeitos do “campo de desenvolvimento rural”, sendo que os agentes sociais envolvidos nos conflitos são orientados em seu discurso e prática, por noções de desenvolvimento construídas socialmente.

Constatou-se o papel ambíguo do Estado. De um lado, agente de formulação de políticas de reforma agrária e colonização de novas terras e, de outro lado, agente da “modernização agrícola” que, de certa forma, permite também a modernização do latifúndio ao sustentar uma estrutura fundiária altamente concentradora.

Por fim, destacamos a partir do referencial teórico e dos dados quantitativos levantados durante a pesquisa que o Maranhão apresenta-se, em primeira instância, como exemplo de um Estado onde predomina a questão da modernização conservadora alimentada por um forte apelo desenvolvimentista, mediante a emissão de discursos que ocultam as implicações deletérias do desenvolvimento baseado na expansão das grandes extensões de monoculturas.

REFERÊNCIAS

ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e Violência em Terras dos Carajás**. – Imperatriz: Ética, 2009.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**, novembro de 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CABRAL, Diogo Diniz Ribeiro. **Dossiê sobre a violência e espoliação contra os pobres da terra no Estado do Maranhão**. Assassinatos, despejos, ameaças de morte contra os povos tradicionais maranhenses. (Artigo Não Publicado)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL (2013). **Conflitos no Campo** – Brasil 2012 [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz , Flávio Lazzarin[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. *In: Novos Cadernos NAEA*, v. 15, nº. 1, p. 85 -129, jun.2012.

FETAEMA. (2013). **Anais do 7º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão: FETAEMA 40 anos Conquistas e Desafios**. São Luis: FETAEMA/Assessoria Técnica e Política da FETAEMA.

FETAEMA. **Acompanhamento das Áreas: Territórios Quilombolas Pautados no Grito da Terra Maranhão 2013**. (Artigo não publicado)

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. *In: Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2a Edição, 2010.

MARTINS, José de Souza . O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *In: Estudos Avançados*. [Vol. 15, nº. 43](#): 31, São Paulo: USP, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX.** Ci. Inf., Brasília, 21(1): 23-31, jan./abr. 1992.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: Dossiê Desenvolvimento rural. **Estudos Avançados.** – vol. 15, nº 43, set/nov. São Paulo: USP, 2001.

SILVA, José Domingos Cantanhede. **Do Grito à explicação sociológica: desenvolvimentismo e conflitos agrários no Maranhão.** Projeto de Pesquisa. São Luís: 2013a.

SILVA, José Domingos Cantanhede. Pobreza e Desenvolvimento: o PCPR nas Comunidades Quilombolas. DAGNINO, Eveline; PINTO, Regina P. (Orgs). **Mobilização, Participação e Direitos.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SILVA, José Domingos Cantanhede; CARVALHO, José Antônio Ribeiro de. **TECENDO A REDE: Assistência Técnica e Extensão Rural Não Estatal como instrumento de implementação de um Projeto Político de Desenvolvimento Rural.** (Artigo aceito no XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA). Salvador, 2013b. Disponível em: http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_trab-aceito-0432-1.pdf. Acesso em: 06/05/2014.

SILVA, Jose Domingos Cantanhede, TAVARES, Leonora de Jesus. Relatório de Pesquisa: “Do Grito à Explicação Sociológica: desenvolvimentismo e conflitos agrários no

Maranhão”. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao Povo Brasileiro.** in <https://fpabramo.org.br/2006/05/10/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva/> acesso em 20 de outubro de 2018.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Cidadania dilacerada. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 37, jun. 1993. (p. 131-148)

_____. **Conflitos Agrários e violência no Brasil:** agentes sociais, lutas pelas terras e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000.

TAVARES, Leonora de Jesus Mendes. **Atiçando o “formigueiro”:** análise do conflito pela posse da terra na Comunidade São Joaquim / Quebra Pote, no Município de São Luís. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

A AGRICULTURA FAMILIAR, AS NOVAS TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS E AS MUDANÇAS NAS DINÂMICAS SOCIAIS A PARTIR DA INTERNET

Jhose Iale Camelo da Cunha
Andreya Raquel Medeiros de França
Moacir Vieira da Silva

IDEIAS PRELIMINARES

Quando se pensa na agricultura brasileira, a imagem que se apresenta é de um modelo agroexportador, centrado nas grandes propriedades de monoculturas (e latifúndio), e voltado, majoritariamente, para o mercado internacional. Tal representação é fruto de uma "amnésia social" que negligencia a contribuição e a importância das práticas familiares voltadas à agricultura para a sociedade (WANDERLEY, 2014).

Apesar de se conformar dentro do seio doméstico e adotar, em sua maioria, técnicas produtivas mais simples, a agricultura familiar é uma atividade complexa, diversa e que influencia, seja de maneira direta ou não, no modo como as unidades familiares rurais se organizam, bem como no ciclo produtivo de alimentos dentro de uma cadeia nacional. No cenário brasileiro, essa prática familiar tem incorporado, ao longo dos anos e frente às mudanças que vem ocorrendo no meio rural, novas formas produtivas – ampliação das técnicas – e novos mercados de trabalho.

Frente a esse campo de metamorfoses e de paradoxos, o presente trabalho se propõe a discutir e a refletir sobre as mudanças na dinâmica da reprodução social na agricultura

familiar a partir da inserção das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, em especial a internet no meio rural, uma vez que o acesso à informação é um fator decisivo para o processo de tomada de decisões dos agricultores.

Nesse sentido o presente texto apresenta primeiramente uma breve discussão sobre a agricultura familiar e o processo de modernização da agricultura brasileira. Em seguida, expõe dados referentes as novas formas de comunicação no contexto do mundo globalizado e as transformações do mundo rural com a inserção das TIC. Por fim, desenvolve-se uma discussão sobre os desafios e efeitos da internet na unidade familiar.

INCURSÕES EXPLICATIVAS SOBRE A AGRICULTURAFAMILIAR E DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura²⁰ - a FAO²¹ – diz que agricultura familiar compreende

[...] todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens (FAO, 2014, p. 1).

²⁰Tradução do idioma inglês de Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

²¹ 2 Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

Nesse sentido, as decisões e os investimentos que são tomados na propriedade, cabem aos indivíduos que possuem laços de parentesco, uma vez que o trabalho é realizado pelos membros familiares sendo deles a posse da terra. (FAO/INCRA, 1996).

Assim, o grupo doméstico é autônomo e estabelece as estratégias de reprodução conforme as relações de parentesco e consanguinidade, bem como o patrimônio coletivo, que é transmitido por meio da herança, conforme destaca Schneider (2008). Ele ainda acrescenta que no que tange o processo de produção, o mesmo obedece às especificidades da força de trabalho, onde há limites para a divisão social do trabalho e a criação econômica de escala, não havendo portanto, exploração do trabalho alheio (SCHNEIDER,2008).

Outra característica da agricultura familiar se refere a interação com o espaço social, na medida em que a comunidade ou coletividade local define valores sociais como reciprocidade e solidariedade; as instituições, como sindicatos, igrejas, organizações; os mercados, como produtos e trabalho; e por fim o Estado, como políticas públicas, crédito, assistência técnica.

Quando pensamos em agricultura familiar em uma perspectiva moderna, é importante apontar conforme Wanderley (2009) algumas características: Primeiro, a família passa por dois processos: o de decomposição, que ocorre com o desaparecimento de estabelecimentos familiares, e o de diferenciação interna que se trata dos motores da evolução da agricultura familiar.

Ela destaca ainda que a unidade familiar se modifica conforme a época e o lugar. Para Wanderley (2009)essa segunda característica se evidencia na medida em que, nas sociedades modernas, as famílias são menores e há pouca necessidade de envolvimento de todos os membros da família no trabalho. Tais

famílias se organizam equilibrando trabalho e consumo, sendo essa uma terceira característica desse novo contexto, pois a tecnologia moderna potencializa a produção, reduz o esforço físico, e redefine o consumo na sociedade rural.

É importante destacar ainda, um quarto aspecto que diz respeito aos fatores externos que levam a certa inflexibilidade no enquadramento da organização da produção. Desta forma, os produtores precisam seguir o avanço tecnológico para não serem dominados pelo mercado. Por fim, nessa perspectiva moderna de agricultura familiar, o rendimento interno da família continua indivisível, porém está em grande parte ligado ao mercado capitalista, dependendo muito de crédito bancário para assegurar a tecnologia e a reprodução social da produção familiar (WANDERLEY, 2009).

Tal realidade é melhor compreendido quando se observa o processo de modernização da agricultura brasileira. Em meados da década de 60, ocorria tardiamente no Brasil, o processo de industrialização. Com isso, a agricultura passa a ser um ramo de produção similar o da indústria, comprando insumos e produzindo matérias-primas para outros setores. Os países desenvolvidos, nesse período, distribuíam um conjunto de tecnologias biológicas, químicas e mecânicas no formato de “pacotes tecnológicos” da revolução verde (VIERO, 2009).

Nesse contexto, também debatiam-se no Brasil, os caminhos para a modernização da agricultura. Tal modernização ocorreu de maneira conservadora, na medida em que não alterou a estrutura social brasileira, diferente do que aconteceu em outros países (PIRES; RAMOS, 2009; MARTINE, 1991). O modelo de modernização conservadora, segundo Pires e Ramos (2009), se configurou como sendo um dos principais vetores para a expansão e aceleração do êxodo rural.

O processo de modernização, se configurou imerso em uma realidade de fortes custos sociais. Pois, na medida em que ele promoveu um aumento na produtividade física da agricultura, bem como a integração das grandes propriedades a agroindústrias, ele possibilitou também um elevada concentração da terras, aumento dos latifúndios, aumento da exclusão dos agricultores, a favelização das cidades, a redução do nível de empregos agrícolas e etc. (VIEIRA, 2009; PIRES; RAMOS, 2009; MARTINE, 1991).

Devido ao modelo de produção agrícola em que são expressivos aumentos da produtividade das principais culturas e, por consequência, da produção agropecuária total, originou então uma série de consequências negativas, especialmente na esfera social, com destaque para a forte “diferenciação social entre os agricultores, a precarização das condições de trabalho no meio rural, a elevação dos índices de pobreza e a contínua expansão das taxas de êxodo rural, com consequências diretas sobre o meio urbano do país” (MATTEI, 2015 p. 38).

No meio rural a modernização limitou-se principalmente às unidades produtivas, e em nada tenha avançado em melhorias de infraestrutura. Ocasionalmente assim, pressão nas áreas rurais, e provocando a escassez de mão de obra podendo a longo prazo, pressionar os salários na agricultura, setor ainda caracterizado pelo baixo valor adicionado por trabalhador. Além disso, a falta de sucessores rurais para a atividade agrícola ameaça também a sustentabilidade, a médio e longo prazo, da pequena unidade de produção familiar (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Dois fatores são determinantes para a redução da população rural, os fatores endógenos e os exógenos. Nos fatores endógenos está a estrutura familiar, com a redução da fecundidade e a fragmentação das famílias, além da redução da participação da família tradicional, que seria os pais com filhos,

como também a redução no tamanho médio das famílias. Dentro dos fatores exógenos a relação é feita com a modernização da agricultura e as extremas desigualdades territoriais que ao comparar com as condições da cidade tende a atrair um maior contingente de mão de obra, proveniente do rural, às grandes e médias cidades (MAIA; BUAINAIN, 2015).

De acordo com Camarano e Abramovay(1999), as consequências da migração seletiva nas áreas rurais, com o fluxo predominante de jovens mais escolarizados e do sexo feminino, estão se intensificando o processo de envelhecimento e a masculinização da população rural, comprometendo a reprodução das famílias e da sociedade rural “tradicional”. Outra hipótese sobre a saída do jovem é levantada por Buainain et. al. (2013), afirmando que a migração tenha relações muito mais forte com a busca por qualidade vida e infraestrutura nas áreas rurais, do que até mesmo pela disponibilidade de trabalho e ocupação no campo. Aumentando assim as consequências do êxodo seletivo dos jovens e o envelhecimento da população rural.

Nos últimos anos houve uma desaceleração do esvaziamento rural no Brasil, isso pode está relacionado diretamente com duas questões chave, (a) o envelhecimento da população rural, que contingencia em larga escala os migrantes em potencial (os jovens) e (b) a contínua expansão do alcance dos benefícios de instrumento de proteção social, destacando aqui a aposentadoria. Ademais, a taxa de fecundidade tem ficado abaixo da taxa de reposição da população brasileira, comprovando assim o seu envelhecimento (MAIA; BUAINAIN, 2015).

Outro agravante para essa questão está relacionado diretamente as mudanças estruturais nas lavouras que ocorreram no país. Essas mudanças estão relacionadas a substituição

crescente das lavouras tradicionais que demandava maior mão de obra por culturas agrícolas modernas e com baixo uso de mão de obra, além da significativa incorporação das inovações tecnológicas em praticamente todas as etapas do processo produtivo, sobretudo naquelas culturas que ocupavam enormes quantidades de trabalhadores (MATTEI, 2015).

O aumento da competitividade no setor agrícola devido a incorporação das inovações tecnológicas, tem incentivado os gestores a buscar meios para se sobressaírem no mercado, como novos processos de produção e gestão, utilizando as TIC (AFONSO; HASHIMOTO; SANT'ANA, 2015).

As Tecnologias de Informação - TI, segundo Batalha, Buainain e Souza Filho (2009), podem otimizar as atividades do agronegócio, com inclusão no setor da agricultura familiar, pois além de facilitar a busca, o acesso, o armazenamento e a disseminação de informações, também servirão como instrumento de comunicação e coordenação entre os participantes deste setor. Nesse sentido, busca-se debater adiante as mudanças provenientes das inserção das TI no contexto rural.

AS TIC E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDORURAL

No contexto das TIC o surgimento e a disseminação da internet foi sem dúvidas um grande marco para uma nova era onde não existe mais as barreiras de tempo, espaço e identidade (VIEIRA, 2009). A globalização pode ser compreendida como um processo de integração entre múltiplas fases, envolvendo tanto o campo econômico, como também os horizontes sociais, políticos e culturais. Esse processo vem promovendo o “encurtamento” das distâncias físicas, a integração dos mais diversos espaços (conformando uma rede global de pontos interconectados), gerando inúmeros e constantes fluxos (de

pessoas, de mercadorias, de cultura, de informação), e permitindo a expansão de um amplo campo tecnológico, que invade e dissemina um grande arsenal digital.

Para Giddens (1991, p. 69), “a modernidade é inerentemente globalizante”, ou seja, a globalização é evidenciada como característica básica das instituições modernas; o cotidiano dos indivíduos é invadido pelas tecnologias; o nível de distanciamento entre tempo-espaço é muito menor de que qualquer outra época anterior – estamos diante de uma grande onda de conexões, de interconexões, de encontros, de informações, de novas tecnologias que atingem e se materializam (processam) pelos mais diversos pontos do globo.

Lévy (1993) aponta para a criação de novas maneiras de pensar e conviver no mundo da informática e que relações entre homens, trabalho e inteligência estão dependendo da evolução desses recursos informacionais. Depois das inúmeras transformações, nas mais variadas áreas, com o advento da era digital, a ONU afirmou que o acesso a internet como um direito humano.

Em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo a importância do fluxo de informação e comunicação gerado pela internet, relatório que analisa as tendências e desafios através da internet decretou “ser direito de todos os indivíduos procurar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos através da Internet. A ONU destaca ainda a natureza única e transformadora da Internet não só para permitir aos cidadãos exercer o seu direito à liberdade de opinião e expressão, mas também uma gama de outros direitos humanos, além de promover o progresso da sociedade

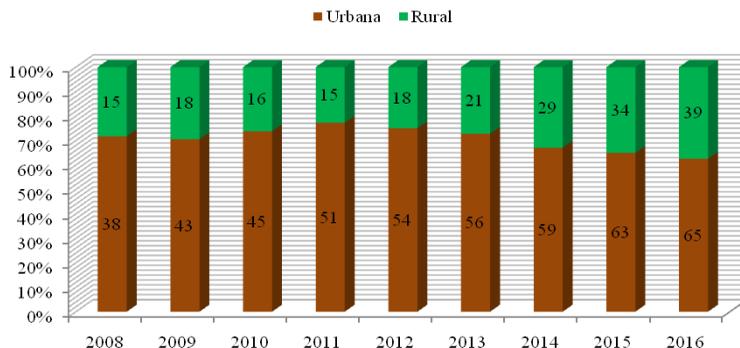
como um todo. (CONCEIÇÃO, 2015, p. 5).

De acordo com Fornasier e Scaranti (2017), no Brasil, esse direito foi aprovado no ordenamento jurídico interno em 2014, pelo Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965. Tal legislação assegurou os direitos humanos como fundamento do uso da internet, bem como certificou o acesso à internet como instrumento fundamental para a prática da cidadania, a qual passou a ter uma nova dimensão em razão do contato das novas tecnologias com novos conhecimentos e culturas heterogêneas.

Pensar a internet nesse contexto, é pensar que ela exerce um papel vital na criação de um ambiente democrático, uma vez que, por meio dela é possível se obter acesso à informações e conhecimentos que são condições necessárias para a ampliação de capacidades individuais gerando, assim, desenvolvimento econômico e social. Entretanto, é possível notar que um número significativos de pessoas que residem no meio rural, não podem exercer tal direito.

Dados do Comitê Gestor de Internet (2017) mostram que no Brasil, aproximadamente 36,7 milhões de domicílios tem acesso à internet. Porém, ainda é preciso considerar que o número de pessoas que estão desconectadas é elevado (número superior a 32 milhões de domicílios, de acordo com os dados do órgão citado). Se analisarmos os dados quanto à área, vamos observar que no Brasil a maior concentração de acesso se encontra nas áreas urbanas (gráfico 1).

Gráfico 1 - Proporção de usuários de internet por áreas – urbanas e rurais²².



Fonte: CGI/NIC (2016)²³.

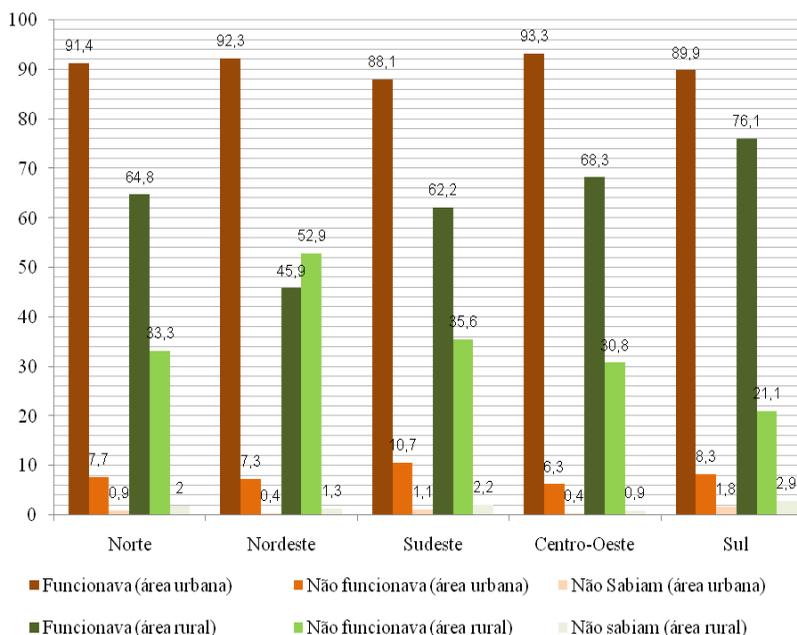
Entretanto, é possível observar que vem crescendo o número de acessos no contexto rural no decorrer dos anos. As informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2016) apontam para os dados referentes ao funcionamento dos serviços de telefonia móvel e a internet por região (ver gráfico 2), sendo possível observar que, no meio rural, por região, há grande diferença entre os dados de acesso a internet, na medida em que as regiões sul e sudeste têm os maiores índices de cobertura do serviço, frente às demais. Entretanto, observa-se uma situação bem crítica na região norte em que menos da metade dos entrevistados alegaram ter o serviço funcionando. Mais da metade destacaram o não funcionamento do serviço no meio rural. Mesmo com o rápido avanço no processo de globalização e expansão do uso das TIC,

²² Porcentagem sobre o total da população.

²³ Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, CETIC, Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC/ Domicílios 2016.

fica evidente a partir de tais dados, a grande desigualdade que há no contexto referente às áreas rurais e urbanas no território brasileiro.

Gráfico 2: Moradores em domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões do Brasil, segundo a situação do domicílio e o funcionamento de serviço de rede móvel celular para telefonia ou Internet no domicílio – 4º trimestre de 2016 (valores relativos)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2016)

Assad e Pancetti (2009) apontam que as TIC's estão inseridas como um fator de competitividade no meio rural. Esse

novo contexto exige práticas gerenciais eficientes do agricultor, seja ele pequeno ou grande, bem como dos demais integrantes da cadeia produtiva. Assim, percebe-se que as TIC's têm influenciado nas operações das organizações e nos resultados econômico-financeiros, se mostrando como viabilizadora de negócios (MENDES; BUAINAIN; FASIABEN, 2013).

Nesse mesmo contexto, reforça-se que as TIC's possibilitou que o agricultor, até os que se encontram em áreas remotas, tivesse acesso a informações meteorológicas, a programas de ensino a distância, a sistemas bancários, auxiliando assim na tomada de decisões quanto à utilização dos recursos de maneira mais produtiva e rentável; a internet também dissemina informações sobre preços e comercialização de bens fazendo com que os agricultores recebam em poucos minutos informações de todo o mundo, podendo aumentar a sua renda (CHHACHHAR et al, 2014).

O acesso aos recursos de TI entre os produtores com maior nível de escolaridade, principalmente no que diz respeito ao acesso à internet, aponta para uma tendência assinalada em alguns estudos de que, quanto maior o nível de instrução do produtor, maior sua capacidade de apropriar de conhecimentos e tecnologias, o que pode colaborar para a exclusão digital das pessoas com baixo nível de instrução.

Por fim, a pesquisa TIC Domicílios 2016 mostrou também dados referente a diferenciação de consumo de bens culturais on-line entre os residentes em áreas urbanas e rurais, e a partir de tais dados, pode-se identificar desigualdades nesses seguimentos, uma vez que, observou-se que 70% dos internautas dos centros urbanos assistem vídeos, propagandas e filmes ou séries on-line frente a 56% das áreas rurais.

Assim, podemos observar que a Internet no meio rural pode aumentar o acesso à informação, o que é fundamental nas

tomadas de decisões do agricultor, contribuindo para melhorias nas condições de vida no meio rural. É nesse sentido que a próxima seção busca apresentar de que maneira as transformações no mundo rural, proveniente da inserção das TIC, tem possibilitado mudanças no processo de reprodução social dessa categoria.

A AGRICULTURA FAMILIAR E AS MUDANÇAS POR INTERMÉDIO DA INSERÇÃO DA INTERNET NA UNIDADE PRODUTIVA

A partir das definições de agricultura familiar apresentada anteriormente, é possível observar mudanças com a utilização da internet tanto na relação que envolve as questões familiares, os processos produtivos dentro da propriedade, bem como questões relativas as práticas ligadas a comercialização, distribuição e transporte de produtos. Pensar como a internet se apresenta nesse contexto, ajudará na compreensão do fato de que a agricultura familiar se reproduz no conjunto da sociedade por meio de diferentes mecanismos, modificando assim as relações que perpassam tanto no contexto rural como urbano.

Sonaglio (2011), em pesquisa desenvolvida sobre as *“tecnologias e agricultura familiar: como um computador com acesso a internet pode transformar o cotidiano rural”*, tentou compreender as mudanças que aconteceram no cotidiano de famílias de pequenos produtores com acesso a internet por meio dos computadores, observando que a relação espaço e tempo apresentaram modificações na medida em que, em alguns casos, permitiu que o trabalhador se sentisse mais interligado ao mundo, porém, alguns deveres diários continuaram sem alterações, mantendo o costume local.

Nesse mesmo campo de estudo, vale destacar ainda a pesquisa realizada por Conceição (2012) no Município de Estrela/RS, que tratou sobre a utilização e apropriação da internet no meio rural do referido município. A referida autora observou que as famílias consideraram que a inserção da internet trouxe tanto benefícios como malefícios para o contexto familiar em questão, a saber: aumentou os laços comunicacionais e afetivos entre os membros da família, podendo inclusive aproximar parentes antes não conhecido; em contra partida, influenciou de forma negativa naquele contexto, uma vez que gerou em alguns casos, a segregação dos membros mais próximos.

Ainda como relação a aspectos familiares, a internet pode se tornar um divisor de águas no contexto familiar, isso porque, ela tem o poder tanto de excluir aqueles de maior idade, que possui certa resistência quanto à adesão as TIC; como pode abrir para os jovens, um leque de informações, permitindo processos de qualificação, e profissionalização por meio da Educação à Distância - EaD.

Segundo Conceição (2016) a internet pode minimizar os problemas do êxodo rural na medida em que se apresenta, na visão de alguns entrevistados como uma forma de manter os herdeiros do campo nas próximas gerações.

[...] o jovem pra ficar no meio rural ele precisa de três coisas: a comunicação, é fundamental, o jovem não fica no meio rural se não tiver comunicação, e aí entenda - se por isso basicamente internet pois o jovem hoje, eu pelo menos percebo aqui, ele não fica mais tanto na televisão ou fica com radinho ligado, ele quer é a internet, então a internet; renda, ele precisa ter renda, alguma coisa que proporcione uma renda; e a questão de participação na

propriedade, pois em uma propriedade que o pai manda sozinho, o filho não vai ficar (CONCEIÇÃO, 2016, p.145, grifos da autora)

Nesse sentido, tal citação demonstra questões fundamentais quando tratamos de agricultura familiar; tal discurso ajuda a desconstruir o imaginário de que o meio rural é um espaço de isolamento, atraso ou algo ultrapassado. Nos últimos anos, principalmente com a pluriatividade, o meio rural ganhou novas configurações - como destaca Wanderley (2001) – uma vez que, o campo é espaço de lazer, de serviços, de produtividade.

É importante destacar ainda aspectos ligados ao *processo produtivo* e a *questão da terra*. Enfatiza-se que as TIC's, em especial a internet, é um fator de grande importância para a produtividade da propriedade, na medida em que facilita na realização de algumas tarefas que são importantes no que diz respeito à gestão dos processos produtivos.

Nesse sentido, destaca-se que os aparelhos de telefones celulares têm reduzido às distâncias comunicacionais entre as áreas rurais e urbanas. Os telefones celulares têm proporcionado benefícios para os agricultores, fornecendo vantagens nos diferentes setores da sociedade, como saúde, educação desenvolvimento rural e na agricultura para o crescimento econômico nos países em desenvolvimento. (CHHACHHAR et al. 2014).

No que diz respeito as relações dos agricultores como o mercado, é importante destacar que a apropriação das TICs por parte do agricultor modifica o modo de vida no meio rural, gerando novas formas de trabalhar, de produzir, e acima de tudo, de se conectar e interagir com o mundo. Segundo Sonaglio

(2011, p. 33), “[...] a inclusão destas novas TICs faz com que o agricultor familiar fique mais atento às mudanças mundiais, antes de mais difícil acesso”.

Segundo Buainain et al (2014), quando pensamos nas TICs no contexto rural, podemos destacar que elas tendem a promover a conectividade e modificar processos ligados as cadeiras agroalimentares. Tais autores apontam que essas tecnologias impactam as cadeias produtivas, tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta, possibilitando diminuir os custos, aumentar a produção, ajustar os insumos às necessidades do solo e das culturas, e ampliar os rendimentos e encurtar os impactos ambientais, utilizando a agricultura de precisão.

Nessa mesma perspectiva, os referidos autores reforçam que “As TICs possibilitam também desenvolver estratégias de marketing direto dos produtos agrícolas e explorar oportunidades variadas, como o comércio eletrônico, os leilões, as vendas de serviços e o ensino a distância.” (BUAINAIN et al, 2014, p. 132)

Com os novos canais de comercialização que ocorrem através do advento da internet, é possível que o agricultor familiar alcance um maior número de consumidores para os seus negócios, fazendo com que a demanda por produtos se torne mais regular, facilitando, portanto, o escoamento da produção. Segundo Borges e Zaine (2007), a presença da internet no meio rural possibilita, de certa forma, uma maior visibilidade dos empreendimentos que querem diversificar as suas atividades produtivas, sendo a internet um grande canal de divulgação de informações e comercialização do meio rural.

Por fim, é importante destacar o papel da internet no contexto de mobilização política. Além da internet liberar um maior acesso a informações referentes a políticas de créditos e financiamentos, ela permite uma maior organização política por

parte dos agricultores, possibilitando uma ampliação nos horizontes no que diz respeito a conhecer seus direitos sociais e lutar por eles.

Desta forma, a internet pode permitir, por meio de sites de busca e até redes sociais, que o agricultor troque informações e se mobiliza com outros em prol de uma mesma causa. É nesse sentido que Ploeg e Long (1994), exaltam as formas de agência, ou condição de agente do agricultor familiar, ou seja, a capacidade que ele tem de agir em arenas sociais. Assim, a internet teria o poder de empoderar os agricultores familiares a fim de induzi-los a tornarem-se agentes de seu futuro.

Ainda com relação a esses aspectos políticos e de organização, vale destacar o papel da internet enquanto instrumento que permite uma maior organização e divulgação de informações sobre cooperativas, associações e conselhos, possibilitando que debates e os avisos formulados nesses espaços sejam propagados com os demais, tendo a internet por tanto, o papel de auxiliar os indivíduos e os grupos a estabelecerem laços que permita alargar o debate coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet no meio rural é entendida com um elemento facilitador da vida do homem do campo, uma vez que permite que se estabeleçam novas relações sociais com fornecedores e produtores, permitindo uma maior gestão nas atividades produtivas, de entretenimento e lazer, interferido nas relações econômicas, sociais políticas e cognitivos.

A internet possibilita uma maior ampliação no fluxo de informações, bem como, permite que, por meio do acesso a rede, se tenha um leque de comunicações e informações no meio rural. A agricultura familiar que temos hoje não é isolada, isso

porque, as suas diversas conexões fazem com que a vida nas comunidades rurais seja perpassada pelas questões mais gerais da sociedade.

As novas tecnologias se apresentam como instrumento potencializador do desenvolvimento do meio rural, uma vez que a sua inserção nesse ambiente alteram de maneira significativa as mais variadas relações estabelecidas nesse contexto.

Nesse sentido é que se faz necessário debater a necessidade de políticas públicas para o meio rural que vão além do acesso a sementes, adubos ou créditos. Como foi visto, é crescente o acesso a internet no meio rural nos últimos anos, entretanto, ainda existe uma grande parte de domicílios que não tem acesso a tais benefícios sendo preciso, o desenvolvimento de políticas voltadas para tal demanda.

Por fim, se configura como um grande desafio, o cuidado para não reprodução das desigualdades que se apresenta entre os que têm acesso a informação e os excluídos digitalmente. Apesar da internet ter um caráter potencializador de mudanças sociais, o acesso a rede por si não resulta no desenvolvimento ou permite a inclusão. A redução da exclusão digital no meio rural não se restringe a um equipamento conectado, mas abrange uma série de esforços e serviços fundamentais para o desenvolvimento humano nesse contexto digital.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, E P.; HASHIMOTO, C. T.; SANT'ANA, R.C. G. Uso de tecnologia da informação na agricultura familiar: Planilha para gestão de insumos **Biblios**, n. 60, 2015, pp. 45-54 JulioSantillánAldana, ed. Lima, Perú.

ASSAD, L.; PANCETTI, A. **A silenciosa revolução das TIC na agricultura**. Com Ciência, n. 110, 2009. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n110/a05n110.pdf>> Acesso em: abr. 2017

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Paulo: edUFSCar, 2009, p. 43-65.

BORGES, M. P.; ZAINÉ, M. F. A Internet como canal de distribuição do turismo rural em algumas propriedades do estado de São Paulo: um estudo de caso. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 90 - 98, 2007.

BUAINAIN, A. M et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil-Panorama dos últimos 50 anos** - IPEA - Texto para discussão nº 621, 1999.

CHHACHHAR et al. Impact of Information and Communication Technologies in Agriculture Development,

Journal of Basic and Applied Scientific Research, v. 4, n.1, p. 281-288, 2014.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil – TIC Domicílios 2016**, 2017. Disponível em: <<http://www.cetic.br>>. Acesso em: 05 set. 2017.

CONCEIÇÃO, A. F. **“Quem está online?”** : um estudo de caso sobre o uso e apropriação da internet no meio rural de Estrela/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria , 2012.

CONCEIÇÃO, A. F. **Internet pra quê?**: a construção de capacidades e as TIC no processo de desenvolvimento rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2016. 206 f.

DEPONTI, C. M.; KIRST, R. B. B.; MACHADO, A. As inter-relações entre as TIC e a Agricultura Familiar. RECoDAF – **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 3, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2017. ISSN: 2448-0452

FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. 1996. Brasília. In: GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. (coord.). **O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto**. 2000. Brasília, Convênio FAO/Incrá, INCRA.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **O que é a Agricultura Familiar?** Itália, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

FORNASIER, Mateus de Oliveira; SCARANTTI, Danielli Regina. Internet no campo: direitos humanos e políticas públicas de inclusão digital. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 133-152, jul 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/116050/130499>>. Acesso em: 15 Abr. 2018.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 - **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016**. Rio de Janeiro, 2018.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. **O novo mapa da população rural brasileira**. Confins [Online], 25 | 2015, posto online no dia 19 Novembro 2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10548>>; DOI : 10.4000/confins.10548>.

MARTINE, G. (1991) A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, nº 23, p. 7-38.

MATTEI, Lauro. Emprego agrícola: cenários e tendências. Estudos Avançados, v. 29, n. 85, p. 35-52, 2015.

MENDES, C.I.C.; BUAINAIN, A.M.; FASIABEN, M.C.R. Heterogeneidade da agricultura brasileira no acesso às tecnologias da informação. **Espacios**(Caracas), v. 35, p.1-11, 2014.

PIRES, M.J.S E RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica Do Nordeste**. Volume 40, Nº 03, Julho – Setembro, 2009

PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within**. Assen: Van Gorcum, 1994.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. Brasília, 2008. 43 slides, color. **IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado e II Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais. 12 a 17 de outubro 2008**. Disponível em: <<http://simposio.cpac.embrapa.br/palestras/painel10/palestrapainel10sergio.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

SONAGLIO, A.E. **Tecnologia e agricultura familiar**: como um computador com acesso à internet pode transformar o cotidiano rural. Brasília, 2011. Monografia de Graduação – Curso de Jornalismo – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2011.

VIERO, V.C. **Tecnologias de informação e comunicação no contexto rural brasileiro**: o modelo de monitoramento agrícola

do sistema irriga. Santa Maria, 2009. Dissertação de mestrado - Programa de pós-graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Org.). **Una nuevaruralidad em America Latina? Buenos Aires**: CLACSO-ASDI, 2001. p. 31-44.

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba – SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HORTAS ESCOLARES COMO ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Gilberto Luiz Curti
Idiane Mânica Radaelli
João Antônio Esganzella
Marcieli Macarri

INTRODUÇÃO

As hortas comunitárias são espaços produtivos que agregam múltiplos saberes, convivência e integração entre a comunidade, além de recriar a paisagem, gerando novas funções sociais para o espaço (SANTOS, 2012). Elas representam a possibilidade da produção do próprio alimento de maneira saudável, promovendo a participação social, sustentabilidade e a soberania alimentar.

Esta atividade vem ao encontro do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, segundo o conceito elaborado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e dotado pela Lei orgânica n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Consiste na realização do direito de todos, ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, estando livres da fome, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que

respeitam a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) reconhece a agricultura urbana como uma ferramenta eficaz para responder aos desafios da segurança alimentar e a sustentabilidade urbana (MOUGEOUT, 2000). No Brasil, é recente o incentivo ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (2004–2016). Este ministério foi criado com o objetivo de incentivar os poderes públicos municipais no desenvolvimento de experiências de agricultura urbana e periurbana, constituindo-se diversas experiências de AUP articuladas com práticas de economia solidária. Nessas experiências, articulam-se poderes públicos, universidades e outras entidades e comunidade local.

No documento Cidade Verde da FAO destaca que a horticultura urbana e periurbana colabora com as cidades no sentido de contribuir para o fornecimento de produtos frescos, nutritivos e disponíveis o ano todo; melhorar o acesso econômico dos pobres aos alimentos quando a produção familiar de frutas e hortaliças; reduzir os gastos com alimentos; e gerar renda para os produtores a partir da venda de seus produtos (2012, p. 8).

É neste contexto que ocorre a construção de hortas comunitárias e de agricultura urbana (AU). Buscam nas práticas e saberes da agricultura familiar que por gerações desenvolvem atividade agrícolas ligadas diretamente ao auto consumo, produzem em pequena escala. Também destacamos que as práticas ligadas a agricultura urbana, integram as questões das tecnologias sociais (TS).

No desenvolvimento dessas tecnologias sociais voltadas a implementação de hortas urbanas, podemos destacar: cultivo com fins comerciais e o cultivo voltado prioritariamente para o

autoconsumo. Ambas são importantes no delineamento de estratégias de vida das populações locais e no desenvolvimento de estratégias de acesso a alimentação saudável.

Sob a perspectiva de Arruda (2006), este trabalho no município de Xanxerê- SC denota uma iniciativa comunitária capaz de promover a práxis da sustentabilidade e soberania alimentar a partir do envolvimento da comunidade acadêmica e do seu entorno na construção e manutenção de uma horta comunitária. A população urbana do município é possui forte relação com o ambiente rural, entretanto o conceito e a prática da agricultura urbana ainda é pouco realizada no município.

O projeto de construção de hortas em escolas de ensino fundamental vem sendo para além da prática universitária, mas uma oportunidade de auxiliar as populações mais carentes na produção de seu próprio alimento.

Este projeto de extensão universitária do curso de Agronomia da Unoesc – Xanxerê vem ao encontro das demandas dos estudantes, professores, e comunidade local, e para além da realização da extensão universitária esta atividade envolve uma discussão internacional sobre agricultura urbana e a reflexão sobre a práxis da extensão.

Já é possível perceber que os acadêmicos extensionistas melhoraram a percepção do seu papel como agente de desenvolvimento sustentável e também como promotor da educação ambiental nos diversos ambientes que ocupa, principalmente no ambiente escolar.

Com este trabalho buscou-se utilizar as hortas escolares implantadas em escolas de ensino fundamental da rede pública como estratégia de implementação de agricultura urbana no município de Xanxerê-SC.

A EXPERIÊNCIA EXTENCIONISTA

A escola Romildo Czepanhik pertence a rede pública de ensino do município de Xanxerê e oferece ensino fundamental e médio. No ano de 2017, a escola possuía aproximadamente 400 alunos e 41 funcionários.

O processo de concepção do projeto hortas escolares foi iniciado a partir da aproximação dos professores da Universidade e a direção da escola, no intuito de fortalecer atividades ligadas às ciências da natureza, considerando que o colégio não possui laboratório didático para este fim.

Após reuniões de planejamento entre os professores da Unoesc e professores e direção da Escola, a construção da horta escolar na escola Romildo Czepanhik iniciou em março de 2017 com os acadêmicos do curso de Agronomia da UNOESC – Xanxerê.

A construção foi realizada a partir de conteúdos formativos do curso de Agronomia, que foram desde o levantamento das condições químicas e físicas do solo, planejamento da locação da horta, escolha das espécies e semeadura e plantio de mudas de espécies selecionadas.

A horta escolar foi implantada em pequenos locais que anteriormente estavam preenchidos com gramado e outros ainda que o solo estava descoberto. A utilização destes espaços também reflete a necessidade da organização e otimização do espaço urbano no sentido de aproveitar pequenos espaços para a produção de alimentos e ainda demonstrar para os alunos que é possível cultivar em locais que geralmente são deixados sem utilização.

A construção da horta escolar foi realizada a partir do planejamento coletivo entre a Universidade e a comunidade

escolar, entretanto, para a implantação da horta houve a participação além dos acadêmicos e professores universitários a participação da comunidade escolar (alunos, pais e professores). Além de hortaliças foram implantados condimentos e plantas medicinais que são amplamente utilizadas no dia a dia da escola.

A construção da horta escolar buscou cumprir o papel pedagógico e reflexivo da extensão no ambiente universitário onde ocorre a utilização em aulas práticas do conhecimento agrônômico como: processo de germinação; cultivo de espécies utilizadas na alimentação; conscientização da importância de alimento saudável; conhecimento de espécies, exigências climáticas de cada cultura em uma área produtiva pela qual, todos eram responsáveis conforme as Figuras 1,2;3,4,5, 6 e 7

As pessoas envolvidas nesta atividade de extensão, foram estimuladas a construir o conhecimento interdisciplinar; contextualizando os conteúdos aos problemas da vida rural e urbana; com equilíbrio do ambiente, fundamental para a sustentação da vida em nosso planeta, permitindo que os envolvidos enriqueçam o conhecimento com temas desenvolvidos.

Figura 1: Mosaico da Implantação da horta escolar na Escola Romildo Czepanhik, Xanxerê – SC.



Fonte: Autores, 2017

Figura 2: Mosaico da Implantação da horta escolar na Escola Romildo Czepanhik, Xanxerê – SC.



Fonte: Autores, 2017

Figura 3: Mosaico da Implantação da horta escolar na Escola Romildo Czepanhik, Xanxerê – SC.



Fonte: Autores, 2017

Figura 4: Práticas de correção de solo na horta escolar na Escola Romildo Czepanhik, Xanxerê – SC.



Fonte: Autores, 2017

Figura 5: Plantio de espécies na horta escolar na Escola Romildo Czepanhik, Xanxerê – SC



Fonte: Autores, 2017

Figura 6: Plantio de espécies na horta escolar na Escola Romildo Czepanhik, Xanxerê - SC



Fonte: Autores, 2017

A partir dos resultados obtidos com a implantação da horta escolar, e com o propósito de melhorar as áreas de convivência da Escola, a direção solicitou a Universidade a elaboração de um projeto de paisagismo com jardins verticais nos corredores da escola e revitalização de alguns espaços. Assim da mesma forma que foi realizado para implantação da horta, foi elaborado um projeto conjunto de paisagismo para as necessidades apontadas pela comunidade escolar.

A partir da apresentação e discussão com alunos extensionistas sobre os objetivos do projeto de paisagismo foi realizado o levantamento de materiais necessários para a implantação. Assim, os alunos extensionistas visitaram algumas empresas da cidade e explicaram o projeto desenvolvido na Escola a fim de solicitar ajuda para doação de *pallets* de madeira, substratos e mudas de plantas ornamentais. Os empresários da cidade foram solidários com a proposta e doaram os materiais necessários e demonstraram grande aprovação das atividades desenvolvidas na escola. Assim como as famílias dos alunos envolvidos também realizaram a doação de vasos e materiais para a implantação do projeto. Com auxílio dos alunos matriculados no componente de floricultura e paisagismo do curso de Agronomia foi realizada a implantação de jardins verticais nos corredores e a ornamentação e paisagismo de espaços externos da escola (Figura 4).

Figura 7: Implantação dos jardins verticais na Escola Romildo Czepanhik, Xanxerê – SC.



Fonte: Autores, 2017

Após a realização das atividades na escola os acadêmicos da UNOESC receberam um questionário para avaliar as atividades desenvolvidas na Escola e através deste instrumento foi possível perceber que os acadêmicos extensionistas melhoraram a percepção do seu papel como agente de desenvolvimento sustentável e também como promotor da educação ambiental nos diversos ambientes que ocupa, principalmente no ambiente escolar.

Muitos dos acadêmicos participantes do projeto, sugeriram que a Universidade aumente a sua inserção nas comunidades carentes a fim de levar/trocar conhecimento para a produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental.

Por fim destacamos que a comunidade escolar continua inserida e realiza atividades relacionadas a este projeto, na manutenção dos espaços construídos com as hortas e jardins, no oferecimento de oficinas com o intuito de preservação ambiental como aproveitamento de óleo vegetal para produção de sabão e detergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de extensão realizada na escola, integra o projeto da agricultura urbana, sendo que atinge um viés que vai além da produção. Englobando temas como saúde, cultura, educação ambiental, segurança alimentar e nutricional, planejamento urbano, gestão dos resíduos sólido e nutricional, geração de emprego e renda, entre outras questões. Também, com a participação dos alunos e em interação com os moradores da comunidade, são apresentadas demandas para a continuidade de atividades.

Contudo, a horta comunitária é um espaço de aprendizado, pois oferece estímulos e subsídios para maior integração entre os conhecimentos disciplinares, ocorrendo a transversalidade do conhecimento. A horta torna-se uma estratégia importante para aproximar a comunidade da Universidade e de suas propostas educativas, promovendo articulação dos alunos e professores.

REFERENCIAS

BRASIL. **Lei de Segurança Alimentar**. n. 11.346 – 15 de setembro de 2006. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm, acesso em 18 de junho de 2016.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Criar cidades mais verdes**. Itália. FAO. 2012.

MOUGEOUT, L. J.A. **UrbanAgriculture: conceptanddefinition**. In: **UrbanAgricultureMaganize**, Leusden, RUAF Foundation, 2000. Disponível em <http://www.ruaf.org/node/105>. Acesso em 25 de outubro de 2015.

SANTOS, F. A. R. **Hortas urbanas de iniciativa comunitária: participação e desenvolvimento: dois casos de estudo**. Dissertação de mestrado. Lisboa: ISCTE, 2012.

QUESTÃO AGRÁRIA E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: LAGES, UMA CIDADE “BOA DE SE VIVER”, MAS PERIGOSA PARA MULHERES

Geraldo Augusto Locks
Josilaine Antunes Pereira
Mareli Eliane Graupe

A sociedade assemelha-se a um galinheiro, sendo, contudo, o galinheiro humano muito mais cruel que o galináceo. Quando se abre uma fresta na tela do galinheiro e uma galinha escapa, o galo continua dominando as galinhas que restaram em seu território geográfico. Como o território humano não é meramente físico, mas também simbólico, o homem, considerado todo-poderoso, não se conforma em ter sido preterido por outro por sua mulher, nem se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar seus maus-tratos (...) podendo chegar a extremos de crueldade.

Heleieth Saffioti

INTRODUÇÃO

Este capítulo reflete a questão agrária e sua influência na formação sociocultural da população, evidenciando um de seus corolários, as relações de gênero no Planalto Catarinense. A estrutura fundiária calcada no latifúndio desde a fundação de Lages, SC, é analisada como “espaço simbólico”, conforme a perspectiva epistemológica de Pierre Bourdieu, de engendramento do *ethos*, no qual o patriarcado é um dos

determinantes da assimetria das relações de gênero. Partimos do pressuposto de que, contemporaneamente, esta herança permite identificar Lages como cidade considerada “boa de se viver”, mas perigosa para mulheres, como analisaremos neste texto.

Isto posto, o estudo se orienta metodologicamente em duas perspectivas. A primeira, é bibliográfica com finalidade de refletir elementos da questão agrária brasileira e regional e de violências de gênero; a segunda, é documental, por recolocarmos à luz dos leitores reportagens sobre violências de gênero veiculadas no *Correio Lageano, o Jornal da Serra Catarinense*, no período de 2017. O texto tem certa sincronicidade com as histórias de vida de seus autores por residiram na região e por seus envolvimento na militância e no campo de pesquisa de gênero e cidadania. Neste sentido, parafraseamos Saffioti (2015), afirmando que, ao tematizar este capítulo, não escolhemos o campo de reflexão, “questão agrária e violência de gênero”, fomos escolhidos por ele. De modo que, se o leitor encontrar algumas informações locais não referenciadas, sua origem advém da observação, de informações, inserção social e política de seus autores.

Stedile, afirma que “o conceito ‘questão agrária’ pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária” (STEDILE, 2011, p. 15). Nosso objetivo é abordar a questão agrária numa perspectiva de análise histórico-crítico-sócio-antropológica para pensar a constituição da questão agrária e sua influência na construção das relações e das violências de gênero no município de Lages e Região.

Lages é uma cidade interiorana, distante de grandes capitais metropolitanas, como Curitiba (PR) ou Porto Alegre (RS), a 350 km, exceção Florianópolis à distância de 250 Km. Ela se destaca em relação aos demais núcleos urbanos de seu

entorno por ser um centro de prestação de serviços, principalmente, comércio, educação e saúde. Mas, é cidade de pequeno porte, com 158.508 habitantes, segundo o IBGE (2017). Os fatos sociais ou políticos que ocorrem em Lages, tem efeitos quase imediatos em âmbito regional, seja por influência da mídia, seja pela organização político-administrativa estar sediada em Lages, em âmbito de Municípios, Estado ou União.

A QUESTÃO FUNDIÁRIA DE LAGES E REGIÃO: BERÇO DO *ETHOS* SOCIOCULTURAL

Refletindo sobre a questão fundiária de Lages, Munarim demonstra que

A formação da estrutura fundiária da Região está intimamente ligada à pecuária extensiva. Com seus campos nativos, o Planalto Serrano de Santa Catarina, já no século XVII, se constituía num pouso ideal para as tropas de gado bovino que do Rio Grande do Sul eram levadas para a Feira de Sorocaba, no Estado de São Paulo. Alguns daqueles tropeiros se fixaram na Região, transformando-se em fazendeiros criadores de gado bovino. (MUNARIM, 1990, p. 19).

A Vila de nossa Senhora das Lagens data do século XVIII. Seus fundadores têm origem luso-paulistana. “Antônio Correia Pinto de Macedo trouxe consigo de São Paulo sua família de escravos e mais nove famílias com interesses latifundiários, além da missão oficial de ocupação para evitar a entrada dos espanhóis”²⁴. É neste contexto de ocupação geopolítico-militar e de um paradigma societário escravocrata que

²⁴ Disponível em: www.correiapinto.sc.gov.br Acesso em: 23.04.2018

tem origem e se desenvolve a colonização da região, consolida-se a estruturação fundiária, o modo de produção caracterizado pela pecuária extensiva, a hierarquia social e o *ethos* cultural. Portanto, pensando na perspectiva histórica de Souza (2017) em seu livro “A elite do atraso”, a sociedade serrana moderna tem sua origem de classe, raça, etnia e gênero forjada na escravidão.

Referindo à fundação de Lages, a primeira povoação da Região, Munarim citando Iura,(1977:21), escreve que

a forma de ocupação territorial foi a *concessão* (grifo nosso) de sesmarias (...) não obstante a limitação legal, de se conceder, para cada concessionário não mais que uma sesmaria, que equivalia a uma propriedade de 18 milhões de metros quadrados, os protegidos do Governo obtinham áreas bem superiores, que chegavam a ter até 35 sesmarias (MUNARIM, 1990, p. 19).

Licurgo Costa, historiador, diplomata e jornalista, oriundo da oligarquias rurais tradicionais de Lages e Região, corrobora a descrição acima, “(...) com concessões (...) e compras de terras vizinhas eram muitos os fazendeiros que chegavam a possuir centenas de milhões de campos, ainda entre fins do século passado e começo do corrente” (COSTA, 1982, p. 1479). Somente na década de 1940 ocorre o declínio da atividade da pecuária sendo substituída pela exploração da araucária brasileira, existente em grande quantidade na região, cuja madeira servirá para abastecer a construção civil interna e o mercado internacional no contexto de país em crescimento urbano e industrial pós-guerra.

Não obstante anotar esta transição do meio de produção da pecuária para a exploração da madeira, a posse da terra permaneceu intocável, exceto quando a “reforma agrária” tem

sido realizada “na cama”, como se diz no linguajar coloquial cotidiano, ou seja, quando o testamento da posse da terra é passada de pai para filho. Outro fator que fortaleceu a continuidade de grandes fazendas e seus proprietários foi a instituição da Lei de Terra no Brasil em 1850.

O que caracteriza a Lei nº 601, de 1850?”Stedile pergunta e responde que, sua característica principal e, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. Uma segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa (STEDILE, 2012, p. 24).

Vemos que com a Lei de Terra, a concessão, direito de uso da terra, se transforma em direito de troca, ou seja, a terra ganha *status* de mercadoria pode ser vendida ou comprada. Neste contexto, qual a possibilidade de acesso à terra daqueles que demandam terra para morar e trabalhar na Região, como ex-escravos, posseiros, arrendatários, capatazes, peões de fazenda, trabalhadores roceiros, pequenos proprietários, agricultores familiares, gente que vive em galpões? Este enorme contingente populacional vai constituir a “ralé de novos escravos”, (SOUZA, 2017), a classe explorada, desprezada e excluída.

Concebemos a estruturação agrária do latifúndio, onde se constituiu a grande fazenda de criação de gado

no campo das representações muito mais que um espaço geográfico, mas um espaço social, na perspectiva de Bourdieu, um espaço de relações sociais onde ocorrem “lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre diferentes campos (LOCKS, 1988, p. 32).

Trata-se de um longo período com predominância do ambiente hegemônica pela fazenda (1766-1940). Espaço isolado, rude, sem presença da educação formal, exceto para filhos de fazendeiros que ao longo deste período saem para o estudo em grandes centros, como a capital do Estado, Porto Alegre ou Rio de Janeiro (LICURGO, 1982). Identificamos neste cenário um

Espaço social simbólico constituindo verdadeiro *locus* por onde se articulou o poder econômico, político e se engendraram as relações sociais, lugar onde os agentes elaboraram grande parte de suas ‘representações de mundo’, construíram sua ‘identidade individual e social’ ou forjaram ‘estilos de vida’ como indica Bourdieu (1989). (Idem, 1988, p. 32).

Portanto, é no “espaço simbólico” da fazenda que vai se desenvolver a “cultura de fazenda”, (LOCKS, 2016), o *ethos* cultural. Adams (2010) vale-se do “conceito de *ethos*, que tem relação direta com os processos de formação humana e as relações educativas que se estabelecem especificamente na vida cotidiana e nas relações sociais” (p. 32). Pensando desde a

origem do conceito de *ethos* ele “pode significar tanto costume – enquanto estilo de vida e ação – quanto hábito – como disposição constante para agir de uma determinada maneira. O *ethos* como lugar privilegiado de inscrição da práxis cria e atribui sentidos” (idem, p. 33). Adams, referenciado em Dussel (1977), reflete o *ethos* como modalidade de habitar o mundo remetendo a forma habitual de comportamento, hábito ou costume. “O *ethos* é a maneira pela qual cada homem e cada cultura vive o ser” (p. 223). Citando ainda Juliana González (1996), “o *ethos* carrega a ideia de estabilidade, consistência, persistência, fidelidade a si mesmo e identidade temporal” (p. 33). Finalmente, Adams (p. 34) citando Vaz (1988), conclui que a cultura é inseparável do *ethos* (...) define para o homem não somente um ‘espaço de vida’, mas, outrossim, um ‘estilo de vida’ (p. 40).

Nosso argumento central – associando cultura e *ethos* – é que no campo social e cultural da grande fazenda, além dos cruzamentos étnicos, (povos indígenas, luso-paulistas, afrodescendentes, “caboclos”), gerou expressões de poder micro e macrosocial como mandonismo local, coronelismo e populismo, a hierarquia social e classes sociais cindidas entre as “oligarquias agrárias” e a “ralé de novos escravos”.

Um clássico da literatura política brasileira, “Coronelismo, enxada e voto” de Victor Nunes Leal (1997), analisou com profundidade o coronelismo. Ainda que se trate de um fenômeno nacional, tem peculiaridades locais e suas variações no tempo:

Concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder

privado, cuja hipertrofia constituiu típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, um troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1997, p. 40).

O coronelismo, de modo geral, implicou na junção do poder privado com o poder público, consolidando-se com a Proclamação da República. Em Lages e Região, pela morosidade e tardio declínio do poder político e econômico das oligarquias agrárias, somente na década de 1970 quando uma aliança destas forças tradicionais com a nascente burguesia industrial da madeira, proporcionará alternância de poder na administração municipal. Em suma, identificamos a construção histórica de uma sociedade cujo *ethos* se engendra na esteira do poder que emana da terra, base do regime do patriarcado fortalecido pelo coronelismo. A dominação do homem proprietário, além de manter seu poder de mando sobre a terra, família e clientela de trabalhadores em seu entorno, comandará a vida pública num misto de interesses privados e públicos.

Convém salientar que a expressão de relações de poder do coronelismo persiste contemporaneamente na sociedade regional. Se não é mais a junção “enxada e voto” ou de base

socioreligiosa assentada na instituição do compadrio como o foi à época do Brasil rural (MONTEIRO, 1974), ele se reinventa e se refina por meio de mecanismos modernos, materializado em “verbas polpudas” distribuídas por deputados representantes do poder agrário, industrial e financeiro e/ou associados a governos de plantão; “doação de tratores” para determinado município com verbas originárias do próprio tributo pago pela população; ou até mesmo a realização de eventos sociais cujo objetivo é proclamar determinada pessoa como “gente do bem”, uma forma de evidenciar líderes locais ou municipais e associá-los ao político de carreira que emergiu na esteira de seus pais, políticos tradicionais.

VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES EM LAGES E REGIÃO

Santos e Izumino (2005), fazem análise das principais teorias produzidas nas últimas duas décadas sobre violência contra as mulheres enfatizando como cada uma delas compreende como acontece ao longo da história as violências de gênero e buscam entender qual a posição da mulher estes contextos. Destacam três correntes:

A *dominação masculina*, uma teoria desenvolvida na década de 1980, na qual a mulher é vista como dominada pelo homem, dominação produzida e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres. A mulher enquanto ser dominado não se caracteriza como sujeito da relação, apenas como objeto de dominação e opressão; esta teoria tem sua referência num artigo de Marilena Chauí, intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”.

A segunda teoria é a do *patriarcado* para explicar a posição da mulher em relação às situações de violência. A

perspectiva teórica é apresentada pela socióloga e marxista Heleieth Saffioti, a qual atribui a dominação masculina ao capitalismo e ao racismo, pois os maiores dominadores são homens adultos, ricos e brancos”; para esta autora, “o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração” (p. 150).

A terceira teoria é a *relacional*, sendo sua principal referência os trabalhos de Maria Filomena Gregori (1993), que aborda o fenômeno social de violências contra mulheres em sua publicação *Cenas e Queixas* no início dos anos 90. Essa corrente relativiza a perspectiva dominação-vitimização, dizendo que a mulher não é puramente vítima da violência no relacionamento e nem somente dominada pelo homem, havendo parceria nos relacionamentos afetivos, onde a violência pode ser uma maneira de se comunicar entre eles, não sendo uma relação de poder, mas de atribuição de significados. Nas palavras da autora “a libertação da mulher depende de sua conscientização enquanto sujeito autônomo e independente do homem, o que será alcançado através das práticas de conscientização feminista” (p. 152).

Santos e Izomino (2005), após apresentarem em mais detalhes as teorias acima, consideram que as três apresentam limites e não conseguem desvendar a complexidade que se impregnam as diferentes formas ou situações de violência de gênero contra a mulher no Brasil. Observam, por exemplo, “que a noção de dominação patriarcal é insuficiente para dar conta das mudanças que vêm ocorrendo nos diferentes papéis que as mulheres em situação de violência têm assumido” (p. 158). Diante deste cenário, ponderam:

consideramos importante uma ampliação do objeto das pesquisas para que a perspectiva de gênero não exclua diferentes categorias sociais das análises sobre violência contra as mulheres no Brasil. Por exemplo, precisamos compreender melhor não apenas o papel das mulheres nas relações de violência, como também o papel exercido pelos homens, já que ambos participam na produção dos papéis sociais que legitimam a violência. (p. 159).

Diante deste quadro teórico, nossa reflexão elege e se orienta pela teoria do materialismo histórico, portanto, afilia-se à tradição marxista de análise da realidade na qual história, relações sociais de poder dominação/submissão, modo de produção e relações sociais de produção, totalidade, movimento e dialética, divisão social do trabalho, são categorias estruturantes do pensamento.

Saffioti (2015), discorrendo sobre “a máquina do patriarcado”, na inscrição de um conceito, apela para a historiadora feminista, Hartmann(1979), definindo-se patriarcado como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existentes, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2015, p. 111).

A autora busca possíveis nuances nesta definição de patriarcado que fundamentam o pacto masculino opressor e sustentador da ordem patriarcal, ou seja, os homens vendo-se responsáveis pelos meios necessários à produção diária e à reprodução da vida; o estabelecimento de uma hierarquia nas distintas faixas etárias na qual cada um desempenha suas funções sociais. (Idem, p. 111-112). A autora conclui que “Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos

homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Ibidem, p.112). Nestas condições, diferentes dos homens, as mulheres ocupam uma posição de dominação e exploração, ou seja, uma situação de “opressão”.

A origem do patriarcado em Lages e Planalto Catarinense pode ser configurado da seguinte maneira:

Na grande propriedade se estabelece a família de tamanho extensa. O fazendeiro, nas condições geopolíticas-econômicas, não poderia dispensar a presença de uma clientela estabelecida por agregados, peões ou capatazes. Eles tem a função das lides do gado, e/ou alguma atividade complementar de lavoura de subsistência. A propriedade privada e a família, na visão de Diégues (1960), são ramos de uma mesma origem, de uma mesma organização social, esteios da vida econômica e social. Da junção propriedade e família, surge a fazenda como núcleo não apenas econômico, porque é igualmente social e demográfico: social como base firme da sociedade que se formava, demográfico como foco de relações Inter étnicas e cultural. Desenvolve-se aí o modelo de sociedade e família patriarcal, sustentado na autoridade do chefe, moldado por uma cultura presidida por valores masculinos e machistas” (LOCKS, 1998, 33).

Podemos anotar dois aspectos fundantes do patriarcado engendrado no *ethos* cultural de Lages e região: a) a junção propriedade e família, cimento do poder masculino sobre o seu senhorio sobre a terra, gado, família biológica e expandida pelo agregado de peões, capatazes ou escravos ou novos escravos adotados b) por determinação do modo de produção emerge a divisão social do trabalho, às mulheres cabendo os trabalhos

domésticos, com ênfase para a responsabilidade da educação dos filhos e aos homens as lides do gado, a administração dos negócios e a participação na vida pública e política. Portanto, a constituição de gênero e as relações de gênero, emergem a partir da divisão social do trabalho e da ocupação do espaço social onde homens e mulheres estabelecem relação de dominação/submissão, mando/obediência, de modo assimétrico.

Obviamente que as mulheres tem reagido frente às relações de violência e dos rígidos papéis sociais impostos pelo regime do patriarcado, por meio de conquistas de espaços na sociedade. Nas últimas quatro décadas, as mulheres saíram do privado para o espaço público, estão na universidade em busca de qualificação profissional, ocupam espaços sobremaneira nos serviços de educação e saúde; mas, também se inserem na administração de empresas, contabilidade, engenharia, participação na política como vice-prefeita, prefeita, vereadoras, embora em percentual mínimo.

Foi o Mapa da Violência de 2012 que chamou atenção para a violência de gênero em Lages, apontando-a em 1º lugar em Santa Catarina e 17º no Brasil. Diferentes reações podem ser observadas na sociedade local. Uma delas, foi a criação de um Grupo de Pesquisa, Gênero, Educação e Cidadania para a América Latina – GECAL, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.

Além deste grupo gerar estudos, pesquisa e publicações no campo de gênero, violência de gênero e sexualidade, passou a mobilizar a sociedade para celebrar o oito de março, dia internacional da mulher, como “um dia de luta” pelos direitos da mulher, o respeito à diversidade sexual por meio da realização de mobilizações pública e um seminário sistemático de debates na universidade.

Muito recentemente o GECAL criou o Observatório de Violências de Gênero com finalidade de identificar e denunciar todo tipo de violência de gênero no interior da universidade e na sociedade. Os meios de comunicação também passaram a pautar o tema da violência de gênero sensibilizando a sociedade local para o fenômeno. Recentemente, com a aprovação da Lei do Femicídio, estes veículos passaram substituir a expressão “Crime passional”, para designá-lo de feminicídio, caracterizando-o como crime de violência de gênero contra a mulher.

Se gênero e sexo, divisão social do trabalho entre homens e mulheres aparecem como concepções ou comportamentos normatizados ou normalizados, o fenômeno da violência de gênero ganha outro patamar de compreensão e reação da sociedade brasileira, local e regional. Ainda que até mesmo vereadores afirmem que “mulher gosta de apanhar”, durante a realização de Audiências Públicas de Enfrentamento de Violência contra a Mulher²⁵, ondas conservadoras ganham certa visibilidade, por outro lado, ascendeu a luz vermelha para muitas instituições, autoridades policiais e judiciais e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e a criação da primeira Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres na cidade do Estado de Santa Catarina, Administração (2016-2020).

²⁵ No ano de 2015 alguns vereadores do município de Lages criaram a Frente Parlamentar pelo “Fim da Violência contra a Mulher em Lages”. A Frente Parlamentar realizou em parcerias com entidades educacionais, com a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, com o Conselho dos Direitos das Mulheres, audiências públicas nos bairros e no interior da cidade de Lages com o objetivo de debater o tema de Violência contra a mulher.

LAGES, CONSIDERADA “BOA DE SE VIVER”, MAS PERIGOSA PARA MULHERES

Registramos Lages, considerada uma cidade “boa de se viver” por ser uma opinião corrente na vida social. Múltiplos fatores podem e são evocados, tais como, condições climáticas, qualidade do ar e da água, por suas belezas naturais, por se constituir numa cidade de prestação de serviço e de baixa industrialização, sem urbanização intensa e dispersa, uma vida social marcada por vínculos humanos primários.

Ainda que para a maioria dos casos relatados em nossa pesquisa documental utilize o termo “violência doméstica”, nossa preferência analítica é pelo conceito “violência de gênero”, porque entendemos que é mais abrangente e possibilita a discussão da violência vivenciada e sofrida por todos os membros familiares.

Violência de gênero deve ser entendida como uma relação de poder de dominação do homem, e de submissão da mulher. Ela demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim dos processos de socialização das pessoas [...]. (TELES & MELO, 2003, p.18).

Vejamos a seguir como a violência de gênero foi publicitada no período de 2017. Todas as notícias relacionadas foram geradas por Boletim de Ocorrência (BO) e noticiadas pelo Correio Lageano, o Jornal da Serra Catarinense.

A polícia ouviu gritaria na Avenida Dom Pedro II na noite de segunda-feira (09) e foi informada por uma idosa, de 66 anos, de que o marido, de 58, teria feito ameaças contra ela e tentado agredi-la. Durante a discussão, o filho do casal, de 36 anos, acabou entrando em luta corporal com o pai, arremessando cadeiras um contra o outro. Tentando separar a briga, a mãe levou um empurrão e precisou ir ao pronto-socorro, por estar com dores nas costas. O filho feriu a mão esquerda e também foi atendido. Policiais deram voz de prisão ao pai e levaram-no à Central de Polícia. (Correio Lageano, 10.01.2017).

A violência de gênero no interior da família envolvendo pai, mãe e filho. Ela não tem fronteira de geração, classe social, espaço físico ou hora determinada para acontecer. Vejamos relatos de violência em três municípios do entorno de Lages:

Guarnições de Cerro Negro e de Campo Belo do Sul trabalharam em socorro de uma vítima de violência doméstica na sexta-feira (20). Trata-se de uma adolescente de 17 anos que vinha sendo agredida pelo marido, de 22, em Capão Alto. A mulher conta que, quando tentou telefonar para os pais, o homem tomou-lhe o telefone e quebrou-o. Quando percebeu a aproximação da polícia, o agressor ameaçou a esposa com uma faca e obrigou-a a permanecer escondida com ele em um matagal (Correio Lageano, 21 e 22.01.2017).

Homem ameaça ex-companheira no município de Ponte Alta

Às 18h30min desta terça-feira (29) uma senhora de 60 anos ligou para a Polícia Militar relatando que seu ex-gênero, de 19 anos, estava em sua casa ameaçando sua filha de morte e que iria atear fogo na residência. Na

cintura do homem estava com uma faca e em suas mãos um pedaço de madeira. Ele tentou levar a vítima para fora de casa quando os policiais chegaram. Ao ver a Polícia Militar o jovem correu pulando vários muros, sendo localizado na casa de um tio escondido embaixo de uma cama. Diante dos fatos foi dada voz de prisão em flagrante ao mesmo e conduzido as partes até a delegacia de polícia civil para as providencias legais (Correio Lageano, 30/08/2017).

É a violência de gênero espreada para além do município de Lages, ocorrendo em municípios vizinhos. No primeiro caso, uma adolescente de 17 anos encontra-se em situação de violência, sendo ameaçada pelo companheiro de 22 anos com “faca”. Além da arma utilizada, chama atenção o fato da mulher informar agressão para seus pais ou polícia, fato não costumeiro, mas que vem se multiplicando. No segundo caso, ameaça de morte de uma moça por um rapaz. As semelhanças dos fatos residem na idade dos agressores e das vítimas, no uso de arma branca (faca e madeira) e na fuga de ambos, quando com a chegada da polícia.

Um homem de 24 anos agrediu a mulher, de 42 anos, no Bairro Santa Mônica, em Lages, na tarde de quinta-feira (09). A vítima contou à polícia que levou chutes, socos e puxões de cabelo do agressor, o qual ainda tentou asfixiá-la. A violência teria sido praticada depois que a mulher pegou o celular do companheiro. Alterado, ele ainda quebrou uma vidraça da casa. Quando a polícia chegou, o agressor já havia fugido. A vítima foi orientada a solicitar medida protetiva contra o homem (Correio Lageano, 10/02/2017).

A notícia acima indica que, por motivos aparentemente pequenos (supostamente por ciúmes) emergem situações de agressões física e tentativa de feminicídio no espaço doméstico. Obviamente que outros componentes devem estar presentes em contexto nos quais a informação técnica não tem interesse em noticiar. E, a situação agrava-se, a exemplo do que pode-se ler no caso abaixo:

Além de sofrer ameaças, uma mulher foi estuprada pelo companheiro em frente aos filhos, na manhã de segunda-feira (28), no Bairro Copacabana, em Lages. Quando a Polícia Militar chegou ao local, os portões da residência estavam trancados, por isso, os policiais precisaram pular o muro para entrar na casa. O homem resistiu à prisão e foi necessário força física para contê-lo. Ele acabou encaminhado para a delegacia e preso em flagrante (Correio Lageano, 30.08.2017)

Sabe-se que os veículos de comunicação recortam a realidade e fatos, embora notícias de violência de gênero em Lages, tenham ganho recentemente mais espaços na mídia. Está é uma violência grave contra a mulher e aos próprios filhos. É uma violação de direitos humanos, além de ser um crime, trata-se de uma cena que jamais deveria ser presenciada por crianças, e adolescentes em desenvolvimento humano.

Na sequência desta notícia o próprio Jornal, fez um balanço dos casos de violência doméstica em Lages ocorridos no primeiro semestre de 2017:

Os casos de violência doméstica em Lages são comuns. Até julho deste ano, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, foram 396 ameaças em casos de violência doméstica, três estupro

consumados, um estupro tentado, uma tentativa de homicídio e 34 ocorrências de dano (Correio Lageano, 30/08/2017).

É curioso que homens jovens protagonizam diferentes formas de violência contra suas esposas. São violentos em relação às companheiras e vão ao enfrentamento com a polícia que obriga-se a usar a força para contê-los.

Um homem, de 20 anos, agrediu a esposa com socos e uma corrente, deixando-a com ferimentos no rosto, braços e costas. A violência doméstica contra a mulher aconteceu na manhã de domingo (8). A Polícia Militar foi acionada e, ao chegar no local, ouviu o relato da vítima e constatou as agressões. O rapaz, que não teve a identidade divulgada, tentou reagir à prisão em flagrante, sendo necessário o uso de força para contê-lo (Correio Lageano, 09/10/2017).

Convém anotar que as mulheres durante ou após o ato de violência, denunciam, fazem Boletim de Ocorrência, e no uso destes mecanismos de proteção, continuam em situação de dor e sofrimento, pois a denúncia, contraditoriamente, se torna uma violência, dado que mulher precisa relatar seu sofrimento em diferentes momentos do inquérito instaurado. O Jornal, fonte de nossa pesquisa, referenciando entrevistas com pesquisadoras da Universidade do Planalto Catarinense, traz o comentário seguinte:

Ao fazer denúncias, mulheres estão sensibilizadas e vulneráveis. Após uma violência, a vítima encontra-se em estado emocional e às vezes, até mesmo físico, vulnerável. Principalmente quando o caso é de violência

doméstica, que as vítimas conhecem e tem relações pessoais com seus agressores. Por isso, é importante que a rede de apoio de delegacias, hospitais, psicólogos e assistentes sociais, tenham sensibilidade na hora de realizar esses atendimentos. Muitas mulheres que precisam ir na delegacia após sofrerem algum tipo de violência, relatam que a presença de homens pode se tornar constrangedora. Após um caso de estupro, por exemplo, é muito difícil para a vítima relatar o acontecido para uma pessoa do gênero oposto (Correio Lageano, 25/09/2017).

Os dados evidenciam que:

As mulheres vítimas de violência, em Lages, representam mais contra o agressor do que em outras cidades do Estado. Lages teve o maior número de inquéritos policiais instaurados sobre ocorrências envolvendo violência contra a mulher em 2015. Foram cerca de 1,2 mil inquéritos deste gênero. A Capital Florianópolis lidera o ranking de número de ocorrências de ameaça contra a mulher, com 812 inquéritos. A diferença, segundo a delegada responsável pela Coordenadoria das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Criança, Adolescente e Idoso de SC, Patrícia Zimmermann D'Ávila, é que em Lages a mulher que é vítima de violência decide representar contra o agressor e aí o inquérito é instaurado. Em outros municípios do Estado, as vítimas representam menos. Ela explica que os crimes de ação pública incondicionada, que independem da vontade da vítima. (Correio Lageano, 06/03/2017).

As indicações de mais representação das mulheres contra agressores em Lages datados de 2015, demonstra que elas

reagem, expõem a violência de gênero e gritam “basta” à sociedade. Neste sentido, nossa análise não trabalhamos com a expressão “mulher vítima” de violência, mas a mulher em situação de violência. Ela se coloca na condição um ser humano de direitos sociais, civis e políticos. É recente a conquista das mulheres pelo direito à prevenção, à denúncia e ao combate a todas as formas de violências de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para cumprir os objetivos desta reflexão fomos às origens histórica da estruturação fundiária latifundista de Lages e Região do Planalto Catarinense relacionando-a com a formação social, tomando um de seus corolários, as relações de gênero. Os fatos permitiram pensar que no ambiente da grande fazenda de criação de gado extensivo, visto para além da condição geográfica, mas como “campo simbólico”, engendraram-se os cruzamentos étnicos, a hierarquia social, relações sociais, classes sociais, expressões de poder, valores, estilos de vida, comportamentos, que persistem muitos deles na contemporaneidade. O distintivo da desigualdade social gerada pelo modo de produção fundado nas relações sociais desiguais com os meios de produção, faz com que a discussão de gênero seja indissociável da classe social. Deste ambiente emerge a elaboração do *ethos* cultural com base no regime do patriarcado, relações de dominação/submissão, valores masculinos sobrepuseram-se sobre os valores e princípios femininos. Desenvolve-se o patriarcado, com seus derivados, ou seja, uma sociedade normatizadora e normalizadora da superioridade do homem sobre a mulher; a mulher inferiorizada, confinada no ambiente doméstico, considerada como “sexo frágil,” “objeto de cama e mesa”.

Para tematizar e argumentar o propósito deste capítulo “Questão agrária e gênero: Lages, uma cidade considerada ‘boa de se morar’, mas perigosa para mulheres” visitamos reportagens do Jornal Correio Lageano veiculadas no período de 2017, no qual encontramos fatos demonstrativos de violências de gênero, tratados pela informação jornalística como violência doméstica em Lages e Região. Ela acontece cotidianamente, envolve casais e filhos, sem distinção de idade, mas com predominância de homens jovens agredindo mulheres jovens ou adultas corroborando a afirmação de que Lages, é uma cidade perigosa para as mulheres. Mas, as mulheres diante do cenário de inúmeras violências de gênero, passaram a se empoderar e a denunciar por diferentes mecanismos. Pode-se notar que as mulheres em Lages representam mais contra o agressor do que em outras cidades do Estado de Santa Catarina com maior número de inquéritos policiais instaurados sobre violência contra a mulher. Mas, é certo que somente denunciar, não é suficiente. Além desta reação, emergem parcerias de entidades apoiadoras, como universidade, redes de apoio (Secretaria Municipal de Política para Mulheres, Casa da Mulher), Centro de Direitos Humanos, observatório de violência de gênero (OVG), criação de frente parlamentar, realização de audiências públicas, enfim esboça-se um movimento social de insurgência em favor da equidade de gênero, do fim da violência de gênero contra a mulher, ainda que esteja apenas em sua gênese.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida. S.P.: Ideias & Letras 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CORREIO LAGEANO. O Jornal da Serra Catarinense. Pesquisa com a tag/categoria: Violência de gênero. 2017.

Disponível em:

<https://docs.google.com/document/d/1g4ES9P08XGA7ECx43YzXpuBkbDvj8K8MrdVFNwTXBTA/edit?ts=5abbc4bf>

Acesso em: 28.03.2018

COSTA, Licurgo. **O continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis, FCC, 1982.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Religiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais., 1960.

DUSSEL, Henrique D. **Para uma ética da libertação latino-americana: Eticidade e Moralidade II**. São Paulo: Loyola, 1977.

GONZÁLES, Juliana. **El ethos, destino del hombre**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 1996.

IBGE, 2017. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lages/panorama>.

Acesso em: 30.03.2018

IURA, Satomi. **Lages e a sua economia. Lages, 1977**. (Mimiografado).

IZUMINO, WâniaPasinato. **Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista, de Maria Filomena Gregori.** SP; Paz e Terra/ANPOCS. 1993. Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=cenas+e+queixas.+um+estudo+sobre+mulheres,+1992&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=K7xQVqRtk-ABMnSnUA#q=cenas+e+queixas.+um+estudo+sobre+mulheres%2C+1993.

Acesso em: 28 de março de 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOCKS, Geraldo Augusto Locks. **Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito, SC.** Programa de Pós-Graduação Mestrado em Antropologia Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC. Florianópolis, 1998.

_____. Cultura de fazenda e persistência do passado em práticas sociais contemporâneas na Serra Catarinense. In: PEIXER, Z. I.; CARRARO, J. L. (org.) **Povos do Campo, Educação e Natureza.** Lages, Grafine, 2016.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado.** São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MUNARIM, Antônio. **A Práxis dos Movimentos Sociais na Região de Lages.** Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC. Florianópolis, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell & IZUMINO, WâniaPasinato. "**Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil.**" *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* 16.1 (2005). Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482/446>. Acesso em: 20 outubro 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Escritos de filosofia II: ética e cultura.** São Paulo: Loyola, 1988.

WAISELFISZ, Julio Jacobo **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E OS CONHECIMENTOS AGRONÔMICOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Marinalva Gomes
Gabriela Dambrós

INTRODUÇÃO

A temática dos conhecimentos tradicionais vem ganhando visibilidade na produção acadêmica nas últimas décadas, o que se deve a mobilização desse grupo social no sentido de demandar proteção e validação de seus conhecimentos, bem com a um conjunto de regulamentações internacionais oriundas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI e a Organização Mundial do Comércio – OMC, entre outras agências.

No Brasil a matéria encontrou guarida legislativa na Constituição Federal nos seus artigos 215 e 216, além do inciso II, do art. 225 e Medida Provisória nº 2186-16 de 23 de agosto de 2001.

Por conhecimentos tradicionais entende-se:

O conhecimento tradicional ou conhecimento local constitui um patrimônio das populações tradicionais, transmitido pela oralidade através de processos intergeracionais, que apresenta peculiaridades em virtude de sua formação ser favorecida pela relação de

proximidade dessas populações com a riqueza da biodiversidade. (2014. p.190-1).

São inúmeras as denominações dadas ao mesmo, como bem assevera Rahamn:

[...] o conhecimento tradicional também é designado por vários termos, que se associam em geral ao tipo de comunidade detentora, tais como: “Conhecimento Local” (LK, Local Knowledge), “Conhecimento Ecológico Tradicional” (TEK, Traditional Ecological Knowledge), “Conhecimento Indígena” (LK, Indigenous Knowledge), “Conhecimento Ecológico e Sistemas de Manejo Tradicionais” (TEKMS, Traditional Ecological Knowledge and Management Systems), “Conhecimento dos Habitantes Rurais” (Rural Peoples Knowledge), “Conhecimento dos Produtores” (FK, Farmers Knowledge) e “Conhecimento Comunitário” (Community Knowledge). Entretanto, tais termos apesar de serem distintos abordam o mesmo significado (RAHAMN apud ELOY et.al. 2000).

Feitas essas considerações preliminares passaremos a descrever os denominados agricultores tradicionais.

AGRICULTORES TRADICIONAIS E AGRÔNOMOS

Por agricultores tradicionais entendemos aqueles que apresentam uma reduzida ou inexistente inserção nos padrões tecnológicos da agricultura industrial, cabendo afirmar ainda que muitos deles encontram-se a margem dos interesses da agronomia e também das políticas públicas destinadas ao setor, compreendendo uma elevada percentagem de população que

vive no campo, tendo um caráter familiar, tanto no que diz respeito a gestão quanto a mão de obra utilizada, havendo um conjunto importante, mas desconsiderado, de conhecimento técnicos básicos, ainda que o aporte tecnológico seja inexpressivo, daí decorrendo o predomínio da produção para o auto-consumo.²⁶

O conhecimento dos agricultores baseia-se em uma vivência empírica e é gerado em distintas experiências individuais e coletivas que são expressas através de impressões e normas práticas. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por populações que a cada dia sofrem o distanciamento e a falta de projetos políticos de inclusão na universidade pública. O projeto monocultural e tecnicista, que caracteriza a Universidade no Ocidente, não legitima o conhecimento produzido e socializado fora da academia.

Recentemente, a legislação brasileira reconheceu e criou normas para proteger e validar os saberes chamados tradicionais, embora seja um passo inicial, deve ter desdobramentos na relação da academia com imensos grupos humanos que vivem de uma relação com a terra baseada em práticas e saberes socializados principalmente a partir da tradição oral.

Por saberes ou conhecimentos tradicionais entende-se:

São considerados conhecimentos tradicionais todos os elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não

²⁶ Importante e inovadora abordagem legislativa sobre esse grupo de agricultores, podemos encontrar na Lei 11.326, de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar.

sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e atividades industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente associados à utilização e preservação das variedades locais e restante material autóctone espontâneo abrangidos pelo disposto no presente diploma. (Artigo 3º do Decreto Lei nº 118/2002)

De acordo com Rodrigo Azevedo:

Evidentemente há uma imensa diversidade nas abordagens agronômicas e nas atuações dos profissionais da área, o que, de certo modo, dificulta a generalização feita no título. Mas por outro lado, há um determinado *habitus* do campo de conhecimento, presente na formação e no exercício profissional, que permite que essa generalização seja feita (AZEVEDO, 2003, p.33).

É preciso destacar que a literatura especializada apresenta uma diversidade de possibilidades interpretativas para esse grupo social, sendo inegável, no entanto, as divergências frequentes no que diz respeito a perspectiva de agricultura e de produção entre os agricultores tradicionais e os agrônomos.

Os agricultores tradicionais ao longo de suas histórias constroem modelos inúmeros e variados como o próprio grupo uma vez que:

Há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos. É só por comodidade abusiva, para melhor homogeneizá-lo, para melhor

contrastá-lo ao conhecimento científico, que podemos usar no singular a expressão “conhecimento tradicional” (CUNHA, 2007, p. 79).

Contrapondo os agricultores tradicionais temos a agronomia que também construiu os seus modelos e padrões, pretendendo a generalização e universalização orientada a partir de uma fundamentação científica que percebe os agricultores tradicionais com comportamentos empíricos e pré-lógicos. Sobre a pretensão de universalização da ciência cabe referir que:

A pretensão de universalidade da ciência talvez seja herdeira das ideias medievais de uma ciência cuja missão era revelar o plano divino. Desde o século XVII, ao se instaurar a ciência moderna, ela foi deliberadamente construída como uma, através de protocolos de pesquisa acordados por uma comunidade (CARNEIRO, 2007, p. 76).

Passaremos agora a apontar algumas peculiaridades dos sistemas de conhecimento dos agricultores tradicionais e dos agrônomos. Os agricultores tradicionais organizam seu sistema de conhecimento que os permite conhecer a constituição e a natureza dos moldes agrícolas, modelos esses que privilegiam os conhecimentos próprios dos agricultores interligados com o conhecimento constituído a partir a dimensão coletiva e comunitária de tal sorte que, esses conhecimentos são partilhados de geração para geração.

Como citado por Rodrigo Azevedo, os autores Alcorn (1989) e Toledo (1992) chamam esse conjunto de saberes de *roteiro agrícola*, ou *práxis* que significa um plano internalizado de ação que é utilizado quando se faz necessário desenvolver um processo de produção. Este plano é constituído tendo como base

informações de várias naturezas determinada pela matriz cultural, variando de acordo com as condições sociais e históricas dos agricultores.

Para Toledo (1992), existem três fontes para esse plano ser construído: a) a experiência acumulado ao longo da história de cada grupo social; b) a experiência socialmente compartilhada dentro de cada geração de agricultores e c) a experiência pessoal de cada agricultor.

Quando referimos os conhecimentos dos agrônomos destacamos que esse roteiro se constitui a partir do conhecimento científico e de um conjunto de regras codificadas no roteiro agrícola ou prática, regras essas que são utilizadas a cada decisão que precisa ser tomada não sendo necessárias análises detalhadas de cada problema.

Para Toledo (1992) é através das mentes e memórias dos agricultores que são formadas as matrizes que constituem os roteiros agrícolas. Alcorn (1989) denomina esse modelo de *ideologia agrícola*²⁷ e Toledo (1992) de *corpus*, desta forma orientando as pessoas de como podem, devem, compreendem e fazem a agricultura.

As referências socialmente construídas, ideologia e roteiro agrícola, levam a constituição de um modelo conceitual através dos quais os sujeitos ligados a agricultura analisam e julgam os sistemas de produção. Tanto os agricultores tradicionais como os agrônomos possuidores do conhecimento científico acreditam serem detentores do conhecimento, dificultando a *transposição de saberes*.

²⁷ Carneiro ressalva em seu trabalho que o termo ideologia nesse contexto, não guarda nenhuma relação com aspectos sociopolíticos, mas, sim, à produção de idéias e significados.

A própria autora ressalva em seu trabalho que o termo ideologia nesse contexto, não guarda nenhuma relação com aspectos sociopolíticos, mas, sim, à produção de idéias e significados. Segundo Rodrigo Azevedo, (2003 p.33) existem duas questões norteadoras da incompatibilidade entre os modelos conceituais dos agricultores e dos profissionais da agronomia:

1) significado e o sentido da agricultura para agricultores e para profissionais da agronomia e,

2) as relações entre os fundamentos mecanicistas da ciência agrônoma e vitalista²⁸ de algumas praticas realizadas pelos agricultores. Segundo Box, sociólogo holandês, que estudou o cultivo de mandioca na República Dominicana (apud Azevedo), existe claramente a diferença entre o significado da agricultura e da mandioca na vida do agricultor e na vida do profissional.

Para o agricultor o plantio da mandioca ou de qualquer espécie é uma parte fundamental da sua vida, para o agrônomo a compreensão dessa atividade esta ligada a prática profissional, ou seja, agricultura é uma atividade social e agronomia busca compreender essa atividade, sendo as duas de naturezas distintas, uma mais simbólica e outra marcadamente objetiva.

A figura a seguir (figura 1), elaborada por Fabrício Rossi, demonstra a complexidade desse paradigma de agricultura:

²⁸ A agricultura vitalista pressupõe a necessidade de abordagens agroecológicas para conhecer a natureza, sua biodiversidade, seus ciclos biológicos, suas interações e principalmente sua energia.

Figura 1- Paradigma da Agricultura Vitalista



Fonte: Rossi, 2008, p. 53

Os diferentes profissionais que trabalham com agricultores tradicionais deveriam sempre ter em mente essa diferença. Rodrigo Azevedo, citando Fonseca (1985), afirma que a ideologia dos profissionais da agronomia coloca seu roteiro tecnológico como única forma de produção ao passo que, para os agricultores tradicionais, as atividades agrícolas fazem parte de um processo de relacionamento com o mundo enquanto que para os profissionais da agronomia a agricultura é vista apenas como uma atividade com fins lucrativos.

A agricultura como conhecemos hoje surgiu no século XIX, junto ao mercantilismo cabendo destacar que, já naquele momento, identificamos uma oposição ao conhecimento tradicional que segundo Coelho (1999 apud AZEVEDO)

ressalta a construção do campo do conhecimento da agronomia baseado numa preocupação com os lucros da produção.

Sobre a constituição dos profissionais da agronomia achamos adequado citar Graziano que afirma que:

Garantidos pelo monopólio de uma saber técnico, os agrônomos assumiram o papel de mediadores entre o poder público e a iniciativa privada, colocando-se, ao mesmo tempo, como instrumentalizadores da preservação da grande propriedade e do controle sobre os homens à margem da produção mercantil. Dessa feita, a semelhança entre suas diferentes propostas de ensino agrícola e de intervenção sobre o mundo rural, residiu no fato de desembocarem todas elas, no controle sobre a mudança, mediante a construção de um paradigma de produtor rural moderno, que serviria como princípio de um sistema classificatório, capaz de respaldar inclusões e exclusões no tocante às políticas referentes à agricultura em geral e ao trabalhador em particular (GRAZIANO, 2001, p.30 - grifo nossos).

No mesmo sentido Mendonça refere que:

Os agrônomos constituíram-se pouco a pouco, num novo tipo de intermediários entre o trabalhador rural e classe dominante, entre empresa e ciência. Configurava-se um novo corpo de especialistas que, ao abrigo da administração, da técnica e da ciência, instaurava um novo tipo de relação de dominação, mais indireta, mais dissimulada e, sobretudo, mais neutra. Os agrônomos se

constituíram num traço de união entre o dinheiro (a burguesia de negócios) e a terra (a aristocracia) o que explica, em certa medida, algumas características das instituições e do pensamento agrônômico em geral. (MENDONÇA, 1999, p.21 – grifos das autoras)

Ao analisarmos essa discussão sobre os significados da agricultura para o agricultor e para o profissional temos que distinguir dois papéis diferentes: 1) o do agricultor imerso na rede social e natural de construção concreta da agricultura e 2) o do profissional socialmente determinado a produzir e transferir conhecimentos científicos sobre agricultura.

Vários agricultores tradicionais compreendem seus sistemas de produção a partir de concepções vitalistas, a ciência agrônômica se desenvolveu no contexto da visão mecanicista do mundo, para a agronomia não existem uma substância vital que dê sentido as coisas, os agricultores tradicionais, entretanto podem utilizar princípios vitalistas para a compreensão e manejo do seu sistema de produção. Nesse contexto não se tem como objetivo negar o conhecimento científico da agronomia, trata-se apenas de reconhecer que existem outras explicações em que devemos compreendê-las, ou até mesmo compreender o que os agricultores dizem e fazem.

Bellon citado por Rodrigo Azevedo (2001) afirma que o conhecimento dos agricultores tradicionais se expressa de três formas: impressões, taxonomias e normas práticas.

As impressões representam a primeira expressão da ideologia agrícola; As taxonomias são uma forma mais elaborada de expressão do conhecimento, já as normas práticas permitem compreender as construções dos conhecimentos dos agricultores tradicionais.

Sendo este o processo de construção do conhecimento dos agricultores precisamos compreender, em primeiro lugar, que o conhecimento dos agricultores tradicionais busca atender prioritariamente as suas demandas específicas, relacionadas às suas próprias necessidades de reprodução social e material, ao passo que conhecimento científico é produzidos nas estações experimentais, sendo marcado por uma impessoalidade e pretensa universalização.

Outro aspecto importante está relacionado à terminologia empregada tanto pelos agricultores tradicionais como pela agronomia. A terminologia empregada pela agronomia denominada de *taxonomia* busca nominar as categorias sendo precisa sistemática e generalizável. A terminologia dos agricultores tradicionais tem caráter absolutamente utilitário no sentido de expressar conhecimento de um grupo de agricultores, sendo dessa forma mediada pela dimensão sócio histórica que constitui a cultura.

O terceiro aspecto de relevância trata da experimentação, sendo que as etapas clássicas da experimentação agrônômica científica são: 1) identificação do problema; 2) a formulação de uma hipótese; 3) submissão dessa hipótese a comprovação, por meio da experimentação; 4) comprovação ou refutação da hipótese.

A experimentação dos agricultores tradicionais também passa por essas etapas ainda que algumas diferenças devam ser apontadas: A primeira traça a diferença dos mecanismos de controle da experimentação. A segunda refere-se à variação da variabilidade intrínseca do material experimental outro aspecto de destaque são as técnicas de medição empregadas. A validade dos resultados obtidos tanto na agronomia como na dos agricultores é a etapa mais importante.

Os mecanismos de aceitação social dos resultados obtidos também são diferentes para agrônomos e agricultores. Para os agrônomos os resultados das investigações científicas são aceitos quando outros pesquisadores os reconhecem como válidos.

Para os agricultores os resultados obtidos e sua aceitação são feitos pelo compartilhamento do conhecimento com seu grupo. Os conhecimentos dos agricultores baseiam-se numa prolongada vivência empírica e são geradas de experiências diferentes, algumas experiências transmitem-se de geração para geração, sendo outras compartilhadas na formação pessoal de cada agricultor, implicando na participação ativa de crianças e jovens, potencializando outra forma de construção do conhecimento que faz com que a experiência coletiva de cada geração seja compartilhada no âmbito de seus mecanismos de socialização, existindo ainda a experiência individual de cada um.

Cabe esclarecer que todas as experiências dos agricultores são compartilhadas prioritariamente por intermédio de mecanismos informais e orais.

O conhecimento agrônômico é construído a partir do acúmulo dos resultados de vários experimentos e da contribuição de muitos outros campos do conhecimento. Desde sua constituição como campo do saber, essa forma de conhecimento passou por alterações, sendo que hoje se volta preferencialmente a aspectos governados pelo mundo natural.

A agricultura opera tanto no mundo natural como no mundo social, parte do pressuposto de que os principais determinantes dos sistemas de produção agrícola estão no mundo natural. Os agricultores tradicionais, ao longo de sua história, constroem seus modelos, inúmeros e variados como eles próprios os são. A agronomia, de outro modo, também

construiu o seu, pretendendo ser único e universal, com o discurso da fundamentação em uma base científica e da distância do empirismo pré-lógico dos agricultores (COELHO et al., 2003).

A ciência agrônômica desenvolveu em seu contexto uma visão mecanicista do mundo. Portanto, não parte do princípio de compreensão e utilização de manejo vital de seus sistemas de produção. Os agricultores, entretanto, as fazem de modo intuitivo e sem instrumentação especializada, manifestando se inteiramente, nessa avaliação, o conhecimento na forma de impressões (COELHO et al., 2003).

Se para os agricultores tradicionais o compartilhamento desses conhecimentos é feito de forma informal e oral, já que o mesmo passa por uma rede de pessoas envolvidas na geração de conhecimento e no sistema de produção, o mesmo não acontece no âmbito da investigação científica que é compartilhado de forma escrita utilizando de uma gramática eminentemente restritiva.

A última diferença entre conhecimento do agricultor e do profissional decorre do fato de que a ciência metodologicamente requer a separação clara entre o sujeito que investiga e o objeto que é investigado.

Acerca dessa incompatibilidade Azevedo refere que:

Nesse sentido, a atuação dos profissionais da agronomia pode ser desnecessária para os agricultores tradicionais, uma vez que, com base nos modelos conceituais mercantilistas, muitas vezes, as soluções apontadas para os problemas são inócuas, impossíveis e incompreensíveis (2003, p.42).

A constatação desse distanciamento entre saberes agronômicos e saberes tradicionais expõe uma fragilidade e também um caminho para a agronomia superar essa dificuldade, visto que:

A agronomia, na formação de seus profissionais e na construção do conhecimento científico, precisa abandonar a estratégia de construir e introjetar nos corações e mentes de seus profissionais um modelo prévio, e único, para julgamento e compreensão dos sistemas de produção. A postura deverá ser a de compreensão da imensa e rica diversidade de sistemas de produção que a história forjou. (AZEVEDO, 2003, p.43).

Ainda nesse sentido:

Os sistemas de conhecimentos dos agricultores tradicionais estão imersos em lógicas e modos de operação distintos daqueles dos profissionais da agronomia. Como o nosso ponto de partida é a necessidade de um modelo conceitual prévio para a compreensão dos sistemas de produção, pode-se concluir que as possibilidades de incompreensão mútua são enormes. Entretanto, não se quer afirmar que a compreensão mútua seja impossível e já há, de fato, rica experiência acumulada no sentido da construção desse diálogo. (AZEVEDO, 2003, p. 42).

Manuela Carneiro da Cunha, uma das mais destacadas antropólogas brasileiras, ao discorrer sobre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos destaca o distanciamento entre essas duas formas de saber afirmando que:

Talvez vocês estejam esperando que eu diga que saberes tradicionais são semelhantes ao saber científico. Não: eles são diferentes, e mais diferentes do que se imagina. Diferentes no sentido forte, ou seja, não apenas por seus resultados [...] Poderíamos começar notando que, de certa maneira, os conhecimentos tradicionais estão para o conhecimento científico como as religiões locais para as universais. O conhecimento científico se afirma, por definição, como verdade absoluta até que outro paradigma o venha sobrepujar, como mostrou Kuhn. Essa universalidade do conhecimento científico não se aplica aos saberes tradicionais – muito mais tolerantes – que acolhem frequentemente com igual confiança ou ceticismo explicações divergentes cuja validade entendem seja puramente local. (CUNHA, 2007, p. 74-5)

A mesma autora segue referindo que

O Brasil se encontra em uma situação muito especial: se por um lado é um país megadiversificado em recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, é também, contrariamente a vários outros desses países, suficientemente equipado cientificamente para desenvolver e valorizar esses recursos internamente. Em suma, encontra-se em uma posição privilegiada. Mas está perdendo uma oportunidade histórica, a de instaurar um regime de colaboração e intercâmbio respeitoso com suas populações tradicionais. É sabido que a tecnologia que foi desenvolvida pela Embrapa dirigiu-se sobretudo ao setor agropecuário. O avanço desastroso em termos ecológicos da soja valeu-se dessa tecnologia (CUNHA, 2007. p. 83).

Ainda com o propósito de evidenciar a importância dos conhecimentos tradicionais, via de regra, desqualificados quando cotejados com o conhecimento científico, destacamos a centralidade do mesmo no que tange a potencialização e garantia da denominada biodiversidade.

As ciências agrárias, de forma recorrente, quando da abordagem preservacionista em relação a biodiversidade, sustenta o paradigma da não conciliação entre áreas protegidas para a biodiversidade e populações tradicionais.

Tal compreensão esta equivocada uma vez que um conjunto importante de estudos²⁹ tem salientado a íntima relação entre biodiversidade e sociodiversidade, de tal sorte e demonstrar que são os conhecimentos e manejos tradicionais das populações, desde muito estabelecidas naquele espaço, é que potencializaram a diversificação dos ecossistemas.

Nesse sentido as populações tradicionais com sua cultura e seu manejo peculiar da natureza garantem efetivamente a manutenção da biodiversidade, de sorte que esses saberes são o resultado de uma lenta e gradual adaptação evolutiva entre a dimensão cultural presentes nos grupos sociais e o ambiente de seu entorno, o que viabiliza o equilíbrio de ambos.

Ainda que seja muito expressivo o distanciamento entre saberes tradicionais e saberes agrônômicos, no seu sentido mais genérico, já é possível identificarmos alguns esforços no sentido de viabilizar alguma aproximação. Nesse sentido destacamos a utilização de modelos agrônômicos alternativos, com especial destaque a agroecologia, que se esforça para articular uma pluralidade de saberes, sem hierarquizar ou desqualificar nenhum deles, de sorte que:

²⁹ Balée 1988, 1992a; Gomez-Pompa 1971, 1972 e outros, citados por Antonio Carlos Diegues, 1999, p. 10.

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas. Os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas. A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para o autoconsumo e a segurança alimentar das comunidades rurais (LEFF, 2002, p.37).

O autor segue afirmando:

A Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. A Agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas, para potencializar as capacidades dos agricultores; a uma interdisciplinaridade, para articular os conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas. Estas ciências se amalgamam no caldeirão no qual se fundem saberes muito distintos para

a construção de um novo paradigma produtivo. (LEFF, 2002, p.42)

Neste contexto destacamos a importância da promover a compreensão da realidade social, econômica, técnica, cultural e política da sociedade, em particular do meio rural, visando integrar-se em suas transformações e atuar como sujeito ativo no processo e não mais como mero receptor de conhecimentos descontextualizados cujo impacto no contexto tem provocado desequilíbrios sócio-ambientais severos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão trabalho teve como objetivo contextualizar as práticas dos agricultores tradicionais e dos agrônomos, assim como apontar suas diferenças e salientar a importância da soma do conhecimento agrônomo e dos conhecimentos tradicionais para uma utilização sustentável dos escassos recursos disponíveis da natureza.

Agricultores tradicionais para esse estudo são aqueles que seguem padrões produtivos herdados de seus ancestrais ou gerações anteriores, cabendo ainda aos que não aderiram por completo as modernizações e implementação industrial na agricultura, embora já exista uma grande aceitação das técnicas agrômicas por esse grupo, ainda é possível percebermos uma certa resistência a implementação da denominada agronomia científica.

Por vezes o agricultor tradicional vê o plantio como continuidade dos saberes passados de geração a geração e como o agrônomo também chega a acreditar que é detentor do conhecimento como verdade única.

Os agrônomos são possuidores do conhecimento científico, sendo a ligação entre os agricultores e o poder público, podendo desenvolver um importante papel na conscientização da preservação ao meio ambiente, assim como no manejo mais racional dos recursos, o que lamentavelmente só a pouco tempo vem sendo tratado nos curso de agronomia, prioritariamente a partir de aportes da agroecologia.

Vivemos um momento em que ganham visibilidade os denominados saberes tradicionais que vêm inclusive encontrando acolhida em espaços pautados, até bem pouco tempo exclusivamente pela racionalidade científica, com espacial destaque a comunidade acadêmica. Nesse contexto esse estudo pretendeu apresentar alguns limites e desafios para a efetiva articulação entre os saberes tradicionais dos agricultores e saberes agronômicos peculiares aos profissionais das ciências agronômicas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A **mandioca na Amazônia**. Pará: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 1969. 276 p.

AZEVEDO, R. A. B. Os agricultores Tradicionais e a agronomia: a difícil compatibilidade dos modelos conceituais. In: COELHO, M. de F. B.; COSTA J. P.; BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. **O que São Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

BONILLA, J. A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: Sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BRASIL. **Decreto Lei nº 118/2002** - Estabelece o regime jurídico do registro, conservação, salvaguarda legal e transferência do material vegetal autóctone com interesse para a actividade agrária, agro-florestal e paisagística.

COELHO, M.F.B; JUNIOR, P.C.; DOMBROSKI, J.L.D. (orgs.) **Diversos Olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e Plantas Medicinais**: Anais do I Seminário Mato-grossense de Etnobiologia e Etnoecologia e II Seminário Centro-Oeste de Plantas Medicinais. 1ed. Cuiabá: UNICEM, 2003. 250 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **In REVISTA USP**, São Paulo, n.75, p. 76-84, setembro/novembro 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.

DOMBROSKI, J. L. D. **Diversos olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e Plantas Medicinais**. Cuiabá: UNICEN, 2003.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. In: **Agroecol. Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3. n. 1, jan./mar. 2002. (p.36-51).

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 1998.

_____. & VALENCIA, Marta (org.). **Brasil e Argentina: Estado, Agricultura e Empresários**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/La Plata: Universidade Nacional de la Plata, 2001.

OLIVER, Graciela de Souza. **O papel das Escolas Superiores de Agricultura na Institucionalização das Ciências Agrícolas no Brasil**. Campinas/SP, Tese [Doutorado] do Pós-Graduação da UNICAMP, 2005.

ROSSI, Fabrício. Agricultura Vitalista a Ciência da Homeopatia Aplicada na Agricultura. CESAHO – Centro de Estudos Avançados em Homeopatia. In: **I Encontro Sobre Estudos em Homeopatia Medicina – Veterinária – Farmácia – Agronomia** 8 de março de 2008. 6p. Disponível em: Acesso em: 14 ago. 2017.

SANTILLI J. 2005. **Sociambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à Apropriação e proteção dos conhecimentos tradicionais no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 303 p.

COMUNIDADES TRADICIONAIS NA CIDH: dois estudos de caso

Pedro Henrique Lopes dos Santos
Juliana Arrué Webster

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como finalidade compreender os direitos territoriais indígenas e tem como fio condutor da discussão dois casos que foram julgados na comissão Interamericana de Direitos Humanos. O primeiro é o caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua e o segundo é Saramaka Vs. Suriname. Assim sendo, se verifica o olhar na qual a jurisprudência internacional tem para com as comunidades tradicionais que tanto carecem de cuidados, e, acima de tudo, preservar direitos não só garantidos para existência dos indivíduos que lá habitam, mas, sim, para com a história de um povo que reside/resiste naquele lugar.

Vale ressaltar que para que uma denúncia chegar a comissão Interamericana de Direitos Humanos ela precisa ser esgotada todos os meios legais, isto é, é necessário um esgotamento dos meios jurídicos do país para só depois passar por uma aceitação da denuncia, e, por fim, depois de aceita se inicia um processo de julgamento ao analisar o caso em si: Se foi violado alguma prerrogativa de direito de defesa, caso tenha ocorrido algum crime que esteja pactuado como violação de direitos humanos, ou seja, aquilo que esteja em sintonia com os acordos internacionais que estabelecem e constituem direitos dos homens.

Desse modo, é natural que aconteça uma diferença entre o que caracteriza como um direito humano e um direito fundamental, afinal, ambos não são direitos? Pois bem, quando se fala de direito fundamental é tudo aquilo que está estabelecido e codificado nas constituições de cada país, ou seja, ela se caracteriza como um direito posto da relação de ser, Já os Direitos Humanos é tudo aquilo estabelecido em convenções e acordos internacionais, afinal, são planos distintos mais que ambos tem um objetivo em comum que é esclarecer o que é um direito de cada um.

Não obstante, ao falar em direitos humanos e compreender melhor esses dois casos analisados (o caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua e o segundo é Saramaka Vs. Suriname), é necessário remeter o significado da OIT, que nada mais é do que Organização Internacional do Trabalho, mais especificamente a convenção 169, tem como um dos seus pilares aquilo que orbita em torno do trabalho, isto é, negociação coletiva, férias, e, sobretudo, combate ao trabalho escravo. Porém, nesses casos específicos, ficou estabelecido, nessa convenção, que para comunidades tradicionais e povos indígenas o conceito de território da OIT, que foi crucial para o caso julgado, sendo, na visão da Organização e depois CADH (Comissão Americana de Direitos Humanos) que o território sendo como um corpo extensivo daqueles que ali habitam, ou seja, que o território não é um bem de posse, mas, sim, de identidade cultural³⁰, que foi chance para assegurar direitos no

³⁰ COMMISSION INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). Derechos de los pueblos indígenas y tribales sobre sus tierras ancestrales y recursos naturales : normas y jurisprudencia del sistema interamericano de derechos humanos. OEA/Ser.L/V/II. Doc. 56/09. 2010. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/indigenas/docs/pdf/Tierras-Ancestrales.ESP.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.

juízo das duas comunidades analisadas que, mais para frente, em um jogo de perguntas e respostas, irá se aprofundar juridicamente nas questões.

No mais, vale ressaltar que os Direitos Humanos teve um ponto crucial a partir do pós guerra 1948 d.C, período histórico no qual a humanidade presenciou duas guerras mundiais, e, ao perceber que ali passou dos limites, foi necessário um pacto para se constituir como a declaração dos direitos humanos através de acordos internacionais e criação da ONU, organização das Nações Unidas.

Assim sendo, os direitos territoriais indígenas são assegurados pela ONU, como uma instituição que tutela o bem jurídico de um patrimônio histórico e cultural que é a preservação dessas comunidades.

CASO COMUNIDADE MAYAGNA (SUMO) AWAS TINGNI VS. NICARÁGUA

1. Explique os fatos que motivaram a Comunidade Indígena a apresentar uma denúncia contra o Estado da Nicarágua na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A Comunidade indígena denominada Mayagna Awas Tigni é formada por mais de 660 pessoas, e habita a Costa Atlântica da Nicarágua. Em 1995, o estado da Nicarágua outorgou uma concessão à empresa “Solcarsa” para que a mesma começasse a explorar madeira nas terras da comunidade, sem consultar a comunidade ou permitir que a comunidade se manifestasse a respeito.

Posteriormente a esse fato, a comunidade solicitou a diversos órgãos estatais para que a concessão fosse cancelada e que o Estado delimitasse o seu território. Nenhuma das petições

apresentadas foram atendidas, nem mesmo os recursos que apresentaram.

Assim, em 1998 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos apresentou à Corte uma demanda contra o Estado da que se originou na denúncia nº 11.577, recebida na Secretaria da Comissão em 1995.

Na demanda, a Comissão invocou os artigos 50 e 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e os artigos 32 e seguintes do Regulamento tendo em vista que a Nicarágua não demarcou as terras comunais da Comunidade Awas Tingni, nem tomou medidas efetivas que assegurassem os direitos de propriedade da Comunidade em suas terras ancestrais e recursos naturais, sendo que outorgou uma concessão nas terras da Comunidade sem seu consentimento, não garantindo um recurso efetivo para responder às reclamações da Comunidade sobre seus direitos de propriedade.

Além disso, a Comissão solicitou à Corte que declarasse que o Estado deve estabelecer um procedimento jurídico que permitisse a rápida demarcação e o reconhecimento oficial dos direitos de propriedade da Comunidade Mayagna, bem como abster-se de outorgar ou considerar a outorga de qualquer concessão para o aproveitamento de recursos naturais nas terras usadas e ocupadas, até que se resolvesse a questão da posse da terra que afeta a Comunidade. Ainda, a Comissão solicitou à Corte que condenasse o Estado a pagar uma indenização compensatória equitativa pelos danos materiais e morais que a Comunidade sofreu, e ao pagamento das custas e gastos gerados na tramitação do caso na jurisdição interna e perante o Sistema Interamericano.

2. Por que a inexistência de procedimento efetivo para delimitar, demarcar e titular terras comunais indígenas

constituiu uma afronta aos art. 25 c/c 1.1 e 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos?

O art. 25 da Convenção Americana determina que toda e qualquer pessoa tem direito a um recurso efetivo perante o Tribunal competente para resolver o seu requerimento, e os arts. 1 e 2 da Convenção estabelecem que o Estado deve assegurar os direitos e liberdades previstos na Convenção, devendo garantir direito a estas medidas efetivas.

Dessa forma, o fato de o Estado não ter realizado um procedimento efetivo para demarcar as terras da Comunidade afrontou os dispositivos apontados pois tal omissão resultou no não cumprimento das suas obrigações perante à Convenção Americana de Direitos Humanos, visto que além de não demarcar as terras da Comunidade, não tomou medidas efetivas que assegurassem o direito de propriedade da Comunidade, além de não ter atendido diversos requerimentos e recursos apresentados pela Comunidade, claramente violando os arts. 1 e 2, pois não implementou medidas necessárias para assegurar os direitos contidos na Convenção. Também não garantiu um recurso efetivo para responder às reclamações da Comunidade sobre o seu direito sobre as terras e recursos naturais.

Afora isso, o Estado violou direito à propriedade de forma ativa, pois outorgou uma concessão à empresa “Solcarsa” para que pudesse explorar recursos naturais das terras da Comunidade sem o seu consentimento.

3. De que forma a Corte IDH interpretou o direito de propriedade previsto no art. 21 da CADH?

4.

O art. 21 da CADH reconhece o direito à propriedade privada, determinando que todas as pessoas têm direito ao uso e

gozo de seus bens, que tais uso e gozo podem ser subordinados por mandato de uma lei, ao “interesse social”, que se pode privar uma pessoa de seus bens por razões de utilidade pública o interesse social e nos casos e segundo as formas da lei, e que esta privação somente será feita mediante pagamento de uma indenização.

A Corte considerou que o art. 21 da Convenção protege o direito à propriedade, compreendendo os direitos dos membros das comunidades indígenas no contexto da propriedade comunal, a qual também é reconhecida na Constituição Política da Nicarágua.

Propriedade comunal significa dizer que os indígenas, pelo fato de sua própria existência, têm direito a viver livremente em seus próprios territórios, e sua relação com a terra não é meramente uma questão de posse e produção, mas sim um elemento material e espiritual do qual devem gozar plenamente, com intuito de preservar seu legado cultural e transmiti-lo para as suas futuras gerações. Dessa forma, essa relação que os indígenas possuem com a terra devem ser reconhecida e compreendida como base fundamental de suas culturas, sua vida espiritual, sua integridade e sua sobrevivência econômica.

5. Como a sentença explica a forma como os povos indígenas compreendem a propriedade sobre a terra?

A sentença explica que os indígenas compreendem a propriedade sobre a terra no contexto da propriedade comunal, ou seja, sua relação com a terra não é simplesmente uma questão possessória e de produção. Entre indígenas existe uma tradição comunitária sobre uma forma comunal da propriedade coletiva da terra, no sentido de que o pertencimento desta não é centrado em um indivíduo, mas sim, no grupo. Os indígenas

compreendem a terra como um elemento material e espiritual, o qual deve ser gozado de forma plena, pois compreende sua vida espiritual, sua integridade e sua sobrevivência econômica. A preservação da terra é essencial, pois preserva seu legado cultural que é transmitido de geração a geração.

6. Em que medida a falta de delimitação, demarcação e titulação da terra dos Awa Tigni implica violação do seu direito de propriedade?

Embora o Estado da Nicarágua tenha reconhecido a propriedade comunal dos povos indígenas, não regulamentou o procedimento específico para materializar este reconhecimento. Essa situação criou um clima de incerteza permanente entre os membros da Comunidade, que não sabem até onde se estende geograficamente o seu direito de propriedade comunal, desconhecendo até onde podem usar e gozar livremente dos respectivos bens.

A Corte interpretou que o Estado da Nicarágua violou o art. 21 da CADH pois violou o direito ao uso e gozo dos bens dos membros da Comunidade Matagna Awas Tigni, pois não delimitou e demarcou a propriedade e ainda, outorgou concessões a terceiros para exploração dos bens e recursos localizados na área, e também em relação aos arts. 1.1 e 2 da Convenção, haja vista que o Estado está obrigado a respeitar os direitos e liberdades reconhecidos na CADH e organizar o poder público para garantir às pessoas sob sua jurisdição o livre e pleno exercício dos direitos humanos.

7. Quais medidas de reparação foram impostas ao Estado da Nicarágua?

A Corte decidiu que o Estado da Nicarágua deveria adotar em seu direito interno as medidas, legislativas e administrativas e de qualquer outro caráter, que fossem necessárias para criar um mecanismo efetivo de delimitação, demarcação e titulação das propriedades das comunidades indígenas, em conformidade com seu direito consuetudinário, valores, usos e costumes. Além de delimitar as terras da Comunidade Mayagna Awas Tingni, deveria também se abster de realizar, até que fosse realizada essa delimitação, atos que possam levar a que os agentes do próprio Estado ou terceiros prejudiquem a existência, valor, o uso ou o gozo dos bens localizados na zona geográfica onde os membros da Comunidade Mayagna habitam e realizam suas atividades.

A sentença determinou também, que o Estado deveria investir, a título de reparação para os membros da Comunidade, no prazo de um ano, a quantia de U\$ 50.000,00 em obras ou serviços de interesse coletivo em benefício da Comunidade, de acordo com a CADH. O Estado teve que pagar, ainda, U\$ 30.000,00 à Comunidade em razão dos gastos e custas que incorreram os membros e seus representantes, causados no processos internos, e no processo internacional.

O Estado também deveria apresentar à Corte, a cada seis meses, um relatório sobre as medidas tomadas para dar cumprimento à decisão, além da supervisão da Corte em relação ao cumprimento da sentença, dando o processo concluído somente quando o Estado cumprisse integralmente o que foi decidido na sentença.

O CASO DO POVO SARAKAMA VS. SURINAME:

Serão desenvolvidos um questionamento a cerca dos casos de Saramakavs. Suriname e o número 1 corresponde a

pergunta e o número 2 corresponde a resposta, fazendo, assim, um esclarecimento dos casos em forma de diálogo:

8. Explique os fatos que motivaram a Comunidade Indígena a apresentar uma denúncia contra o Estado do Suriname na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A comunidade, diante de um conflito que se inicia com relação a uma construção de uma hidroelétrica, conhecida como barragem de Afobaka, em território indígena, uma vez que o Estado da Suriname, que, a priori, teria que assegurar os direitos dos povos da comunidade do Saramaka, nem se quer deu ouvidos a eles na medida em que os efeitos da construção gerou para aquele povo uma necessidade de deslocamento e dificuldade de bens que visam garantir a sua própria existência. Outra perspectiva sobre o tema é a demanda que diz respeito à negação, por parte do Suriname, de proteção judicial a esse povo tradicional e pela não permissão ao acesso efetivo à justiça para proteção de seus direitos fundamentais, especialmente ao direito de propriedade, conforme suas tradições ancestrais e comunitárias assegurados, portanto, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

9. Por que razão a Corte considerou que os membros do povo Saramaka conformam uma comunidade tribal e que consequências advêm desse fato?

As consequências desse entendimento, isto é, que o povo de Saramaka é uma comunidade tribal, é que o Estado do Suriname passa a ter obrigação legal de respeitar a terra conforme os costumes dos habitantes que lá residem. Sendo assim, o Estado não possui mais o monopólio da exploração da

terra como até então era feito- aliás, por empresas internacionais, autorizadas pelo Estado do Suriname- passa a pedir a autorização agora para fins de qualquer atividade na região com o consentimento da sociedade que mora na região afetada.

10. Por que a jurisprudência da Corte a respeito do direito de propriedade dos povos indígenas também se aplica aos povos tribais?

Isso se deve ao fato de que ambos decorrem do entendimento de que se trata de patrimônio cultural. O Patrimônio Cultural, trata-se de um conceito bastante abrangente, isto é, pode vir a ser uma região ou de uma comunidade que é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural.

11. Para a Corte IDH, a que se refere o termo “território”? Como território é concebido na Convenção 169 da OIT?

De acordo com a Convenção OIT, as terras indígenas devem ser respeitadas- assim como a sua integralidade do meio ambiente- das áreas ocupadas ou usadas pelos povos indígenas. Conforme os artigos 15 e 14 da Convenção enfatizam o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão (inclusive controle de acesso) e conservação de seus territórios. Além disso, prevê o direito a indenização por danos e proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais. Já para a corte IDH, é através da concepção de um paradigma de visa garantir direitos, ela não só reconhece o território em si,

mas, além disso, reconhece a personalidade dos povos que lá habitam.

12. Com que argumentos a Corte refutou a alegação do Estado de que reconhecer propriedade comunal ao povo Saramaka configuraria trato discriminatório contra personas que não sejam membros indígenas ou tribais?

O Tribunal observou que cada membro do povo Saramaka pode obter proteção judicial contra violações de seus direitos de propriedade individuais. Assim sendo, estes membros –individuais- não representam a comunidade como um todo. Mas, sim, as decisões para o uso de tal propriedade individual depender do indivíduo e não Povo Saramaka, de acordo com as suas tradições no Suriname. Não obstante, o reconhecimento de direito à personalidade jurídica das pessoas Saramacanos, como os verdadeiros representantes da personalidade jurídica eleito de acordo com as suas próprias tradições e autoridades locais, e as decisões afetar a propriedade seria a responsabilidade dessas autoridades, e não membros individuais. Então, na medida em que a Corte reconhece no plano coletivo ela acaba, por si só, reconhecendo a identidade do povo.

REFERÊNCIAS

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos: Análise dos sistemas de apuração de**

violações de direitos humanos e implementação das decisões no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf

PAIVA, Caio; HEEMAN, Thimotie. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos.** 2. ed. São Paulo: CEI, 2017.

SOBRE OS AUTORES

Alencar Luiz Balestrin

Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS); Engenheiro Agrônomo (IDEAU); Técnico em Agropecuária. Atua como Extensionista Rural da EMATER/RS. E-mail: alencar.balestrin@hotmail.com;

Andreya Raquel Medeiros de França

Gestora Ambiental. Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semiárido (PPGATS/UFERSA). Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES). andreya_raquel@hotmail.com

Daiane Pegoraro Bochi

Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Campus Xanxerê. Atualmente cursando Mestrado em Sanidade e Produção Animal Aplicado a Pequenas Propriedades, na mesma Instituição.

Douglas Cenci

Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS); Bacharel em Administração (UNOPAR-Erechim); Coordenador do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU). E-mail: douglassutraf@hotmail.com.

Eliandra Gomes Marques

Formada em Letras (UFSM), com especialização em Educação Ambiental (UFSM) e Mestrado em Educação (UFSM); professora da rede estadual do Rio Grande do Sul e no PIAPE da UFSC–Araranguá. Atuou como assessora técnica em economia solidária em diversos projetos no Brasil; e ministrou aulas na Universidad Complutense de Madrid (Espanha) e Universidade do Porto (Portugal).

Éverton de Moraes Kozenieski

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul. everton.kozenieki@uffs.edu.br

Ezequiel Redin

Tecnólogo em Agropecuária: Sistemas de Produção (UERGS) – CREA RS 160488; Bacharel em Administração (ULBRA); Licenciatura plena para a Educação Profissional (UFSM); Especialista em Gestão Pública Municipal (UFSM); Especialista em Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à Educação (UFSM); Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (UFSM); Especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio (UFSM); Mestre e Doutor em Extensão Rural (UFSM); Editor do Periódico Extensão Rural (Santa Maria); Membro da Academia Centro Serra de Letras. É Professor Adjunto na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Fabiana Buratti

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Campus Xanxerê.

Franciele Buratti Piva

Possui ensino médio completo pelo Colégio Estadual Presidente Artur da Costa e Silva, município de Xanxerê.

Gabriela Dambrós

Possui graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2011). Especialização em Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Federal de Santa Maria (2015). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Professora da educação básica.

Idiane Mânica Radaelli

Graduada em administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- UERGS, mestre em Desenvolvimento, pela Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul- UNIJUI, doutoranda em Ciências Sociais, pela Universidade do Vale do Sinos- UNISINOS. Atualmente professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC.

Geraldo Augusto Locks

Doutor em Antropologia Social. Pós-Doutorado em Educação. Atua como professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e é coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP-UNIPLAC) geraldolocks@gmail.com

Gilberto Luiz Curti

Graduado em Agronomia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó- UNOCHAPECÓ. Mestre em Agronomia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR. Atualmente trabalha no Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola- EPAGRI/Cepa no município de Chapecó-SC professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC.

Jhose Iale Camelo da Cunha

Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2007). Mestre em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (2012). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Professora Efetiva na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) na área de sociologia. Leciona no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC). jhose.iale@ufersa.edu.br

João Antônio Esganzella

Graduando em Agronomia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC

José Domingos Cantanhede Silva

Sociólogo, Mestre em Políticas Públicas, Professor da Universidade Estadual do Maranhão –UEMA, doutorando em Ciências Sociais na UNISINOS.

Josilaine Antunes Pereira

Mestre em Educação. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atua como professora na Universidade do Planalto Catarinense e na rede de Ensino do Município de Lages, SC. É vice líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação e Cidadania para América Latina: desafios e possibilidades (GECAL/PPGE/UNIPLAC). antunesjo@hotmail.com

Juliana Arrué Webster

É estudante de direito da Universidade Vale do Rio Sinos (UNISINOS) e atua como estagiária em escritório de advocacia.

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Doutoranda em Geografia (UFSM); Doutora em História da América Latina (UNISINOS); Mestra em Geografia (UFSM), História da América Latina (UNISINOS); Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNISINOS); Graduada em Direito e História (UNISINOS), Ciências Sociais e Geografia (ULBRA) e Agricultura Familiar e Sustentabilidade (UFSM). Atua como Docente na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria (RS). E-mail: profleo@ig.com.br

Luiz Felipe Gomes Uberti

Graduado em Zootecnia e é Tecnólogo em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, com Pós Graduação em Educação Ambiental. Atua como agente de ATER junto aos Agricultores Familiares através da UNEAGRO, auxiliando na produção sustentável de alimentos, sua comercialização e no estudo da viabilidade econômica dessas atividades.

Marceli Macarri

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, mestre em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM e doutora em Agronomia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR. Atualmente professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC.

Mareli Eliane Graupe

Doutora em Educação. Pós-Doutorado em Antropologia Social e Pós-Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Atua como professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). É líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação e Cidadania para América Latina: desafios e possibilidades (GECAL) mareligraupe@hotmail.com

Marinalva Gomes

Licenciada em Ciências Biológicas pela UNEMAT, especialista em Práticas Pedagógicas em Educação do Campo e em Coordenação Pedagógica, ambas pela UFMT. Mestre em Ensino de Ciências Naturais pelo PPGE-CN da UFMT. Professora na Educação Básica.

Mateus Danusso

Graduando em Zootecnia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Campus Xanxerê.

Moacir Vieira da Silva

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2010); especialista em Geografia e Gestão Ambiental pelas

Faculdades Integradas de Patos - FIP (2014); mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2017). Atua como professor permanente da Escola Estadual Professor José de Freitas Nobre (SEEC - RN) e como professor Supervisor do PIBID/Geografia (UERN). moacirvs31@hotmail.com

Pedro Henrique Lopes dos Santos

Membro do grupo de pesquisa Dasein-núcleo de estudos hermenêuticos, foi membro do BioTecJus e estudante de graduação em Direito da Universidade Vale do Rio Sinos (UNISINOS)

Robson Olivino Paim

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul. robson.paim@uffs.edu.br

Wilson Nei Zacaron

Graduado em Zootecnia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, CampusXanxerê. Atualmente cursando Mestrado em Sanidade e Produção Animal Aplicado a Pequenas Propriedades, na mesma Instituição.

Zenicléia Angelita Deggerone

Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Mestra em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES); Bacharel em Administração (UERGS). Atua como Docente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade em Erechim (RS).

E-mail: zenicleiadeggerone@gmail.com